

parceria

Vinhos de portugal P

cidade anfitriã

CIDADE DE SÃO PAULO

realização

O GLOBO | Público P | Valor Econômico

participação

Douro e Porto since 1756 Garantia

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.

apoio

visit Portugal

Vinhos do Alentejo – Únicos por Natureza.

Vinhos da Beira Interior Portugal

Vinhos Dão Wines

Vinhos de Lisboa – Descobrir • Visitar • Provar

Vinhos da Península de Setúbal

Vinhos do Tejo

Região Demarcada desde 1908 – Vinhos Verdes

visit Center of Portugal

TAP Air Portugal

apoio institucional: SP São Paulo Negócios | hotel oficial: canopy São Paulo Jardins | Loja oficial: Porto di Vino

água oficial: Prata desde 1876 | rádio oficial: CBN | curadoria: out of paper

FALTAM 2 DIAS!

Está chegando a hora de você ter uma experiência única no mundo dos vinhos.

Nesta quinta-feira, o Vinhos de Portugal chega a São Paulo para promover uma experiência única aos amantes dos vinhos. O evento reúne dezenas de produtores portugueses, centenas de rótulos para degustação, bate-papos e provas guiadas por grandes especialistas, muito conteúdo bacana, além de gastronomia e loja de vinhos em uma charmosa área de convivência. Não fique de fora!

SP 13 a 15 JUNHO

Pavilhão Ciccillo Matarazzo
(Pavilhão da Bienal)
Parque Ibirapuera

COMPRE AQUI



Para mais informações:
vinhosdeportugal.oglobo.com.br
/vinhosdeportugal
@vinhosdeportugalbr_

BEBA COM MODERAÇÃO

COMPRE AQUI

Para mais informações:
vinhosdeportugal.oglobo.com.br
/vinhosdeportugal
@vinhosdeportugalbr_







SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

Sessões de 2h de duração e quase 800 rótulos de 95 produtores de diversas regiões vinícolas portuguesas



13 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
  COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
  COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**
- GRANDES VINHOS DO DOURO
  COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**
- **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
  COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**

PROVAS GUIADAS

Grandes nomes, como Cecília Aldaz, Manuel Carvalho, Dirceu Vianna Junior e Jorge Lucki, com duração de 1h



14 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
  COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**
- O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
  COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**
- VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
  COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**
- **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**
- ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
  COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**

ÁREA DE CONVIVÊNCIA

Entrada gratuita, estandes com atividades interativas, wine bar, gastronomia e loja de vinhos

15 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS

- LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
  COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**
- **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
  COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**
- BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
  COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**
- PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
  COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
  COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**



Sustentabilidade
CVM, de João Pedro Nascimento, quer liderar debate global sobre finanças sustentáveis C3



Demografia
Natalidade baixa ameaça crescimento econômico da Rússia e desafia Vladimir Putin A14



Gestão pública
Virginia de Ângelis, do Ministério do Planejamento, defende cumprimento das metas do Plano Plurianual A5

Terça-feira, 11 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6019 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Incerteza externa e piora fiscal pressionam câmbio

Conjuntura Neste cenário adverso, governo estuda conter alta de gastos atrelados a mínimo e receita

Arthur Cagliari, Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De São Paulo e Brasília

Em novo dia de alta, o dólar alcançou o maior nível desde 4 de janeiro de 2023, quando terminou a R$ 5,45. Após ter chegado a R$ 5,3886 ontem, encerrou o pregão com elevação de 0,61%, a R$ 5,3567. O cenário global foi o principal motivo para a desvalorização do real, num dia em que moedas de mercados emergentes perderam valor em conjunto. No entanto, a piora da percepção de risco fiscal no Brasil também contribuiu para a cotação do real.

Para Luciano Rostagno, da EPS Investimentos, o investidor mostrou cautela em uma semana com decisão de juros pelo Federal Reserve (banco central americano) e divulgação de dados de inflação nos EUA.

Com apenas dez dias no mês, o dólar já avança 2,05% frente ao real em junho — no ano, a alta é de 10,4%. Essa apreciação acende alerta para os economistas, uma vez que, se o dólar continuar no atual nível, deverá exercer pressão inflacionária relevante, o que dificulta a tarefa do Banco Central em conter a alta dos preços.

Neste ambiente adverso e com as dúvidas sobre a política fiscal, o governo deve acelerar sua estratégia em defesa do arcabouço fiscal, reforçando a contenção de despesas, apurou o **Valor**.

Serão submetidas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva alternativas para conter a trajetória de crescimento das despesas com saúde, educação e benefícios atrelados ao salário mínimo. Uma das hipóteses é circunscrever o crescimento desses itens ao limite da expansão do teto do arcabouço: no máximo 2,5% ao ano acima da inflação. Hoje sobem num nível bem acima disso. "Se seguir do jeito que está, nós não seguramos esse déficit previdenciário", afirmou uma fonte da área econômica.

Além desse cenário, foram simulados os efeitos caso fosse adotada regra de crescimento desses gastos seguindo a ampliação da população e aumento da renda per capita. A equipe econômica considera também o contingenciamento de despesas programadas para 2024.

Na revisão de gastos, o principal alvo são as despesas com a Previdência e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC). A conta está perto de R$ 1 trilhão. Uma economia "pequena" pode trazer ganhos importantes ao equilíbrio fiscal, comentou uma fonte. **Páginas A7 e C1**

Dasa e Amil negociam fusão de hospitais

Beth Koike
De São Paulo

As negociações entre Dasa e Amil para a fusão de seus hospitais estão avançadas, com expectativa de acordo nos próximos dias. Cada uma das partes terá 50% do novo negócio, que será formado por cerca de 20 hospitais, como Nove de Julho, Santa Paula, Leforte, Samaritano e Pro-Cardíaco, além da rede de clínicas de oncologia COI. Trata-se de uma operação com receita anual estimada em cerca de R$ 10 bilhões e presença em sete Estados.

As conversas para junção dos negócios ocorrem num momento em que ambas enfrentam alto endividamento e queima de caixa. Entre os pontos já acertados está a transferência de R$ 3,85 bilhões da dívida da Dasa para a nova companhia hospitalar. No futuro, há a possibilidade de o novo grupo ser listado em bolsa. A Dasa, cujas ações subiram 4,6% ontem, confirmou que mantém negociações com a Amil. **Página B1**

Liberdade de gestão



GABRIEL REIS/ VALOR

A influenciadora digital Bianca Andrade acaba de lançar uma marca própria de beleza, a Boca Rosa Beauty. Ela disse para a repórter Ana Luiza de Carvalho que a liberdade de gestão foi uma das motivações para criar sua marca, após uma parceria de seis anos com a fabricante Payot. Página B4

Eletrobras vende térmicas à Âmbar, da J&F, por R$ 4,7 bi

Fábio Couto, Felipe Laurence e Robson Rodrigues
Do Rio e de São Paulo

A Eletrobras vendeu 13 térmicas a gás natural, localizadas no Amazonas e no Rio de Janeiro, por R$ 4,7 bilhões para a Âmbar Energia, do grupo J&F, que pertence aos irmãos Batista.

O negócio inclui sete térmicas em operação, um projeto de nova usina e cinco "direitos de reversão" de empreendimentos que teriam controle entregue para a Eletrobras até maio de 2025.

As 13 usinas totalizam 2 gigawatts (GW) de capacidade instalada, e a operação abre uma saída para a Amazonas Energia, distribuidora em dificuldades com quem as termelétricas têm contratos de venda de eletricidade firmados.

O interesse da Eletrobras em se desfazer das usinas faz parte dos planos da companhia de se tornar uma empresa de geração 100% renovável, além de permitir soluções para o passivo da Amazonas Energia. **Página B2**

Destaques

Oferta de gás natural
Novas iniciativas para tentar elevar a oferta e reduzir o preço do gás natural têm surgido. A Abrace Energia, associação de grandes consumidores, propôs a realização de leilões regulados de venda de gás natural para aumentar a concorrência. Já o Ministério do Desenvolvimento (MDIC) realizou um diagnóstico sobre o mercado de gás, de olho em melhores condições de fornecimento do produto para a indústria nacional. **A6**

Ações da Apple caem quase 2%
As ações da Apple fecharam em queda de 1,9% na Nasdaq, em Nova York, após apresentar seu esperado produto de inteligência artificial generativa (IA Gen). A dona do iPhone também anunciou uma parceria com a OpenAI, criadora do ChatGPT. Analistas destacam os desafios da Apple, cujas vendas declinam desde 2023, e consideram que a IA poderá ajudar a empresa a retomar o crescimento. **B6**

A nova era geoeconômica da Europa

Assis Moreira
De Genebra

O avanço da extrema direita no Parlamento Europeu, que ainda mantém o centro como maioria, ocorre em cenário de nova era geoeconômica da região. O velho continente está cada vez mais atrás dos EUA e da China e vendo a expansão de emergentes: a fatia da Europa na economia global caiu de 25,8% para 14,1% entre 1980 e 2024 em Paridade do Poder de Compra (PPC), pelos dados do FMI.

A diminuição da participação da UE entre as maiores economias do mundo, em favor das economias asiáticas em ascensão, foi parcialmente impulsionada por mudanças demográficas, com a UE tendo população menor e mais envelhecida.

Em contraste com o crescimento em outras regiões, a taxa de natalidade na União Europeia vem caindo de forma alarmante, com 3,8 milhões de bebês nascidos em 2022, redução em relação aos 4,7 milhões de nascimentos registrados em 2008.

Sem considerar as economias asiáticas, a União Europeia está ficando para trás em relação aos EUA. Em 1993, as duas tinham tamanho comparável. Mas entre 1993 e 2002 o PIB per capita nos EUA subiu quase 60%, no bloco europeu a alta foi inferior a 30%. Cerca de metade dessa lacuna reflete diferenças de produtividade. **Página A11**

Atual tributação da intermediação financeira é confusa e regressiva
Roberto Troster A12

Indicadores

Ibovespa	10/jun/24	-0,01 % R$ 16,5 bi
Selic (meta)	10/jun/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	10/jun/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	10/jun/24	5,3660/5,3666
Dólar comercial (mercado)	10/jun/24	5,3561/5,3567
Dólar turismo (mercado)	10/jun/24	5,3850/5,5650
Euro comercial (BC)	10/jun/24	5,7674/5,7702
Euro comercial (mercado)	10/jun/24	5,7642/5,7649
Euro turismo (mercado)	10/jun/24	5,8218/6,0018



Expansão das operações



ROGERIO VIEIRA/VALOR

A Unipar segue em busca de oportunidades de fusão e aquisição (M&A) e de expansão das operações. "Seguimos atentos ao mercado", disse o presidente Rodrigo Cannaval à repórter Stella Fontes. Página B3

Leilão de arroz vira preocupação para o governo

Rafael Walendorff
De Brasília

O governo está preocupado com o potencial dano que os leilões de arroz importado da Conab, vencidos por empresas alheias ao mercado do cereal, podem causar a sua imagem. Segundo fontes, em reunião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou de aliados solução para a repercussão negativa do caso. Os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, e o presidente da Conab se reuniram com representantes da Advocacia-Geral da União para traçar estratégias. Procurados, os ministérios e a Conab não comentaram. **Página B8**

INÊS 249

Coisas que deixam paulistas vermelhos de vergonha



Pedro Cafardo

São Paulo não é São Paulo por acaso. O Estado tem um bom nível de desenvolvimento por várias razões que não vêm ao caso agora, mas há uma certamente muito importante: o apoio financeiro à formação universitária e à pesquisa.

Por falta de tato, desconhecimento ou sabe-se lá por que, o governo do Estado ensaiou uma investida sobre os recursos oferecidos a duas "joias" estaduais dessa área amparadas financeiramente há décadas por imposição constitucional.

O projeto original da Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) à Assembleia semanas atrás, deixava explícito que o governo estadual poderia fazer uma desvinculação de até 30% no orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e avançava também sobre os recursos de três universidades estaduais.

Desde 1989, por decreto estadual, USP, Unicamp e Unesp têm orçamento equivalente a 9,57% da arrecadação de ICMS do Estado, o que lhes dá autonomia financeira. Para este ano, o valor é estimado em R$ 14,6 bilhões. O governo Tarcísio propunha incluir nessa cota outras três instituições: as faculdades de Medicina de Marília (Femema) e de São José do Rio Preto (Famerp) e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Embora o projeto de lei não detalhasse a nova distribuição de recursos entre as instituições, fontes universitárias estimaram que a USP perderia cerca da R$ 200 milhões anuais.

A reação da sociedade paulista foi imediata e, no dia seguinte, o governador tirou do texto a menção às universidades, mas deixou lá a ameaça à Fapesp.

O orçamento da Fapesp deste ano é de R$ 2 bilhões, garantidos pela Constituição paulista, que reserva 1% da receita tributária do Estado à fundação desde 1989. A perda em caso de desvinculação de 30% seria de uns R$ 600 milhões anuais.

Aos não acostumados com a terminologia, vale explicar: "desvinculação" significa que o governo pode utilizar o recurso em outras áreas, embora afirme (só na palavra) não ter previsão de utilização até o momento.

Para quem é paulista — o governador é carioca — não há necessidade de explicar a importância das três universidades e da Fapesp. USP, Unicamp e Unesp frequentam posições de destaque o ranking das melhores universidades do mundo. E o apoio da Fapesp coloca São Paulo na liderança das pesquisas no país.

O dispositivo autorizando a desvinculação de 30% dessas receitas, tanto das universidades quanto da Fapesp, já está na Constituição federal. Ou seja, o Estado sempre pôde utilizá-lo, mas nunca essa possibilidade foi explicitada nas diretrizes orçamentárias. Se ela agora apareceu lá, parece óbvio tratar-se de um "aviso prévio" de que uma tesourada tem razoável possibilidade de ocorrer na execução do Orçamento de 2025. Especialmente porque está em estudos um projeto de corte de gastos no Estado.

O assunto provocou reações no início de maio, mas foi esquecido ante a repercussão estrondosa da tragédia socioambiental do Rio Grande do Sul. O "aviso prévio" à Fapesp, porém, continua no texto do projeto de lei das diretrizes orçamentárias enviado à Assembleia Legislativa.

Não se pode destruir impunemente atributos que, ao longo dos anos, permitiram a São Paulo ser São Paulo. O "olho gordo" sobre recursos da USP e da Fapesp indica algo preocupante, resultante, na melhor das hipóteses, de desconhecimento, que atenta contra um sistema de educação/inovação bem avaliado há décadas. Sem preconceito contra cidadãos de outros Estados, até porque São Paulo tradicionalmente acolhe pessoas de qualquer naturalidade ou nacionalidade, vale lembrar que às vésperas das eleições de 2022, o atual governador do Estado chamou Campos Elíseos, bairro da capital paulista para o qual pretende transferir a sede do governo, de "Campos dos Elíseos".

Impor ao ensino público estadual escolas cívico-militares é outra medida que descaracteriza o Estado. Lei sancionada pelo governador permite que militares da reserva possam desenvolver atividades extracurriculares nas escolas, num evidente e lamentável saudosismo da ditadura. A pedagogia militar pode ser conveniente para os quartéis, mas não para jovens estudantes — paulistas ou não. Melhor para o Estado seria dedicar esforços e recursos para qualificação de educadores civis e aumento de escolas em tempo integral. Isso é urgente, porque o índice de crianças de 7 anos alfabetizadas em São Paulo era de 52% em 2023, menor que o nível de antes da pandemia (60%). O Estado mais rico do país perde de goleada para outros mais pobres. O Ceará, líder nacional em educação, tem 85% das crianças com 7 anos alfabetizadas.

A nova orientação sobre as câmeras corporais dos policiais também tira São Paulo da vanguarda nessa matéria. Desde 2020, o uso dessas câmeras acopladas ao fardamento dos policiais militares ampliou a transparência das operações, reduziu o número de mortes, protegeu os policiais de falsas denúncias e produziu provas para a Justiça. Notórias estatísticas — é desnecessário citá-las — confirmam essas observações. A nova política, que acaba com a gravação ininterrupta das câmeras e deixa a cargo dos policiais a possibilidade ligá-las, representa retrocesso para um Estado que havia resgatado boas políticas de segurança pública nos últimos anos.

São Paulo continua sendo São Paulo, Estado locomotiva do país. Essas e outras invencionices, entretanto, deixam paulistas vermelhos de vergonha.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Infraestrutura Ministério dos Transportes defende que obra, questionada por Marina Silva, é tecnicamente viável e ambientalmente sustentável

Relatório promete solução para rodovia de Manaus a Porto Velho

Murillo Camarotto
De Brasília

O Ministério dos Transportes vai apresentar hoje o relatório final do grupo de trabalho criado para analisar o projeto de pavimentação da BR-319, rodovia de 900 quilômetros que liga Porto Velho a Manaus. O documento, ao qual o **Valor** teve acesso, concluiu que a obra é tecnicamente viável e ambientalmente sustentável. Estimado em cerca de R$ 2 bilhões, o projeto sofre forte resistência da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que vê na pavimentação um incentivo à exploração predatória na região.

O relatório, no entanto, aponta maneiras de garantir a preservação e, ao mesmo tempo, oferecer uma alternativa de ligação rodoviária às duas capitais, hoje acessíveis somente por via fluvial e aérea. Entre as medidas previstas para proteger a biodiversidade, está o cercamento de uma extensão de 500 quilômetros no chamado "Trecho do Meio" — área ambientalmente mais sensível —, além da instalação de 172 passagens para que os animais da região possam atravessar a rodovia.

"Historicamente, a ausência de pavimentação não garantiu a preservação ambiental e o respeito às comunidades tradicionais na região. Pelo contrário, a pouca acessibilidade e, consequentemente, menor presença do Estado reforçam a criminalidade e o desmatamento", argumenta o relatório, que também ressalta que a obra "é uma demanda antiga dos cidadãos da região que sofrem com a falta de mobilidade terrestre adequada".

Uma reunião prevista para hoje na Casa Civil vai definir os próximos passos do projeto, que teve os estudos incluídos no Novo PAC. Segundo Cloves Benevides, secretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, a ideia é que acordos de cooperação sejam firmados entre a pasta e cada um dos órgãos envolvidos, casos de Ibama, ICMBio, Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF), entre outros.

"O problema não é a BR, é onde ela está posicionada, em uma região com um mosaico de responsabilidades", explicou o secretário. Segundo ele, a reunião na Casa Civil servirá para ajustar a atuação de cada órgão, bem como o formato, os prazos, as metas e os custos de cada parceria entre eles. "Não é a construção do piso o grande desafio da BR-319. Hoje, a engenharia consegue lidar com isso. O relatório traz os compromissos do ministério, mas inicia nova jornada de pactuação. O grande desafio é a governança territorial", completou.

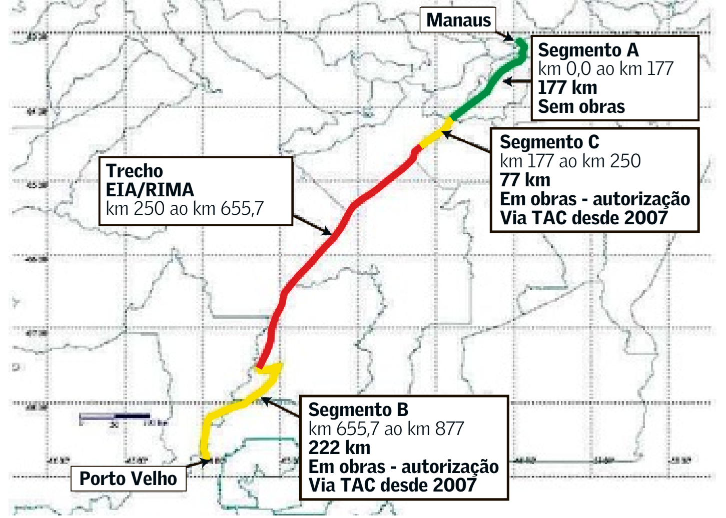
> Cercamento de uma extensão de 500 quilômetros da BR-319 é uma das propostas

Além das cercas e das passagens para os animais, o monitoramento da via é outro ponto destacado no relatório. A ideia é que portais sejam instalados na entrada e na saída do Trecho do Meio e que fiquem sob a responsabilidade de Ibama, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. De acordo com a proposta, o fluxo de máquinas pesadas, como tratores, e caminhões carregando madeira será fiscalizado de forma rigorosa. Atividades comerciais, como postos de combustíveis e restaurantes, também seriam proibidos nesse trecho.

Por causa da sensibilidade ambiental, o Trecho do Meio é o que tem o processo de licenciamento mais complexo. Segundo Benevides, um relatório com o Plano Básico Ambiental foi entregue ao Ibama na última sexta-feira (7) como parte do procedimento para a obtenção da licença de instalação. Nos demais trechos da rodovia, o licenciamento está a cargo dos governos estaduais e as obras já estão liberadas.

Marina reconhece a demanda da população pela obra, mas defende que a viabilidade ambiental seja olhada não apenas para a pavimentação em si, mas para todos os seus possíveis efeitos colaterais. "Você não vai fazer a licença olhando só para o empreendimento, tem que ver toda a área de abrangência, como isso vai repercutir nas terras indígenas, em desmatamento e qual a capacidade desta estrada de dar respostas a determinados problemas", disse ela em entrevista recente.

No caminho da floresta
Pavimentação da BR-319 avança em meio a críticas de ambientalistas



Fonte: Ministério dos Transportes

Barroso manda SP seguir norma para câmeras de PMs

Mariana Assis
De Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, determinou ontem que o Estado de São Paulo siga as normas estabelecidas pelo Ministério da Justiça para uso de câmeras nos uniformes dos policiais. O ministro definiu ainda que o governo estadual apresente um relatório sobre a efetividade dos equipamentos.

A decisão de Barroso foi motivada por um pedido da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para que o magistrado reapreciasse caso que trata do assunto, após o governo paulista publicar um edital que previa a possibilidade de agentes ligarem e desligarem os equipamentos.

O despacho do ministro foi publicado no mesmo dia em que o governo de São Paulo realizou pregão eletrônico para compra de 12 mil câmeras corporais. Na próxima etapa do processo, a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) deverá analisar as propostas e anunciar a vencedora.

Barroso determinou que o governo estadual deve informar ao STF todas as etapas do processo licitatório. Além disso, um relatório deve ser apresentado à corte seis meses após o início da execução do contrato a ser celebrado. O documento deve conter uma avaliação da efetividade das novas câmaras contratadas e do software desenvolvido para gravação das situações previstas nas diretrizes elaboradas pelo Ministério da Justiça para o uso do equipamento.

Na avaliação de Barroso, o prosseguimento do processo licitatório precisa ser orientado pelas normas do MJSP. Em maio, a pasta listou 16 situações em que os equipamentos devem ser acionados. O presidente da Suprema Corte também determinou que o Núcleo de Processos Estruturais Complexos do STF acompanhe o cumprimento das dessas determinações, uma vez que está à frente das negociações.

Na semana passada, o ministro reuniu-se com Tarcísio e a procuradora-geral de São Paulo, Inês Coimbra, para tratar do edital de aquisição de câmeras corporais para os uniformes da Polícia Militar no Estado.

Há duas semanas, Barroso intimou o governo de São Paulo a dar explicações sobre o edital para aquisição dos equipamentos. A Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público do Estado de São Paulo também foram convocados a prestar esclarecimentos.

Entidades civis e pesquisadores manifestaram preocupação com mudanças no modelo das câmeras, que deixariam de funcionar de forma ininterrupta para serem acionadas por decisão do próprio policial ou de um superior.

Em nota, o STF afirmou que o "governador e a procuradora apresentaram as razões que justificaram as opções do edital de aquisição de câmeras para instalação em uniformes de policiais no estado de São Paulo".

"O ministro Barroso ouviu com atenção e aguarda as manifestações nos autos do processo a serem enviadas pela Procuradoria-Geral da República e pela Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo. Também vai analisar a manifestação do Estado, que já foi apresentada", afirmou a corte.

Na mesma nota, a corte informou que uma equipe técnica do STF esteve nessa segunda-feira com o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, para examinar a situação das câmeras em São Paulo. A viagem, porém, já estava agendada antes da publicação do edital.

Um dos pontos mais polêmicos do edital é o que prevê a autonomia aos policiais por meio da função "liga e desliga" dos equipamentos. O ministro defende a necessidade de que as gravações sejam feitas de forma ininterrupta, com o armazenamento das imagens de maneira íntegra, independentemente de acionamento pelo policial ou pelo gestor.

O temor da Defensoria e de outras entidades civis é que, sem a obrigação de gravar todo o turno, o programa perca a eficácia. A gravação tem ajudado, segundo especialistas, a reduzir a letalidade policial, inibir a violência e o uso abusivo da força nas abordagens. Além disso, tem ajudado nas investigações de crimes e é considerada uma forma de proteção para os próprios PMs contra falsas denúncias e contra agressões. ***(Colaborou Lilian Venturini, de São Paulo)***

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Conjuntura Cálculo aponta parcela de contribuição de cinco diferentes fatores para expansão

Produtividade será chave para PIB per capita

Lucianne Carneiro
Do Rio

Do crescimento anual de 1,84% do Produto Interno Bruto (PIB) per capita brasileiro entre 1970 e 2023, a chamada razão de independência contribuiu com 31%. O conceito mede a parcela da população em idade ativa em relação ao total e é uma referência para o bônus demográfico. Enquanto isso, 64% vieram da produtividade do trabalho — indicador que compara o valor adicionado com o número de horas trabalhadas — e 28% da taxa de participação, que é a relação entre as pessoas que estão ocupadas ou em busca de trabalho e o total da população em idade ativa.

Entre 2010 e 2023, as contribuições foram de 85%, -18% e 87%, respectivamente, diante do perfil etário da população, da queda da produtividade do trabalho no período e do aumento da participação feminina no mercado. A conta é dos economistas José Ronaldo de Castro de Souza Júnior e Cristiano da Costa Silva, que tratam do tema em artigo de abertura do livro "Desafio da Produtividade: como tirar o Brasil da armadilha da renda média" (editora Lux), que será lançado nesta semana. A publicação traz as informações até 2022, mas os dados foram atualizados pelos autores até 2023 para o **Valor**.

O cálculo inclui também a parcela de influência dos outros dois fatores que compõem a variação do PIB per capita, que são a carga horária do pessoal ocupado e a taxa de ocupação — parcela das pessoas ocupadas em relação ao grupo em idade de trabalhar. Os cinco indicadores podem contribuir para cima (número positivo) ou para baixo (número negativo). Juntos, somam 100%.

"Quando se analisa desde 1970, o avanço do PIB per capita é explicado predominantemente pelo crescimento da produtividade do trabalho. Isso reforça a ideia de que a dinâmica produtiva é um determinante crucial para a melhoria do padrão de vida no país. Mas há outros fatores que ajudaram e vêm perdendo força. Vamos depender cada vez mais da produtividade do trabalho", afirma Souza Júnior, professor do Ibmec, economista-chefe da Leme Consultores e ex-diretor de Macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele também é o organizador do livro, ao lado do economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Fabio Giambiagi.

O levantamento apresenta de forma detalhada as contribuições para o crescimento do PIB per capita nas últimas décadas, uma referência para o bem-estar da população, e levanta o debate do desafio da economia brasileira daqui para frente. Se até agora uma população jovem, que impulsiona a força de trabalho, e a maior presença da mulher no mercado de trabalho têm ajudado a compensar a lenta evolução da produtividade, esses fatores perdem tração daqui para a frente, apontam especialistas. E o crescimento do PIB per capita vai depender cada vez mais da produtividade.

"O desafio é enorme. O crescimento via contratação de pessoas que estavam fora do mercado de trabalhando está acabando. O bônus demográfico também chega ao fim. A gente só vai conseguir crescer o PIB per capita se tiver aumento de produtividade do trabalho", diz o economista.

Para ter uma ideia, a produtividade do trabalho no Brasil, em relação à dos Estados Unidos, chegou a atingir mais de 40% no fim dos anos 1970, mas caiu para cerca de 25% em 2021, como cita o coordenador do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), Fernando Veloso, no livro "Produtividade e o futuro da economia brasileira", da Fundação Dom Cabral (FDC), a partir de dados do "think thank" Conference Board.

Ao longo do período mais recente, Veloso destaca a influência do aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho para essa contribuição da taxa de participação na variação do PIB per capita. Classificado também como uma referência para o engajamento no mercado de trabalho, o ponto foi inclusive a maior influência para o aumento do PIB per capita nesse período mais recente, entre 2010 e 2023, pouco à frente do bônus demográfico. Diante do avanço observado, no entanto, a margem para aumentar daqui para frente é menor, pondera Veloso.

Ao mesmo tempo, o Brasil aproveitava a vantagem do bônus demográfico, com crescimento mais rápido das pessoas em idade de trabalhar que o da população como um todo. A acelerada transição demográfica no país aponta que esse processo se aproxima do fim.

Os outros fatores que entram na conta variam menos. Com a Constituição de 1988 e o aumento da informalidade, a carga horária, que é o total de horas trabalhadas no país, vem caindo. Já a taxa de ocupação, que é o contraponto ao desemprego, é uma variável mais cíclica, que oscila a depender de períodos de recessão e de boom.

"A produtividade sempre foi importante, mas havia outros fatores demográficos que contribuíam também. A contribuição do bônus demográfico praticamente se esgotou e a da taxa de participação também tem menos margem para aumentar. Agora, a responsabilidade da produtividade é ainda maior porque os outros fatores que compensaram seu baixo crescimento nas últimas décadas praticamente desaparecem", afirma Veloso.

Ao avaliar os dados, o professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial, Carlos Primo Braga, destaca a relevância da produtividade do trabalho para o crescimento econômico sustentado do longo prazo. "Sem isso, pode ter voo de galinha, expansão fiscal, mas não se sustenta", diz ele, que reforça a preocupação com o fim do bônus demográfico, que estima para algum momento na próxima década.

O ano de 2023 trouxe boas notícias, com aumento da produtividade, mas ainda não há clareza se esse será um movimento sustentado, apontam economistas. Um sinal positivo é a força recente do setor formal, que tende a mostrar maior produtividade. Ao mesmo tempo, no entanto, o Brasil ainda tem uma informalidade elevada e o aquecimento do mercado de trabalho e a incorporação de mais trabalhadores ao pessoal ocupado também inclui aqueles com tendência de menor produtividade.

"Infelizmente os dados de 2023 ainda são muito iniciais. É um ponto na curva, que é bem-vindo, mas se a gente olhar o que vai mover a produtividade, como a qualidade de educação, não tem bala de prata, isso é um processo. Além disso, nossa taxa de investimento é medíocre e há questões como melhoria de ambiente de negócios e a política de taxa de juros, que vai refletir também o cenário fiscal", afirma Braga.

Como reforça Veloso, a agenda para um crescimento sustentado da produtividade é conhecida, mas ainda assim avança a passos lentos e é mais do que necessária. Aumento da qualidade da educação, uma regulação adequada da reforma tributária, melhoria do sistema de crédito e da infraestrutura aparecem com frequência, lembra, mas pouco se fala sobre outro aspecto: a abertura da economia.

"A última reforma de abertura comercial foi no fim dos anos 80, início dos anos 90. De lá para cá, não houve nenhum avanço nesse sentido, na verdade ocorreu o contrário. Só que a inserção na economia globalizada é fundamental para absorção de tecnologia, particularmente agora com a evolução da inteligência artificial", alerta o pesquisador do FGV Ibre.

Há uma expectativa, segundo Braga, de "mudança significativa de estruturas produtivas com apoio da inteligência artificial", mas a capacidade de o Brasil aproveitar este momento também depende da melhoria da qualidade da educação e dos investimentos realizados na área, não apenas da quantidade.

"Estamos no início desse processo. A inteligência artificial pode trazer novas práticas a pequenas e médias empresas, que podem ter impacto a médio prazo", nota.

Ainda que o mundo viva um momento de aumento de protecionismo em países como Estados Unidos e alguns europeus, Veloso defende que eles partem de outro cenário, com economias bem mais abertas que a brasileira. "A ideia de abertura é poder absorver tecnologia, mas os Estados Unidos já estão na fronteira tecnológica. Então [o protecionismo] é menos nocivo para eles."

> "Vamos depender cada vez mais da produtividade do trabalho"
> *José Ronaldo de Souza Júnior*

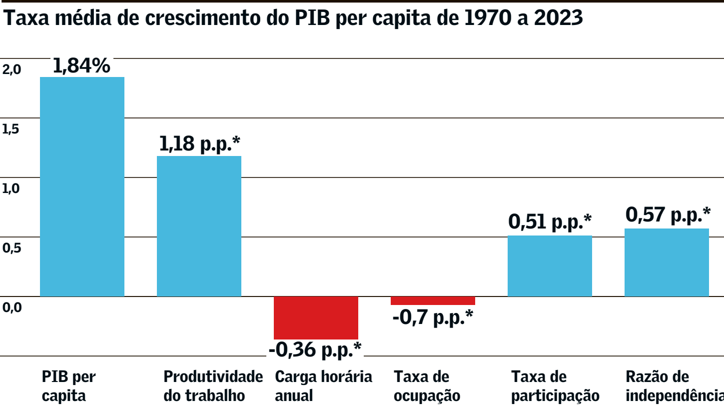
Impacto no PIB per capita

Composição da variação do indicador

Contribuição de cada um dos cinco fatores, em % (a soma chega a 100%)

	PIB per capita	Produtividade do trabalho	Carga horária anual	Taxa de ocupação	Taxa de participação	Razão de independência
1970-2023	100	64	-19	-4	28	31
1970-1980	100	69	1	5	16	8
1980-1991	100	348	266	220	-491	-244
1991-2000	100	182	-13	-93	-42	66
2000-2010	100	59	-30	37	11	24
2010-2023	100	-18	-55	0	87	85
2022-2023	100	88	-14	62	-30	-7

Taxa média de crescimento do PIB per capita de 1970 a 2023



Fonte: Livro "O Desafio da Produtividade: como tirar o Brasil da armadilha da renda média" * p.p. = ponto percentual

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mai/24	**abr/24**	**2024**	**2023**	**12 meses**	**mai/24**	**abr/24**	**dez/23**	**mai/23**
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	0,87	0,72	0,61	-3,30	0,88	1.112,26	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	0,31	0,26	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	0,97	0,84	-0,06	-5,92	-0,22	1.293,59	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	0,38	1,15	-0,08	-11,34	-2,98	1.783,95	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	1,19	0,73	-0,05	-3,77	0,83	1.093,97	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	0,53	0,42	2,23	3,55	3,30	750,05	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	0,86	0,52	2,07	3,49	4,02	1.110,89	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	0,89	0,31	0,28	-3,18	-0,34	1.127,23	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	1,06	0,29	-0,42	-5,60	-1,73	1.328,63	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	0,44	0,32	2,17	3,40	2,96	732,02	728,84	716,46	711,01
INCC-M	0,59	0,41	1,69	3,32	3,68	1.104,46	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	0,09	0,33	1,61	3,15	2,66	686,12	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mai/24 0,04%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

		No prazo legal		
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	31/05/24		-	Campo 7
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			+
4ª	30/08/24	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			+
7ª	29/11/24			Campo 9
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mar/24 Valor	mar/24 Var. %	abr/23 Valor	abr/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Gestão pública Pasta pretende criar ações para que objetivos do Plano Plurianual 2024-2027 sejam colocados em prática e vinculados ao Orçamento

Acompanhamento permanente de metas é objetivo de Planejamento

WENDERSON ARAUJO/VALOR



Virginia de Ângelis, secretária de Planejamento: "É preciso garantir que o PPA seja um instrumento de fato útil"

Guilherme Pimenta
De Brasília

Um ano após ter percorrido o país para construir o Plano Plurianual 2024-2027, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) quer agora criar instrumentos para garantir a efetividade das metas, vinculá-las aos Orçamentos dos próximos anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e dar transparência para ações e o cumprimento de metas à sociedade.

Em entrevista ao **Valor**, a secretária de Planejamento da pasta, Virginia de Ângelis, contou que o desafio é, agora, facilitar o processo para os órgãos e ministérios para tornar o acompanhamento das metas permanente.

"É preciso garantir que o PPA seja um instrumento de fato útil para orientar decisões alocativas, decisões de gestão. Do contrário, ele se perde e vira mais um documento de prateleira", afirmou a secretária, que assumiu o comando da área em abril deste ano em substituição à Leany Lemos, que deixou o governo e esteve à frente da elaboração do plano em 2023.

Hoje, os órgãos da administração pública federal fornecem as informações do PPA ao MPO somente duas vezes por ano, o que na visão da secretária dificulta o monitoramento do plano. A intenção é eliminar essa trava e ter acompanhamento permanente a fim de incentivar o cumprimento das metas. "É um passo para a mudança de mentalidade no cumprimento das metas do PPA para mudar a visão de que o instrumento é meramente formal", afirmou.

O PPA é um instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo e serve de guia para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O plano elaborado pela gestão Lula 3 prevê 88 programas, em ações que demandarão recursos de R$ 13,3 trilhões. O PPA também prevê cinco agendas transversais e seis prioridades, identificando em anexo próprio os programas, os objetivos e as metas que permitirão acompanhar cada uma delas, que são: crianças e adolescentes; mulheres; povos indígenas; igualdade racial; e meio ambiente.

As prioridades, por sua vez, são: combate à fome e redução das desigualdades; educação básica; saúde; neoindustrialização, trabalho, emprego e renda; novo PAC; e combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática.

O plano também traz 35 objetivos estratégicos, divididos em três eixos: desenvolvimento social e garantia de direitos; desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania. Cada objetivo estratégico possui ao menos um indicador-chave nacional, em um total de 69 indicadores-chave com metas que o governo visa atender até 2027.

Auditora de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU), ela trabalhou na área que monitora as contas públicas na corte durante anos e, portanto, analisou os planos plurianuais dos governos anteriores. Agora, ela tem a missão de colocar em prática as inconsistências que identificou nas análises no órgão de controle externo.

Ela afirma que, ao longo do tempo, a integração entre o PPA e o Orçamento foi reduzida, o que o MPO tem tentado resgatar durante essa gestão. Essa integração, ela defendeu, é necessária para tornar mais clara a relação entre o gasto público e o seu resultado.

> Plano elaborado pela gestão Lula 3 prevê 88 programas, em ações que vão exigir R$ 13,3 trilhões

"Trata-se de passo essencial para o monitoramento da atuação governamental e para que se possa avançar na agenda de qualidade do gasto público", considerou a secretária. "[O PPA] é um instrumento que, ao longo dos anos, foi perdendo a capacidade de dar e fornecer qualquer orientação ou diretriz pra atuação do governo."

A pasta também quer colocar em prática neste ano a ferramenta digital para permitir o acompanhamento das metas do plano, inclusive as que constam nos indicadores-chave nacionais. Essa ferramenta fará parte do observatório, previsto na lei do PPA, que visa engajar tanto a sociedade civil, e o setor produtivo e outros atores no alcance dos objetivos nacionais.

O maior desafio, pontuou de Ângelis, é aproximar o PPA da execução orçamentária. Com isso, diz, as decisões alocativas poderão ser mais qualificadas e a sociedade terá mais elementos para acompanhar os gastos públicos. Ela citou, por exemplo, que as prioridades do plano serviriam para auxiliar na tomada de decisões sobre uma eventual necessidade de contingenciamento, quando o governo precisa limitar recursos do Orçamento para cumprir a meta fiscal.

As mudanças no monitoramento das metas, vislumbrou a secretária, vão auxiliar o MPO no processo de revisão do PPA, que ocorrerá em 2025. "O plano foi construído em um momento de início de governo e foi fundamental para os órgãos estruturarem suas estratégias e, até então, algumas políticas públicas evoluíram. Agora, vamos incorporar no processo de revisão, que ocorrerá anualmente", explicou.

Paralelamente a esse trabalho, a secretaria elabora a Estratégia Brasil 2050, que visa consolidar uma visão de longo prazo para o país, integrando desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. "Uma estratégia de longo prazo para o país precisa gerar integração e coesão. Teremos um novo processo participativo, com o engajamento de todos os entes, setor privado, sociedade civil e academia."

INÊS 249

Energia Abrace propõe leilões regulados do produto com participação obrigatória da Petrobras, e Mdic faz estudo que defende prosseguir com a abertura do mercado

Governo e grandes indústrias tentam viabilizar oferta maior de gás natural

Fábio Couto
Do Rio

Depois de uma tentativa fracassada na gestão de Jair Bolsonaro de aumentar a oferta e reduzir os preços do gás natural como forma de dar maior competitividade ao setor produtivo, uma nova iniciativa surge no atual governo. A Abrace Energia, associação de grandes consumidores de energia, está propondo a realização de leilões regulados de venda de gás natural, inspirados nos certames realizados há 20 anos no setor elétrico, para aumentar a concorrência no setor.

Em paralelo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) realizou um estudo sobre o mercado, de olho em melhores condições de fornecimento do gás para a indústria nacional, enquanto o Ministério de Minas e Energia (MME) quer envolver a Petrobras na empreitada.

No governo Bolsonaro, os esforços não permitiram reduzir os preços do gás. O então ministro da Economia Paulo Guedes falou inúmeras vezes em promover um “choque de energia barata”, algo nunca alcançado. Guedes chegou a falar em gás natural ofertado a US$ 2 por milhão de BTUs (unidade de medida do gás). Um dos principais entraves à empreitada é a reinjeção de gás natural nos poços de petróleo. Também pesou o fato de o governo não conseguir estimular maior competitividade no segmento.

As produtoras de gás natural reinjetam cerca de 70 milhões de metros cúbicos (m/dia) para aumentar a produtividade dos campos do pré-sal. Neles, petróleo e gás são encontrados juntos. Como o consumo de gás no Brasil é baixo e exige altos investimentos, petroleiras, em especial a Petrobras, preferem reinjetar o gás para retirar mais óleo.

Agora os leilões seriam realizados em duas modalidades, de acordo com o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa. Um deles seria de curto prazo, com contratos de até um ano de duração, voltados para campos que estão em produção. Esses leilões poderiam ter participação de indústrias que negociariam excedentes no mercado, como siderúrgicas.

Outra modalidade seria de leilões nos quais produtores ofertariam contratos de cinco a dez anos de suprimento, vinculados à entrada em operação comercial de novos campos de gás. Os preços seriam estabelecidos pelo mercado, com base nas curvas de demanda.

A realização de leilões está prevista na Nova Lei do Gás (14.134/2021). O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) editou em dezembro de 2022 resolução que permite promover venda de gás por leilões e remoção de barreiras a outros agentes. Pela proposta, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) organizaria e executaria os leilões, como no setor elétrico, cuja atribuição é da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A proposta da Abrace considera a oferta compulsória de gás pela Petrobras, tendo como argumento o fato de a estatal ser um “agente dominante” do mercado. A ideia, porém, é considerada de difícil implementação por especialistas. A consultora Ieda Gomes disse que ainda há dúvidas sobre como seria, por exemplo, a fixação dos preços do gás. Ela afirmou que, na França, a GDF promoveu um programa de “gas release” no qual fixou preços e negociou energia em certames.

Ainda há dúvidas se no Brasil os preços mínimos seriam fixados pela Petrobras ou pelo governo, acionista majoritário, o que seria visto como uma intervenção, segundo ela. Gomes não vê o preço mínimo abaixo do mercado como subsídio, pois não são conhecidos custos associados de processamento e transporte do gás. “Mesmo que não haja negócios, há o ineditismo do preço que o mercado se dispõe a pagar”, disse.

Em abril, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou a criação de um comitê de monitoramento de obras e projetos de gás em andamento. Disse, em maio, ser “inadmissível” um preço de US$ 14 por milhão de BTUs para o consumidor final. “Precisamos estudar como vamos fazer para aumentar a oferta de gás no Brasil e, consequentemente, diminuir o preço.”

Já o vice-presidente Geraldo Alckmin, que é também é titular do Mdic, defendeu em abril um "pente-fino" pelo governo no preço do gás natural. No mês seguinte, Alckmin afirmou em evento que o governo está trabalhando com a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, para reduzir o custo do gás para a indústria.

Procurada, a Petrobras afirmou que não comentaria o tema, mas Chambriard, afirmou em entrevista coletiva recente que a empresa quer desenvolver o mercado e colocar o produto da estatal. Mas isso não será feito a qualquer preço. “Precisamos que dê lucro. Se eu precisar baixar um pouco o preço do gás para que depois seja vantajoso para a empresa, vamos fazer.”

> “Há ineditismo do preço que mercado tope pagar, mesmo sem negócios”
> *Ieda Gomes*

A ANP disse em nota que não tem ciência da proposta da Abrace e que no ano passado apresentou ao mercado uma sugestão de programa para reduzir a concentração do mercado de gás *(ver reportagem ao lado)*. A agenda regulatória do órgão prevê a elaboração de análise de impacto regulatório para tratar do tema.

Para Aurélio Amaral, diretor de relações externas e comunicação da Eneva, o “gas release” depende de regulamentação da Lei do Gás, por decreto ou resoluções da ANP. Um dos passos mais importantes para os leilões é dar o comando legal para a Petrobras colocar o gás nos certames sem conflitar com o papel de maximizar valor para a estatal. “E eles não estão errados.”

Rogério Miranda, sócio fundador do escritório Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira & Agel, salienta que a legislação atual prevê especificamente a determinação de preços iniciais mínimos para leilões regulados, o que demandará a necessidade de estudos econômicos e a formulação de cenários para os mercados envolvidos, o que poderá ser coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A experiência internacional mostra que, em caso de comprovado prejuízo, pode-se estabelecer compensações, destacou. “Aqui no Brasil, no caso de a Petrobras justificar perdas, tais mecanismos também poderão ser contemplados”. disse Miranda.

Parte relevante da oferta da Petrobras não vem apenas de produção própria, mas de contratos com terceiros, prática restrito pelo termo de compromisso firmado entre a estatal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 2019. Dados da ANP compilados pela associação apontam para aquisição entre 22 milhões e 23 milhões de m³/dia pela Petrobras. Desse total, 15 milhões de m³/dia vêm da Bolívia e entre 7 milhões e 8 milhões de m³/dia vêm de outras produtoras, incluindo a Pré-Sal Petróleo (PPSA), como efeito dos contratos de partilha de produção.

A PPSA poderia ser outra fornecedora de gás natural nos leilões. Hoje a estatal realiza certames exclusivos de venda da cargas de petróleo e gás natural, relativas à parcela da União. Com perspectiva de maior produção nos campos do pré-sal, a oferta pela PPSA nos leilões regulados elevaria a competitividade, mas a decisão depende da elaboração de uma política pública pelo governo, apurou o **Valor**. Para fontes a par do tema, uma eventual oferta do gás da PPSA nos leilões seria “natural”, mas requer aval do MME ou do CNPE.

Pedrosa, da Abrace, disse que a precificação do gás natural não mudou mesmo com a abertura de mercado, pois competidores da Petrobras adotaram a mesma fórmula utilizada pela estatal. Logo, o preço do insumo acaba atrelado à cotação do gás natural liquefeito (GNL) de longo prazo no mercado externo, segundo o executivo.

O diagnóstico feito pelo Mdic em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getulio Vargas (FGV Ceri) concluiu que para aumentar a competitividade do gás seria necessário prosseguir com a abertura do mercado, aprofundando a reestruturação iniciada em 2009, quando entrou em vigor a primeira lei para o setor (11.909/2009). O estudo apontou ainda a existência de barreiras para a entrada de novos concorrentes.

O estudo do Mdic diz que o preço médio do gás natural caiu 15% ao longo de 2022 com maior número de ofertantes do insumo na malha integrada para distribuidoras e consumidores livres. Para o Mdic, a regulamentação de dispositivos legais introduzidos pela Nova Lei do Gás é “crucial porque possibilita aproveitar o potencial de vários mecanismos e dispositivos desta norma para desenvolver um mercado pujante e competitivo”.

LEO PINHEIRO/VALOR

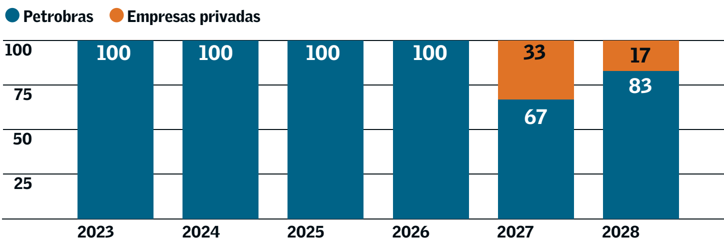


Paulo Pedrosa, da Abrace: leilões teriam contratos de curto e longo prazo

Em busca de maior oferta de gás natural

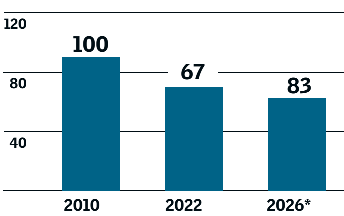
Como está e como será o mercado nos próximos anos

Participação de agentes em projetos de gás (sem reinjeção) - em %



Fonte: Gás Energy e Abrace

Participação da Petrobras na produção de gás - em %



Participação da Petrobras no mercado termelétrico - em %

120
80
40
2021: 100
2022: 80

Fonte: MDIC/FGV Ceri/MBC

ANP estudou mercado em 2023

Do Rio

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou em 2023 um diagnóstico do mercado de gás natural, já com vistas a obrigar a Petrobras a vender o insumo. Na ocasião, o governo estudava um “programa de liberação do gás natural do agente que detenha significativa participação de mercado”, conforme previsões legais. O programa ficou conhecido como “gas release”.

O plano sempre foi baratear o gás natural para a indústria, como parte de um plano de incentivo do crescimento da atividade no país, com atração de novas empresas, a chamada “neoindustrialização.”

A Lei do Gás (14.134/2021) prevê a realização de programas de desconcentração de mercado e promoção da concorrência. Tais programas ganharam força após resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de dezembro de 2022. Outros países que buscaram desconcentrar e acelerar a formação de mercado adotaram programas similares. A expectativa é que os debates sobre o tema sejam concluídos na agência na segunda metade de 2025.

O diagnóstico realizado pela ANP apontou que a abertura do mercado de gás trouxe avanços na liberação de capacidade na malha de transporte, mas com a persistência de entraves para se estabelecer mais competição.

Dados da ANP indicam que 346 contratos de venda de gás foram assinados com outros agentes em 2023, contra 198 em 2022 e 71 em 2021. Em paralelo, a Petrobras assinou 112 contratos ou aditivos foram firmados no ano passado, contra 61 em 2022 e 80 em 2021.

“O percentual elevado do gás de propriedade do incumbente [Petrobras] na produção nacional, ainda que cessasse a aquisição de gás rico dos terceiros nos próximos anos, limita os impactos positivos decorrentes do acesso de terceiros ao processamento”, disse a ANP na nota técnica lançada no ano passado. A agência prossegue:

“As dificuldades na efetivação do acesso às infraestruturas essenciais e a incapacidade de introduzir maior dinâmica concorrencial por meio de importações, seja por gasodutos ou GNL nos terminais integrados à malha de transporte, indicam que a atual posição dominante do incumbente não será alterada pelas forças de mercado nos próximos anos.”

A ANP incluiu o tema na chamada agenda regulatória, programação do órgão para os próximos anos, em 2025. A regulamentação do “gas release” está prevista pela ANP para concluir em 2026. ***(FC)***

Demanda das famílias por crédito aumentou em maio, aponta CNC

Alessandra Saraiva
Do Rio

As famílias aumentaram demanda por crédito em maio. É o que informou ontem a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ao anunciar a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). No levantamento, a parcela de endividados aumentou de 78,5% para 78,8% de abril para maio, e também ficou acima de maio de 2023 (78,3%).

Em contrapartida, a confederação detalhou que, entre os tomadores de empréstimo, a parcela dos que citaram uso do cheque especial terminou maio em 3,9%. Foi a menor proporção da história da pesquisa, iniciada em 2010.

Para a entidade, o aumento de endividamento tem a ver com contexto mais favorável para tomada de crédito. As famílias estão aproveitando melhores condições de juros ante igual período no ano passado. Isso porque o Banco Central iniciou, em meados de 2023, trajetória de cortes na taxa básica de juros (Selic), que norteia juros de mercado, incluindo os de empréstimos.

A inadimplência não mostrou avanço de abril para maio. Entre os endividados, 28,6% informaram dívidas em atraso, em maio, percentual igual ao de abril, e menor do que o observado em maio do ano passado (29,1%).

Já os inadimplentes que informaram não ter condição de quitar débitos foi de 12%, menor do que o de abril (12,1%). No entanto, essa fatia foi superior à observada em maio do ano passado, para a mesma resposta (11,8%).

Em comunicado, o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, observou que o fato de que mais pessoas estão endividadas, mas com queda do uso do cheque especial e estabilidade na inadimplência, é bom sinal. “O avanço no mercado de trabalho, apontado na última Intenção de Consumo das Famílias (ICF), também apurada pela CNC, revela uma maior parcela da população empregada e assalariada e, assim, com mais condições de arcar com seus pagamentos”, afirma Tadros.

Felipe Tavares, economista da confederação, concorda. “Isso indica que as famílias estão lidando melhor com o crédito no orçamento familiar, mostrando uma maior consciência no momento de se endividar, aliviando os indicadores de inadimplência”, explicou.

Entre as modalidades de crédito mais lembradas por endividados, o cartão de crédito ocupou mais uma vez a primeira posição. Esse tipo de crédito foi citado por 86,9% dos endividados. Projeções da CNC mostram que o aumento do endividamento deve continuar. A estimativa é que ultrapasse 80% em dezembro. No caso da inadimplência, a projeção da organização é que ela atinja proporção de 29,4%, no último mês do ano.

‘Não há razão’ para greve em universidades federais, diz Lula

Renan Truffi e Caetano Tonet
De Brasília

Três meses após dizer que a greve dos servidores era um “bom sinal” para a democracia, o presidente Luiz Inácio Lula Silva demonstrou estar incomodado com a continuidade da paralisação, que já dura aproximadamente 60 dias. O chefe do Palácio do Planalto disse ontem que “não há razão” para a manutenção da greve nas universidades e institutos federais, pois os prejudicados são os estudantes.

“Eu fui dirigente sindical e queria que fosse levado em conta o montante de recursos que foi colocado à disposição [dos servidores]. A gente vai continuar falando de novas universidades e institutos enquanto os alunos estão esperando a volta das aulas”, disse Lula.

O presidente reclamou da paralisação diante de uma plateia formada basicamente por reitores de institutos e universidades federais. Eles foram chamados para um ato, no Palácio do Planalto, que incluiu o anúncio de que o governo vai destinar R$ 3,77 bilhões, no âmbito do “Novo PAC”, para a construção de dez novos campi de universidades federais em cinco regiões do país. Além disso, a gestão petista vai direcionar R$ 1,75 bilhão para estruturação dos hospitais universitários, o que totaliza o investimento de R$ 5,5 bilhões.

Em seguida, o presidente cobrou que reitores não insistam no “tudo ou nada” durante as negociações com o Executivo. “O que me baqueia é ver no jornal que universidades estão sem dinheiro, é triste. Provem que está faltando dinheiro nas universidades e governo tem que arrumar recurso. Não se pode permitir que uma greve termine por inanição. Então o que temos que ter coragem é de negociar, mas tem que ter coragem de tomar decisões que não são o ‘tudo ou nada’ que foi defendido [pelos grevistas]”, argumentou.

Antes de Lula, o ministro da Educação, Camilo Santana (PT), também criticou a greve. Para ele, este instrumento deveria ser usado apenas quando não há mais diálogo. “Eu não via a necessidade dessa greve porque esse é um governo de diálogo. Este foi um governo que reabriu todas as mesas de negociação com todas as categorias”, afirmou Camilo.

O ministro destacou ainda que esta gestão não vai conseguir fazer a recomposição de toda a defasagem acumulada nos governos anteriores. “Em um ano e meio, não podemos recompor todo processo histórico de anos de defasagem salarial”, pontuou o ministro. No mesmo momento em que o evento ocorria no Palácio, grevistas protestavam em frente à sede do Executivo. Eles pediam, entre outras coisas, que Lula assuma as negociações.

Contas públicas Sem o impulso necessário na receita, equipe econômica já trabalha para intensificar cortes

Contenção de despesas ganha força no governo

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Os ruídos em torno da condução da política fiscal brasileira devem levar o governo a acelerar uma estratégia em defesa do arcabouço fiscal que já vinha sendo discutida na área técnica, apurou o **Valor**.

A ideia é reforçar medidas de contenção de despesas. Na principal frente, serão submetidas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva alternativas para conter a trajetória de crescimento das despesas com saúde, educação e benefícios atrelados ao salário mínimo.

"Se seguir do jeito que está, nós não seguramos esse déficit previdenciário", afirmou uma fonte da área econômica.

Outro integrante da área técnica da equipe econômica afirmou que "sem limitar, não dá".

Uma das hipóteses é limitar o crescimento desses itens ao limite de crescimento do teto do arcabouço: no máximo 2,5% ao ano acima da inflação.

Essa possibilidade fez parte de um conjunto de simulações sobre despesas com saúde e educação feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional, no Relatório de Projeções Fiscais, divulgado em março.

Também foram simulados os efeitos caso fosse adotada uma regra de crescimento conforme o crescimento populacional e o aumento da renda per capita.

Nessa mesma linha de reforçar o arcabouço fiscal, é considerado o contingenciamento das despesas programadas para este ano. A medida entrou no radar da área econômica, como mostrou o **Valor** na quinta-feira (6).

A possibilidade foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no dia seguinte.

A medida pode ser anunciada no dia 22 de julho, quando vai ser divulgado o relatório bimestral Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

O governo quer ainda aprofundar os trabalhos de revisão de gastos. O principal alvo são os gastos com a Previdência e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cuja trajetória de alta tem surpreendido o governo.

A conta de benefícios previdenciários se aproxima de R$ 1 trilhão. Assim, uma economia "pequena" pode trazer ganhos importantes ao equilíbrio fiscal, comentou uma fonte. A ideia é acelerar o trabalho que já vem sendo feito, de combater fraudes e eliminar distorções, e obter uma economia maior do que os R$ 14 bilhões já esperados.

DIOGO ZACARIAS/MF



Provável contingenciamento de despesas já entrou no radar de Fernando Haddad

O crescimento da conta do BPC também tem chamado a atenção da área técnica. A ideia é colocar uma lupa na concessão desses benefícios. O mesmo será feito com o seguro-defeso.

As medidas pelo lado das despesas já são discutidas há bastante tempo no governo, mas sempre enfrentaram dura resistência do Palácio do Planalto. Sobretudo da Casa Civil, de onde é coordenado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Porém, já vinham ganhando força diante da frustração parcial das medidas destinadas a elevar as receitas.

A busca do equilíbrio fiscal pela via do aumento da arrecadação encontra dificuldades, com a reação contrária de setores da economia e de parte do Congresso Nacional à Medida Provisória 1.227/24, conhecida como MP da Compensação.

Sobreveio ainda um elemento de incerteza, com a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, no fim de abril. Segundo fonte da área econômica, é possível que a arrecadação federal caia até 10% em relação ao projetado.

Nos bastidores da área econômica, avalia-se que a alta do dólar esteja muito mais relacionada ao cenário externo do que à política fiscal. Com uma perspectiva de crescimento de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) e de um Banco Central entregando a inflação dentro da meta, a avaliação é que a economia está bem.

Não se nega, porém, que o clima está ruim.

Estado do Rio vai monitorar grandes contribuintes

Rafael Rosas
Do Rio

A Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro deu início ao monitoramento de grandes contribuintes do Estado. Desde o mês passado, as 70 empresas com maior faturamento com atividades no território fluminense são acompanhadas pela Superintendência de Fiscalização e Inteligência Fiscal com o objetivo de identificar inconformidades e pendências tributárias e conceder a oportunidade de autorregularização para evitar que multas sejam aplicadas.

Juntas, essas 70 companhias representam 41% do ICMS arrecado pelo Rio e 55% da atividade econômica do Estado. O grupo foi selecionado segundo critérios de faturamento e arrecadação de 2023 e conta com empresas de setores como transporte, petróleo e combustíveis, comércio e supermercados.

Entre janeiro e abril, o Estado do Rio arrecadou a média mensal de R$ 10,8 bilhões, entre receitas tributarias e não tributárias, e a Secretaria de Fazenda estima que no curto e médio prazos haverá um aumento de arrecadação, embora não faça estimativas a respeito desse crescimento.

O subsecretário de Receita estadual, Adilson Zegur, afirma que a iniciativa não tem caráter fiscalizador, mas de acompanhamento. Ele explica que será feita uma imersão dos funcionários da Fazenda nas companhias e, a partir daí, eles estarão aptos para identificar e corrigir eventuais erros ou falhas nos processos de pagamentos de tributos. Zegur diz que a expectativa é melhorar o processo de recolhimento de recursos para os cofres estaduais, ao mesmo tempo em que as multas e questionamentos judiciais deverão ser reduzidos.

"Antes de sermos o fiscal, vamos monitorar a empresa"
Adilson Zegur

"Antes de sermos o fiscal, vamos monitorar o comportamento da empresa. Para isso, vamos precisar conhecer o negócio dela, as etapas anteriores e posteriores, a transmissão do crédito, a recepção do débito. Uma série de informações que não temos", diz.

O monitoramento, que será realizado por 48 auditores fiscais da Receita Estadual, vai consistir no levantamento e cruzamento de dados dos contribuintes para identificar inconformidades relacionadas a itens como ICMS não recolhido ou pago a menos, questões de legislação envolvendo operações de compra e venda, escrituração tributária e obrigações acessórias, que são aquelas que não têm ligação com o pagamento de impostos. Os contribuintes serão comunicados de eventuais irregularidades via Domicílio Eletrônico do Contribuinte (DeC), ficando sujeitos à fiscalização somente após o vencimento do prazo de 30 dias.

Zegur ressalta que o Rio é o primeiro Estado a ter esse tipo de acompanhamento, mas explica que a prática é "pacificada" em diversos países e frisa que a Receita Federal já a utiliza. "O monitoramento tem como objetivo despertar na empresa a percepção de que há o equívoco. Assim ela pode se adequar e entrar em conformidade. A Receita Federal faz isso, mas por programas. Nós institucionalizamos isso."

Zegur diz que um "um subproduto importantíssimo" desse levantamento será ter as maiores empresas como "modelos" para os respectivos setores. A partir daí, a Receita estadual poderá traçar parâmetros e utilizá-los na fiscalização de companhias menores. "Vamos conseguir tirar índices para ver os que faturam abaixo dessas empresas. Teremos uma régua para poder aplicar nos que faturam imediatamente abaixo", afirma.

INÊS 249

Política

Poderes Em reunião com o chefe do Executivo e o ministro da Fazenda, presidente do Senado reclamou que não foi avisado com antecedência sobre a medida

Pacheco avisa Lula que pretende devolver medida do PIS/Cofins

Julia Lindner, Caetano Tonet, Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nessa segunda-feira (11), em reunião no Palácio do Planalto, que pretende devolver a medida provisória (MP) que altera as regras do uso de crédito do PIS e da Cofins, caso o governo não apresente até esta terça-feira uma alternativa para o impacto gerado com o texto a diversos setores da economia. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também participou do encontro.

Na reunião reservada, Pacheco reclamou ao presidente da República por não ter sido informado previamente sobre a medida, que pegou ele e outros parlamentares aliados do governo de surpresa na semana passada.

Na visão de Pacheco, a iniciativa do Executivo também gerou um descontentamento do setor produtivo, que teve que se deparar "da noite para o dia" com uma situação que, para o presidente do Senado, enseja em vício de constitucionalidade.

Durante a conversa com Lula e Haddad, Pacheco deixou claro que ficou insatisfeito pelo fato de o governo querer tratar desse tema por meio de MP, que possui vigência imediata, e sem respeitar a noventena, princípio da anterioridade.

O presidente do Senado também disse que deverá tomar uma decisão sobre a eventual devolução da medida até esta terça. Há um esforço para se buscar outras fontes para fazer frente à desoneração da folha.

A MP do PIS/Cofins foi editada na semana passada para compensar a renúncia fiscal prevista com a manutenção do sistema de desoneração da folha de pagamento de salários.

Esse modelo de tributação foi criado em 2011 e prevê que segmentos da economia intensivos em mão de obra substituam a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Segundo empresários e sindicalistas, a medida contribui para a geração de empregos, pois reduz custos com contratações. Juntas, as companhias desses segmentos empregam 9 milhões de trabalhadores.

No ano passado, o Congresso aprovou a prorrogação da desoneração para os setores e instituiu um sistema semelhante para cidades com até 156 mil habitantes. O presidente Lula vetou a lei, decisão que mais tarde foi derrubada pelo Congresso. Nesse contexto, a MP do PIS/Cofins foi apresentada como parte de uma tentativa de acordo em torno da desoneração.

Na semana passada, o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), expôs a insatisfação da Casa com a forma como o texto foi apresentado. "Enquanto nós estávamos debruçados sobre o problema do [projeto de lei do] Mover, foi editada uma medida provisória que tomamos conhecimento na sua publicação", disse Braga.

"Lamentavelmente, nós tomamos conhecimento da MP junto com vocês [da imprensa], depois da publicação", reforçou o senador em outro momento.

O **Valor** apurou que o encontro entre Lula, Pacheco e Haddad faz parte de uma ofensiva do governo para tentar amenizar a reação de setores à proposta apresentada pela equipe econômica. Como parte dessa operação, o ministro da Fazenda também deve se reunir na tarde desta terça-feira com representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para contornar o clima de insatisfação.

Sobre isso, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha afirmou que a ideia é "intensificar as negociações". "O presidente Lula determinou a nós, do ministério das Relações Institucionais, ao ministro da Fazenda, o líder do governo do Senado, que é o relator do projeto do de lei no Senado, para que hoje, amanhã, essa semana intensifique essas negociações, seja com a identidade dos setores econômicos, seja com as lideranças tanto no Senado quanto na Câmara, possa sentar, discutir e concluir a melhor proposta", disse o ministro.

Mais cedo, ao chegar à sede do Ministério da Fazenda, Haddad afirmou que a equipe econômica estava disposta a negociar e que deveria encontrar com líderes para tratar de pontos da medida.

"Vamos aproveitar essa semana para explicar a medida e diluir determinados questionamentos que não conferem com a intenção da MP, sobretudo no que diz respeito à importação", afirmou Haddad, ao chegar à sede da Fazenda, em Brasília.

O ministro disse ainda que a MP não tem impacto sobre preços porque "a devolução [dos créditos] continua garantida" no texto. *(Colaborou Gabriela Pereira)*

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



Pacheco: presidente do Senado disse que ele e os senadores aliados foram pegos de surpresa pela edição da MP

"Vamos aproveitar essa semana para explicar a medida"
Fernando Haddad

Empresas contestam MP e recorrem ao Judiciário

Laura Ignacio
De São Paulo

Empresas e entidades começam a entrar com ação na Justiça contra a Medida Provisória nº 1.227. Elas pretendem voltar a poder usar créditos de PIS e Cofins para quitar débitos de quaisquer tributos federais. Entra elas estão a Pirelli Pneus e a Associação Comercial e Industrial de Paulínia (SP), que propuseram ação na Justiça Federal.

A Medida Provisória 1.227 foi instituída pelo governo federal, com o objetivo de gerar uma receita de R$ 29,2 bilhões, ainda este ano. A ideia seria compensar a renúncia fiscal da desoneração da folha de pagamento de 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios.

Antes, os créditos de PIS e Cofins podiam ser usados para quitar débitos de IR, CSLL, entre outros. Com a entrada em vigor da MP, as empresas passaram a só poder fazer essa compensação com débitos de PIS e Cofins.

Nesse caso, a única alternativa passou a ser pedir o ressarcimento em dinheiro de tais créditos. Contudo, segundo advogados, isso pode demorar mais de um ano para se concretizar, o que leva contribuintes a recorrer ao Poder Judiciário.

Para os contribuintes que acumulam créditos presumidos, a situação é mais grave: não podem pedir o ressarcimento. Por isso, dizem especialistas, haverá um acúmulo indissolúvel de créditos para setores como a indústria petroquímica, medicamentos, carnes, indústria citricultora, soja, produtores de alguns itens da cesta básica.

Ao contrário do que afirma o governo federal, ambas as medidas majoram a carga tributária dos contribuintes, de acordo com análises de tributaristas.

"Podemos dizer de imediato que houve violação do princípio da noventena e que uma MP não seria o meio legal para esse tipo de alteração legislativa", afirma a advogada Aline Timossi Raposo, coordenadora do escritório LBZ. Pela noventena, também conhecido como princípio da não surpresa, a majoração de contribuição só pode valer após 90 dias.

Se não conseguir suspender os efeitos da MP na Justiça, um cliente do escritório LBZ, do setor de fertilizantes, terá que desembolsar, este mês, R$ 75 milhões por estar impedido de usar créditos de PIS e Cofins para pagar Imposto de Renda, segundo Aline.

O advogado Fabio Calcini, sócio do escritório Brasil Salomão e Mathes Advocacia, também afirma que se há majoração de contribuição deve ser respeitada a noventena. "Esse é o principal ponto para a judicialização, até para suspender os efeitos práticos da MP", diz.

De acordo com Calcini, há jurisprudência para sustentar essa discussão. "O Supremo Tribunal Federal, no caso da discussão sobre o Reintegra, quando o governo reduziu o percentual do crédito, sem considerar a anterioridade, disse que é preciso respeitar esse princípio porque seria uma majoração indireta da carga tributária", diz.

Segundo Luiz Rogério Sawaya, sócio do escritório Sawaya & Matsumoto Advogados, a grande questão é que esse direito de compensação de créditos de PIS e Cofins com quaisquer tributos federais é veiculado desde 2002, por meio da Lei nº 10.637, que garante a não cumulatividade, ou seja, "é um direito que já se sedimentou". Para Sawaya, embora o governo possa alegar que a MP respeita a não cumulatividade dos créditos de PIS e Cofins, por manter a possibilidade de ressarcimento, antes havia um direito ao aproveitamento amplo, que garantia um regime neutro. "Limitar a não cumulatividade, gerando aumento de carga, é uma violação de direito", afirma o advogado.

O azedume que rega homenagens a Campos Neto

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

A dupla homenagem prestada ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, nesta segunda-feira, a primeira na Assembleia Legislativa e a segunda, em jantar oferecido pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, é a ofensiva mais concreta da oposição para tomar do governo Luiz Inácio Lula da Silva a base de apoio no meio empresarial e financeiro que hoje está ancorada no ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

É jogo jogado o do governador paulista. Ainda que as cartas da oposição não estejam sobre a mesa, Tarcísio de Freitas já começou o aquecimento para entrar em jogo em 2026. Cobrado, informou se tratar de jantar "íntimo" para celebrar a homenagem a um amigo de quem se aproximou no governo Jair Bolsonaro, ao qual serviu como ministro da infraestrutura.

A lista de convidados tinha mais de 70 "amigos íntimos" no Bandeirantes e 170 pessoas na Alesp, cerimônia em cuja mesa, além do deputado autor da homenagem, Tomé Abduch (Republicanos), e de Campos Neto, contou com a presença do governador e do prefeito Ricardo Nunes.

Entre os "amigos íntimos" compareceram ao jantar e à Alesp os presidentes do BTG, André Esteves, e do Bradesco, Marcelo Noronha, além do presidente do Conselho de Administração deste banco, Luiz Carlos Trabuco. Dois ex-ministros do governo Jair Bolsonaro, Bruno Bianco (AGU) e Fabio Faria (Comunicações), hoje no BTG, também eram esperados.

Os presidentes da Federação dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney, e da Natura, Fabio Barbosa, ex-chefe de Campos Neto no Santander, foram convidados a ambos os eventos mas só foram à Alesp. Já o sócio da QMS Capital, e um dos gestores do mercado mais próximos de Haddad, Marcelo Kayath, marcou presença num e noutro. A lista do jantar ainda contava com um empresário do ramo de confecções do Brás, Miled Khoury, um dos maiores fabricantes de jeans no país e amigo de Campos Neto.

Se a principal autoridade monetária do país é homenageada, é natural que os agentes do mercado se disponham a comparecer, ainda que alguns deles se perguntem se ele deveria ter aceitado a homenagem e instituições, como o Itaú, não tenham enviado um único representante. O deputado autor da homenagem diz que o presidente do BC a aceitou de bate-pronto quando a ideia lhe foi proposta no fim de abril.

Campos Neto é o primeiro presidente do BC independente. À independência operacional, pode vir a se somar a financeira, se a proposta de emenda constitucional que está no Senado for votada.

Tom de Ometto em evento levou Haddad a procurá-lo. Não houve entendimento

SILVIA ZAMBONI/VALOR — 5/5/2021



Ometto: ausente das homenagens, empresário deu o tom das insatisfações do PIB nacional com a MP do PIS/Cofins

Nos últimos dias a PEC ganhou tração. Se não há dúvida da independência do atual governo, Campos Neto não consegue convencer de que goze do mesmo status em relação à oposição.

Não há "viés ideológico" no evento, assegura Abduch. "A independência do BC é o que nós, conservadores, queremos e esta homenagem é para que ele se mantenha firme na independência", diz. O que ainda está por se provar é se a homenagem seria igualmente normalizada se tivesse sido proposta por um deputado de esquerda, na assembleia de um Estado governado pelo PT, a um presidente de BC indicando pelo presidente eleito pelo mesmo partido.

Quando os convites começaram a ser enviados, no fim de abril, a relação entre Campos Neto e Haddad ainda não estava no ponto de esgarçamento de hoje. Se o presidente do BC desgastou-se ao abandonar a cautela num evento em Nova York, em abril, sinalizando a mudança de tom que seria adotada pela instituição, Haddad, com a MP do PIS/Cofins, desgastou-se por último. E é esse desgaste que corre o risco de ser potencializado com as homenagens que acontecem no mesmo dia em que o dólar chegou a R$ 5,39.

O fim de semana ofereceu uma prévia durante o evento promovido pelo grupo Esfera, numa mesa que reuniu Tarcísio de Freitas, o presidente do TCU, Bruno Dantas, e o presidente do Conselho de Administração do Cosan, Rubens Ometto. De uma tacada, o governador colocou-se como um "bolsonarista que acredita no SUS e na transição energética".

Ometto, saudado por Freitas como o Barão de Mauá da conjuntura, "com a diferença que Mauá quebrou e o Rubens não vai quebrar", vocalizou a insatisfação do setor privado com mudanças legais e infralegais que aumentam receita sem o correspondente corte de despesas. Dantas ainda saiu em defesa da Fazenda ao explicar que o ministro buscava cobrir rombos no Orçamento feitos pelo Congresso, como, por exemplo, a desoneração de 17 setores da economia, mas não foi capaz de roubar a cena de Ometto.

O sucesso do fundador da Cosan deve-se à insatisfação generalizada com a MP que põe fim à acumulação de crédito do PIS/Cofins. A Fazenda tem informações de que, em três anos, esta acumulação saltou de R$ 5 bilhões para R$ 22 bilhões porque passou a ser usada como um meio de as empresas se financiarem.

O tom de Ometto no evento levou Haddad a procurá-lo no fim de semana. Não é a primeira vez que surgem arestas entre o grupo e a Fazenda. Já haviam se desentendido na mudança que restabeleceu o voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o Carf, e na negociação da MP 1185, que mudou as regras da tributação sobre subvenções fiscais. Em ambas as mudanças, porém, ministro e empresário acabaram se entendendo. Desta vez, não houve entendimento.

O grupo Cosan é o maior detentor privado de créditos do PIS/Cofins. De acordo com tabela da XP com o impacto das novas regras sobre as empresas, apenas a Raízen, empresa do grupo, acumula R$ 8,2 bilhões em créditos, seguida pela Vale (R$ 7,1 bi), Ambev (R$ 6,9 bi), Casas Bahia (R$ 2,8 bi) e JBS (R$ 2,3 bi). O maior volume de créditos do PIS/Cofins, porém, está nas mãos da Petrobras (R$ 19,6 bi). O valores estão nas demonstrações financeiras das empresas.

Ometto diz ter vocalizado uma insatisfação que é generalizada. Não esteve nas homenagens desta segunda a Roberto Campos Neto, mas seu azedume com o governo deu o tom dos eventos.

valor.com.br
Andrea Jubé voltará a escrever no dia 25 de junho
www.valor.com.br

INÊS 249

Poderes Presidente do BC recebeu maior honraria do Legislativo paulista; em seguida foi a jantar organizado por Tarcísio de Freitas

Políticos e mercado homenageiam Campos Neto na Assembleia de SP

Lucas Ferraz e Sérgio Tauhata
De São Paulo

Com o plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo repleto de banqueiros, economistas e operadores do mercado financeiro, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, recebeu nessa segunda-feira (10) a maior honraria do Legislativo paulista, o colar de honra ao mérito, destinado a quem contribuiu para o desenvolvimento social, cultural ou econômico do Estado.

Exaltado por políticos da direita como o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), além de ex-integrantes do governo de Jair Bolsonaro (PL), Campos Neto teve sua atuação no comando do BC elogiada por medidas como a criação do pix e por uma política monetária considerada conservadora, motivo de um embate com o governo Lula (PT).

A solenidade na Assembleia Legislativa foi uma espécie de pré-festa para o jantar organizado pelo governador em homenagem a Campos Neto, que aconteceria na sequência no Palácio dos Bandeirantes. Muitos dos presentes no plenário iriam depois para o jantar na sede do Executivo estadual.

Tarcísio mencionou a relação tranquila que teve com o homenageado durante o governo Bolsonaro. "Ele é meu ET favorito, uma pessoa fora da curva. Anotava tudo o que ele falava [no governo Bolsonaro] porque eu queria ser como ele", disse o governador, citando a atuação de Campos Neto para obter vacina da Pfizer para o Brasil no início da pandemia — o que foi desconsiderado por Bolsonaro.

RODRIGO ROMEO/ALESP



Roberto Campos Neto: "A autonomia do BC ainda não está completa"

Em seu discurso, o presidente do BC fez uma avaliação dos principais desafios de seus quase cinco anos de mandato. "Se fosse um livro teria oito capítulos", disse, incluindo entre esses pontos a criação do pix, a pandemia, que segundo ele causou como reação a maior injeção fiscal da história, e os desafios da autonomia do BC.

"Com o início do novo governo [Lula, em 2023], iniciou-se também o primeiro teste real da autonomia, um período em que ela foi alvo de questionamentos. É importante lembrar que a autonomia do BC ainda não está completa", afirmou Campos Neto, que fez questão de convidar para a cerimônia ex-integrantes do governo Bolsonaro como Luiz Mandetta, que foi ministro da Saúde durante a pandemia.

A homenagem foi ideia do deputado estadual bolsonarista Tomé Abduch (PL), que recusou a pecha de evento da direita. Apesar de a cerimônia ter reunido praticamente representantes de apenas um espectro político, o autor da honraria disse ter convidado a oposição — o deputado Eduardo Suplicy (PT) era o único presente — e até o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Não tenho nenhuma intenção de politizar ou polarizar com essa honraria", disse ele ao **Valor** antes da cerimônia. No entanto, o evento teve o objetivo claro de louvar a agenda liberal de Campos Neto e defender a autonomia do Banco Central, alvo de críticas do presidente Lula, que deseja redução mais expressiva da taxa de juros.

Economista que fez carreira no mercado financeiro, atuando principalmente no banco Santander, Roberto Campos Neto assumiu a presidência do Banco Central, indicado por Bolsonaro, em março de 2019. Ele é o primeiro no cargo desde que a autonomia do BC passou a vigorar em lei, no início de 2021. Seu mandato termina em 31 de dezembro, quando Lula deve indicar — mediante aprovação no Senado — um sucessor provavelmente alinhado a seu governo.

Estavam presentes no evento nomes como André Esteves, presidente do conselho de administração do BTG Pactual, Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, o CEO do banco, Marcelo Noronha, além de economistas do Santander e ex-integrantes da equipe econômica de Paulo Guedes, ministro da Economia de Bolsonaro.

Ex-governadores do Estado também estavam presentes, caso de João Doria e Rodrigo Garcia, além do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas.

As homenagens por parte da Assembleia Legislativa e também pelo governador, com o jantar oferecido a Campos Neto, coincidem com um momento de críticas à política econômica do governo Lula.

CAE do Senado analisa marco dos seguros

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado vai analisar, nesta terça-feira (11), o projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC) que regulamenta o setor de seguros no Brasil. Caso aprovado no colegiado, a matéria precisa ser analisada no plenário da Casa e, se avançar, retornará à Câmara dos Deputados em função das alterações. Relator da proposta, conhecida como novo marco dos seguros, o senador Otto Alencar (PSD-BA), afirmou ao **Valor** que fará apenas uma alteração em seu parecer, adicionando um dispositivo que prevê que a União receba os prêmios não resgatados pelos beneficiários.

"Quando um casal, por exemplo, tem seguro, mas não tem dependentes para receber o prêmio e os dois morrem, esse prêmio, por lei, deverá ir para o Estado. Hoje, a seguradora fica quieta e o prêmio fica com a seguradora", afirmou Alencar. "Já existe uma lei, mas não está muito clara", acrescentou.

O parecer de Alencar foi alinhado com o Ministério da Fazenda. O tema está entre as prioridades da agenda microeconômica da pasta comandada por Fernando Haddad com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios e impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos anos. Segundo dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), o setor tem hoje uma participação de 3,6% no PIB, com potencial para atingir de 6% a 10%.

Um dos impasses em relação ao projeto é sobre resseguros, que consiste na contratação de uma outra empresa para transferência de parte dos riscos de seus contratos. O artigo 63 do projeto prevê que as companhias estrangeiras que atuarem como resseguradoras em contratos firmados no Brasil terão de seguir as normas vigentes do país. O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) apresentou uma emenda para que o artigo seja retirado do projeto e se mantenha a regra atual. Hoje, em qualquer disputa judicial envolvendo resseguradoras de fora do país, a discussão se dá no país sede da empresa.

Ao **Valor**, o relator antecipou que não irá acatar a emenda sugerida por Mecias. Para ele, travar disputas judiciais fora do país representa um custo para o segurado. "Você vai discutir isso lá fora, você tem que ter advogado, vai para lá e tem que se submeter a legislação de lá. Com essa nova lei, as coisas vão ter que ser definidas na legislação brasileira", pontuou Otto Alencar.

O presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS), Ernesto Tzirulnik, um dos idealizadores da proposta que vem sendo discutida desde 2004 no Parlamento, explica que o novo marco dos seguros garante que as intervenções das resseguradoras internacionais nos contratos de seguro esteja sob a jurisdição brasileira.

"Não faz sentido todos os agentes econômicos estarem submetidos à lei de contrato de seguro brasileira e alguns agentes econômicos se furtarem à incidência da lei do contrato de seguro. Se esse alguém, pode ser chinês ou alemão, exerce um papel influente no cumprimento de um contrato, nada mais natural que ele se submeter à lei que regula aquele contrato", pontuou Tzirulnik.

Procurada, a Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber) não quis se manifestar.

Judiciário Se nada de novo surgir, investigações têm potencial para se prolongar por, ao menos, mais um ano

Inquérito de 'fake news' pode se estender

Isadora Peron
De Brasília

Abertos para tentar conter os ataques contra as instituições, os inquéritos das "fake news" e das milícias digitais possuem material que rendem, se nenhum fato novo surgir, pelo menos mais um ano de investigação. Segundo o **Valor** apurou, isso inclui até mesmo diligências no exterior, como nos Estados Unidos e no Canadá.

Os dois inquéritos são relatados no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ministro Alexandre de Moraes e têm entre os seus alvos o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e alguns dos seus principais aliados, além de familiares.

Nos últimos tempos, integrantes do Supremo voltaram a defender que seria melhor concluir os dois processos. Pelo menos um ministro abordou o assunto diretamente com Moraes. A avaliação é que a medida seria importante para distensionar o ambiente político e fazer um gesto no sentido à volta da normalidade institucional.

Moraes, no entanto, não parece disposto a encerrá-los tão rápido. Nessa segunda-feira, ele prorrogou por mais 180 dias (seis meses) o inquérito das milícias digitais. Aberta em julho de 2021, essa investigação já foi prorrogada ao menos dez vezes.

Colocar um fim a inquéritos que reúnem tantas frentes não costuma ser uma tarefa simples. Pelo procedimento padrão, o ministro teria que pedir à Polícia Federal (PF) um relatório final desses procedimentos e, na sequência, encaminhar o material para a análise da Procuradoria-Geral da República (PGR). Caberia então à PGR indicar se há elementos para apresentar uma denúncia ou sugerir o arquivamento dos casos.

Segundo fontes a par das investigações, o inquérito das "fake news", aberto em março de 2019, já deu origem a cerca de 20 outros inquéritos que tramitam na Corte. Mesmo assim, as críticas se acumulam nos últimos cinco anos. A principal delas é que a investigação foi instaurada "de ofício" pelo então presidente do STF, Dias Toffoli, isto é, sem que houvesse um pedido da PGR ou da PF. Moraes também foi escolhido como relator sem sorteio, como acontece normalmente.


ANDRESSA ANHOLETE/SCO/STF
Inquéritos relatados por Moraes demandam até diligências no exterior

Os críticos apontam ainda que os alvos muitas vezes não possuem prerrogativa de foro e, por isso, não deveriam ser investigados pelo Supremo. Por outro lado, a manutenção do processo aberto foi por muito tempo defendida por ministros da Corte como uma maneira de frear os ataques às instituições.

Com a conclusão do processo eleitoral e a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a expectativa era que as investidas antidemocráticas diminuiriam e a conclusão desses inquéritos seria um caminho natural. O cenário, no entanto, mudou depois dos atos golpistas de 8 de janeiro do ano passado.

O avanço das investigações desses dois inquéritos, por exemplo, fez surgir novas suspeitas contra Bolsonaro, como o caso das fraudes nos cartões de vacina contra a covid-19, da venda ilegal de joias recebidas como presentes oficiais e da tentativa de golpe de Estado.

Pressionado a não explodir as pontes com o Congresso, Moraes passou a adotar nos últimos meses um tom menos rígido em suas decisões. Recentemente, o ministro evitou determinar medidas mais drásticas diante da revelação de que Bolsonaro passou dois dias na embaixada da Hungria logo após ter o passaporte apreendido pela PF, em fevereiro. Ao se manifestar sobre o caso, disse que não havia elementos que indicassem que o ex-presidente se hospedou no local para negociar um eventual asilo político e escapar das punições legais no Brasil.

Antes de deixar o comando do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro também colocou para julgamento o caso do ex-juiz da Lava-Jato e senador, Sergio Moro (União-PR), que foi absolvido por unanimidade das acusações de cometer abusos durante o período da pré-campanha em 2022. Em outra frente, Moraes abriu mão de ser o relator de um caso de ameaça e perseguição contra integrantes da sua família, depois de determinar a prisão de duas pessoas.

Câmara estuda como evitar confronto entre deputados

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Diante da quase pancadaria entre o deputado André Janones (Avante-MG), aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e representantes do bolsonarismo no Conselho de Ética, a cúpula da Câmara quer adotar medidas para evitar que sua imagem saia prejudicada e o nível dos confrontos entre os deputados escale ainda mais, mas parlamentares estão céticos quanto à eficácia das medidas que podem ser adotadas.

Estudos técnicos já foram encomendados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que deve convocar reunião com líderes partidários assim que receber esses relatórios.

Entre os parlamentares, há quem defenda um endurecimento das punições, como já chegou a ser cogitado em outro momento da atual legislatura, mas a maioria não acredita em mudanças substanciais, principalmente porque lideranças querem evitar indisposições meses antes da eleição do novo comando da Casa. O nome do sucessor de Lira será definido em fevereiro do ano que vem.

O sinal de alerta sobre a necessidade de medidas para conter os ânimos dos deputados ocorreu após os confrontos chegarem num novo nível na semana passada com a confusão entre Janones e parlamentares alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A briga começou logo após a comissão presidida por Leur Lomanto Júnior (União-BA) arquivar representação do PL contra o deputado mineiro. Bolsonaristas provocaram, o aliado de Lula reagiu e a confusão foi generalizada.

A internação da deputada Luiza Erundina (Psol-SP), que passou mal na Comissão de Direitos Humanos após ser hostilizada por colegas do colegiado, levou ao encerramento precoce da sessão na quarta-feira (5), mas também corroborou com o sentimento de que algo precisa ser feito.

Como os embates ocorreram nas comissões, Lira procurou aliados, pediu relatos de ambos os episódios e solicitou sugestões do que poderia fazer. Depois disso, falou com técnicos do Congresso e encomendou um estudo que elencasse eventuais medidas que poderiam contribuir para que evitar que a crise continue escalando.

No começo da legislatura, Lira tentou impor punições de ambos os lados para evitar casos mais graves, mas a ideia não prosperou devido a um acordo entre PL e PT para arquivar todos os casos.

Na época, a promessa era "passar a régua" para trás e punir com rigor novos casos. Isso não ocorreu e as representações continuam a ser arquivadas no conselho com, no máximo, uma "censura verbal" no plenário — e nem isso tem ocorrido, já que Lira teria que ler um "puxão de orelha" contra o parlamentar punido — ou "censura por escrito".

Enquanto opositores de Lula defendem que parlamentares sejam punidos com suspensão do mandato por seis meses, deputados da esquerda estão céticos de que haverá medidas mais duras, porque afirmam que o período pré-sucessão na Câmara fará com que os candidatos e Lira evitem se indispor com os partidos.

INÊS 249

Cenário O avanço da extrema direita ocorre em meio ao crescente atraso dos países do bloco europeu em relação aos EUA e à China

Eleições refletem uma Europa com menos peso no mundo

Assis Moreira
De Genebra

O centro foi o vencedor da eleição para o Parlamento Europeu, concluída domingo. Mas a extrema direita avançou num cenário de nova era geoeconômica que causa disrupções no modelo econômico da Europa e evidente "désarroi", ou seja, confusão, ansiedade, angústia, aflição.

O Velho Continente está ficando cada vez mais atrás dos EUA e da China e vendo o avanço de vários emergentes: a fatia da Europa na economia global caiu de 25,8% para 14,1% entre 1980 e 2024 em Paridade do Poder de Compra (PPC), pelos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A parte dos EUA na economia global caiu de 21,3% para 15,5% no mesmo período. Já o peso da China deu um salto de 2,26% para 19,01%, superando americanos e europeus, sempre em PPC.

O cenário demográfico e econômico global mudou radicalmente — e para pior para os europeus, se não houver reações urgentes, constata Enrico Letta, ex-premiê da Itália, num recente relatório sobre o futuro do bloco europeu.

Nas últimas três décadas, a diminuição da participação da UE entre as maiores economias do mundo, em favor das economias asiáticas em ascensão, foi parcialmente impulsionada por mudanças demográficas, com a UE tendo uma população cada vez menor e mais envelhecida, nota Letta.

Em contraste com o crescimento observado em outras regiões, a taxa de natalidade na União Europeia (UE) vem caindo de forma alarmante, com 3,8 milhões de bebês nascidos em 2022, uma redução em relação aos 4,7 milhões de nascimentos registrados em 2008.

Mesmo sem considerar as economias asiáticas, a UE está ficando para trás em relação aos EUA. Em 1993, as duas áreas econômicas tinham um tamanho comparável. Mas entre 1993 e 2002 o PIB per capita nos EUA aumentou quase 60%, enquanto no do bloco europeu o aumento foi inferior a 30%.

Cerca de metade dessa lacuna reflete diferenças de produtividade. A outra metade se deve a escolhas sociais de trabalhar menos horas per capita ao longo da vida, segundo outro relatório, que avalia que, a menos que a Europa consiga reenergizar o crescimento, sua posição de liderança em sustentabilidade e inclusão poderá ser comprometida.

No geral, as maiores empresas da Europa já ficaram atrás de suas concorrentes americanas em vários aspectos. A estimativa é de que, de 2015 a 2022, as europeias gastaram metade do valor em pesquisa e desenvolvimento (P&D) como parcela da receita e investiram menos (mesmo ajustando para seu tamanho menor). Em consequência, o crescimento das europeias foi dois terços inferior, enquanto o retorno sobre o capital foi quatro pontos percentuais menor. Em 2022, a capitalização total do mercado era 2,5 vezes maior nos EUA do que na Europa, e a escala das empresas americanas era quase o dobro.

Para Mario Draghi, ex-premiê da Itália e ex-presidente do Banco Central Europeu, o bloco europeu precisa passar por reformas radicais. Observa que, num ambiente internacional inofensivo, os europeus contavam com a igualdade de chances e com uma ordem internacional baseada nas regras, esperando que os outros fariam o mesmo. Só que, hoje, o mundo muda rapidamente "e nos pegou de surpresa". Mais importante, diz Draghi, outras regiões não respeitam mais nenhuma regra e concebem proativamente políticas para reforçar sua competitividade.

> Estima-se que Europa precise de €500 bi a €1 tri por ano para ampliar competitividade

No melhor dos casos, diz Draghi, essas políticas visam reorientar os investimentos para suas próprias economias em detrimento dos outros; no pior dos casos, elas são elaboradas para tornar os outros dependentes delas.

Cita a China, que na sua visão procura se apropriar e internalizar toda a cadeia de fornecimento de tecnologias verdes e tecnologias avançadas, e assegurar o acesso às matérias-primas necessárias para isso. Essa expansão rápida da oferta provoca um excesso de capacidade importante em vários setores e ameaça enfraquecer a indústria europeia, diz Draghi.

Quanto aos EUA, diz que utilizam uma política industrial em grande escala para atrair capacidades produtivas nacionais com valor agregado recorrendo ao protecionismo para excluir os concorrentes e utilizando sua potência geopolítica para reorientar e assegurar as cadeias de fornecimento.

Já a Europa precisa de uma estratégia clara, que não tem, nota Draghi. E precisará de muitos recursos. Uma estimativa aponta que para melhorar a competitividade europeia na nova era serão necessários entre € 500 bilhões a € 1 trilhão de valor agregado por ano até 2030. Para colocar isso em perspectiva, esse valor seria o equivalente a 5% a 10% do PIB da Europa em 2022 nos setores privados, excluindo o setor imobiliário, ou 12% a 24% das despesas com proteção social da Europa em 2022.

É nesse ambiente que os ganhos de partidos de extrema direita no Parlamento Europeu vão alterar equilíbrios políticos em meio a temores de irrelevância crescente do velho continente na cena internacional em turbulência.

A necessidade de relançar a competitividade da UE tem um certo consenso. O racha entre os membros é sobre a receita para fazer isso e tentar reduzir a distancia em relação aos EUA e China.

A agenda europeia atualmente evidencia necessidade de reformas para melhor integração em áreas de energia, digital, defesa e mercado de capitais. Mas o resultado das urnas no domingo mostrou que boa parte dos europeus quer é menos, e não mais, Europa.

Como ficarão a "agenda verde" para a transição ambiental, o alargamento da UE em meio à guerra na Ucrânia, e como responder a questões sobre democracia e estado de direito no velho continente?

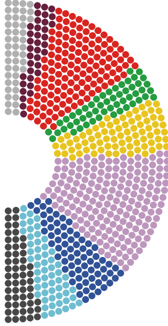
Socialistas e ecologistas querem impulsionar mais o "Green Deal" (Pacto verde); liberais e centristas preferem uma "pausa" em regulamentações ambientais, enquanto a extrema direita reforçada quer o desmatelamento do Pacto Verde — algo que afetaria a credibilidade e a capacidade europeia de influenciar ações climáticas internacionais.

Ninguém ignora que parte da extrema direita no Parlamento Europeu é pró-Rússia e resiste ao apoio de bilhões de euros para enviar armamentos e ajudar na reconstrução da Ucrânia.

Os governos da Alemanha e da França, países centrais na Europa, saem duramente derrotados da eleição do domingo. Para o presidente francês Emmanuel Macron, "a subida de nacionalistas e demagogos é um perigo para nossa nação e para a Europa".

Novo Parlamento Europeu

Extrema direita amplia bancada



Grupo parlamentar	Cadeiras projetadas
Partido Popular Europeu - EPP	186
Aliança Socialistas e Democratas - S&D	135
Renova Europa - Renova	79
Conservadores e Reformistas Europeu - ECR	73
Identidade e Democracia - ID	58
Membros não declarados*	55
Verdes/Aliança Europa Livre	53
Independentes	45
Esquerda	36

Fonte: Reuters *Membros recém-eleitos que ainda não se aliaram a nenhum grupo político. Eles podem fazer isso mais tarde ou permanecerem com independentes.

Ursula von der Leyen busca apoio da maioria de partidos de centro

Andrew Gray, Michel Rose e Julia Payne
Reuters, de Bruxelas

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, começou ontem a tentar montar uma coalizão para obter um segundo mandato à frente do órgão executivo da União Europeia, após a extrema direita ganhar terreno nas eleições para o Parlamento Europeu, o que levou o presidente francês Emmanuel Macron a convocar uma votação nacional antecipada.

Os partidos de centro-direita ganharam a maioria dos assentos na eleição de quatro dias, mas o avanço da extrema direita pode dificultar a aprovação de novas leis para responder a desafios de segurança, mudanças climáticas ou disputa com a China e os EUA.

Leyen saiu fortalecida das eleições nos 27 países concluídas no domingo, já que seu Partido Popular Europeu (PPE) de centro-direita ganhou assentos. Mas para se manter no cargo, ela precisa do apoio da maioria dos líderes nacionais da UE e de uma maioria no Parlamento Europeu.

Entre os líderes, Macron está inclinado a apoiar Leyen, disseram duas fontes à Reuters. Embora enfraquecido por uma dura derrota de seu partido, o Renascimento, para a extrema direita na eleição europeia, o presidente francês continua sendo uma figura-chave entre os líderes da UE.

O premiê alemão Olaf Scholz, também enfraquecido por um resultado eleitoral ruim, os socialistas ficaram atrás do extremista Alternativa para a Alemanha (AfD), disse ontem que era a favor de uma decisão rápida sobre os cargos de liderança da UE. Embora não tenha apoiado publicamente Leyen, espera-se que seu governo a apoie. "Não há razão para demorar muito com isso", disse Scholz.

No Parlamento, os partidos que apoiaram Leyen em 2019 — o PPE, os socialistas e os liberais — ganharam 400 assentos no Parlamento de 720 membros, segundo resultados provisórios.

Isso é amplamente considerado em Bruxelas como uma maioria apertada demais. Para garantir uma maioria mais confortável Leyen pode buscar o apoio dos Verdes, que sofreram grandes perdas, e da premiê de extrema direita da Itália, Giorgia Meloni, com quem tem se aproximado.

Mas os socialistas, liberais e verdes declararam que não trabalharão com a extrema direita, tornando o esforço de construção de uma coalizão de Leyen mais delicado.

Meloni também manteve suas opções abertas ontem, dizendo que era cedo demais para decidir sobre um segundo mandato para a atual presidente da Comissão.

Leyen disse que começaria reconstruindo a base parlamentar dos últimos cinco anos. "Durante toda a minha vida política, trabalhei para construir uma maioria ampla e eficaz em favor de uma Europa forte", disse ela após uma reunião dos líderes de seu partido conservador CDU em Berlim. "Por essa razão, agora nos aproximaremos das grandes famílias políticas que também trabalharam bem conosco no último mandato."

No domingo, ela disse que pretende trabalhar com aqueles que são "pró-europeus, pró-Ucrânia e pró-estado de direito" — uma descrição que ela aplica aos Irmãos da Itália de Meloni, mas não a outros partidos de extrema direita.

Os resultados provisórios mostram que o PPE obteve 186 assentos, com os socialistas formando a segunda maior bancada com 135, seguidos dos liberais, com 79.

Partidos nacionalistas, populistas e eurocéticos — que formam a extrema direita — estão a caminho de ganhar cerca de 25% dos assentos no Parlamento Europeu.

Analistas políticos atribuem esse avanço da extrema direita ao aumento dos custos de vida, preocupações com a migração e o custo da transição verde, bem como à guerra na Ucrânia — temas bastante explorados pelos partidos nacionalistas e populistas.

Mas quanto poder esses partidos terão dependerá de sua capacidade de superar diferenças. Eles estão divididos em duas famílias políticas, e alguns partidos e legisladores por enquanto permanecem fora desses agrupamentos.

Na França, o Reunião Nacional (RN) de Marine Le Pen ganhou mais de 31% dos votos, derrotando o partido Renascimento, de centro-direita, de Macron — que obteve apenas 14,6% — e levando Macron a convocar uma eleição parlamentar nacional antecipada.

> "Por toda minha vida trabalhei para construir uma Europa forte", *Ursula von der Leyen*

Na Alemanha, a AfD, de extrema direita ficou em segundo lugar com 15,9% dos votos, à frente dos social-democratas de Scholz, que obtiveram 13,9% no seu pior resultado de todos os tempos.

Meloni, por outro lado, saiu fortalecida, com seu partido obtendo o primeiro lugar na Itália com mais de 28,7% dos votos.

Na Polônia, a Coalizão Cívica, de centro-esquerda, do premiê Donald Tusk, membro do PPE, ficou em primeiro lugar. Na Espanha, o Partido Popular de centro-direita, também parte do PPE, ficou no topo, superando os socialistas do premiê Pedro Sánchez.

O Parlamento Europeu decide em conjunto com os governos nacionais da UE sobre as leis propostas pela Comissão Europeia para governar o bloco de 450 milhões de pessoas.

Primeira pesquisa aponta risco eleitoral para Macron



LUDOVIC MARIN/AP

A primeira pesquisa para as eleições legislativas antecipadas indicou ontem que o presidente da França, Emmanuel Macron (foto), teria menos cadeiras no Parlamento do que sua opositora, Marine Le Pen, do partido de extrema direita Reunião Nacional (RN). O grupo de Le Pen teria entre 235 e 265 vagas no Legislativo — hoje tem 88. Mas ficaria longe dos 289 que lhe dariam maioria absoluta, segundo pesquisa da Toluna Harris Interactive. O partido de Macron passaria dos atuais 250 deputados para de 125 a 155. Partidos de esquerda, somados, podem controlar 145 vagas. Macron dissolveu o Parlamento e antecipou eleições — para 30 de junho e 7 de julho — no domingo, após derrota para o RN nas eleições europeias.

Premiê da Alemanha rejeita antecipar eleições

Agências internacionais

O premiê alemão, Olaf Scholz, rejeitou ontem a pressão para antecipar as eleições — a exemplo do que fez o presidente francês Emmanuel Macron —, após os três partidos de seu governo de coalizão terem sido punidos nas urnas nas eleições para o Parlamento Europeu. O seu partido Social-Democratas obteve o pior resultado na história em uma votação nacional.

"As próximas eleições estão marcadas para o fim do próximo ano e vamos realizá-las conforme o planejado", disse Steffen Hebestreit, porta-voz de Scholz.

Porém, o premiê reconheceu o impacto do fraco desempenho dos partidos da coalização de governo, dizendo que eles precisam reconquistar os eleitores. "Não é aconselhável seguir como se tudo estivesse normal", disse Scholz em Berlim, acrescentando que os ganhos obtidos pelos partidos de extrema direita são preocupantes. "Temos que nos preocupar com isso. Você nunca pode se acostumar com isso, e a tarefa sempre será afastá-los novamente."

Os social-democratas de Scholz, de centro-esquerda, tiveram só 14% dos votos, os Verdes 12% e os liberais (FDP) 5%. Os Democratas-Cristãos (CDU/CSU), de centro-direita, foram os grandes vencedores com 30%, mas o partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD), de extrema-direita, também teve um forte desempenho, ficando em segundo lugar com 16%.

Conselho da ONU aprova plano de paz para Gaza

Agências internacionais

O Conselho de Segurança da ONU aprovou ontem sua primeira resolução que apoia um plano de cessar-fogo para a guerra de oito meses entre Israel e o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza. O texto — proposto pelo presidente dos EUA, Joe Biden — recebeu o voto favorável dos 14 países do Conselho, e a abstenção da Rússia.

O documento pressiona Israel e Hamas a aceitar um acordo que incluiria a paralisação das hostilidades militares, a troca de reféns pela libertação de presos palestinos que estão em prisões israelenses e a livre entrada de ajuda humanitária para a população do território.

Mais cedo, o embaixador adjunto dos EUA, Robert Wood, disse que a proposta é "a melhor, a mais realista oportunidade de trazer pelo menos uma pausa temporária para esta guerra". Segundo a resolução, EUA, Catar e Egito trabalhariam "para garantir que as negociações continuem até que os acordos sejam alcançados".

A proposta não é de aceitação obrigatória por Israel e Hamas, mas deve aumentar a pressão sobre as partes para um acordo.

Quase ao mesmo tempo, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, chegou ontem a Israel para se encontrar com o premiê Benjamin Netanyahu. Ele esteve antes no Egito, com o presidente Abdel Fattah al-Sisi, um mediador-chave para as negociações com o Hamas. Ele também deve se encontrar com o ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, ainda hoje.

Após a reunião com o presidente egípcio, o secretário americano afirmou que o Hamas era o único obstáculo em não aceitar a proposta de cessar-fogo, à qual ele disse que Israel havia concordado.

"Minha mensagem aos governos de toda a região é que se vocês querem um cessar-fogo, pressionem o Hamas a dizer sim", disse ele. Ele disse que o plano apresentado na ONU é a "única e melhor maneira" de conseguir um cessar-fogo, libertar os reféns restantes e melhorar a segurança regional.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Centro mantém poder, mas eleição na UE tem recados

Os grupos radicais de direita fizeram avanços nas eleições em 27 países para a composição do Parlamento Europeu, mas, contados os votos, sua força, na representação institucional, é pouco decisiva — o centro manteve a maioria e será dominante na próxima legislatura. Mas o avanço é um alerta. Os radicais conseguiram passar de um quinto para um quarto dos 720 deputados, embora os progressos relevantes desses grupos tenham ocorrido em algumas arenas nacionais. Como as eleições até certo ponto não têm influência preponderante na condução das políticas domésticas, os eleitores mandaram um recado para seus governos ao escolher o congresso transnacional. E mostraram que mais voto na direita não é escolher a extrema direita.

A mensagem foi mais forte para os dois principais países do continente, França e Alemanha. Os franceses deram duas vezes mais votos à coalizão direitista de Marine Le Pen que à do atual presidente (cerca de 31,4% a 14,6%). Na Alemanha, os partidos que governam em união, os social-democratas de Olaf Scholz, verdes e os liberais do FDP, foram batidos pela tradicional centro-direita do CDU/CSU, e pelos radicais da Alternativa para a Alemanha (AfD), que obtiveram o segundo lugar, com 15,9% dos votos.

O avanço da extrema direita acrescenta mais dúvidas à crise existencial europeia. Sob o comando de Ursula von der Leyen, de centro-direita, liberal e que defende a democracia, a Europa tenta achar um caminho próprio como potência econômica e militar diante da disputa entre EUA e China. Procura também liderar as iniciativas para combater as mudanças climáticas e corre contra o tempo para se recuperar na decisiva corrida tecnológica. Os ventos dos radicais sopram na direção contrária. Alguns partidos extremistas, e boa parte de seus eleitores, são contrários à própria ideia de uma união europeia. Nacionalistas, acreditam que uma burocracia supranacional, sobre a qual não têm controle, usurpou a maior parte dos poderes de suas nações, que perderam gradativamente a soberania. Continuarão a ser, porém, uma minoria barulhenta, sem poder de decisão. "O centro resistiu", concluiu Von der Leyen.

As consequências institucionais e nacionais das eleições têm tempos diferentes. A coalizão de Von der Leyen, o Partido do Povo Europeu, que forma a união de centro-direita tradicional democrática, com participação de democratas cristãos, e tem como eixo CDU-CSU alemã, ganhou cadeiras no parlamento (186 ante 176 antes). Seus principais aliados, que formam o bloco majoritário atual, no entanto, tiveram menos sorte.

Os verdes foram os grandes derrotados: obtiveram 53 cadeiras, ante 71 na eleição anterior. Os liberais do Renovação, aliança na qual se encontra o República em Marcha, do presidente francês Emmanuel Macron, perderam 21 cadeiras e ficaram com 79. A aliança progressista de socialistas e democratas, cuja espinha dorsal são os social-democratas alemães e os socialistas espanhóis, está com 4 postos a menos e 135 deputados. A esquerda radical não perdeu cadeiras (36). No total, os grupos de extrema direita podem ter chegado a 180 deputados do total de 720. O comparecimento dos eleitores ultrapassou por pouco os 50% — quase metade dos eleitores não foi votar.

Neste desenho parlamentar, haverá mais oposição para que Von der Leyen execute alguns de seus projetos. A agenda ecológica sofrerá contratempos com a oposição da direita fortalecida e o recuo dos verdes, e é possível que a legislação recentemente instituída para que a UE proteja seu mercado de importações ambientalmente predatórias seja mais contestada. O Brasil é um dos alvos de leis que taxam vendas de produtos oriundas de localidades em que haja desmatamento das florestas. Boa parte dos radicais de direita europeus é negacionista e não vê com bons olhos restrições à exploração econômica em função de proteção ambiental. Por outro lado, apesar das divergências que os desunem, eles parecem unidos no protecionismo econômico e no discurso anti-imigração. O acordo Mercosul-UE, cujo desfecho chegou a parecer próximo, deve ficar para algum dia do futuro. Mesmo liberais, como Macron, acreditam que ele será nocivo aos interesses europeus.

Os efeitos imediatos do avanço da ultradireita podem ter importância na França. A grande vitória de Marine Le Pen levou Macron a dissolver o parlamento e convocar eleições antecipadas — ele foi reeleito em 2022 e seu mandato irá até 2027. É uma jogada de alto risco, à qual os franceses darão uma resposta no fim do mês. Macron perdeu a maioria no Congresso nas eleições passadas e nova derrota o obrigará a aceitar um primeiro-ministro de um partido rival. A iniciativa de buscar aliados à esquerda para enfrentar a ameaça de Le Pen não deu certo antes e não deve dar agora. Os partidos de esquerda já disseram que o presidente não contará com eles. Os mercados reagiram mal a essa possibilidade e as incertezas desse arranjo instável derrubaram bolsas europeias.

Macron joga com o fato real de que eleições nacionais têm dinâmica muito distinta, na qual Le Pen já foi derrotada várias vezes. As eleições mostraram descontentamento com governos das duas maiores economias da região, sem alterar muito o equilíbrio de forças que garante a estabilidade europeia.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Atual tributação da intermediação financeira é complexa, confusa e regressiva. Por **Roberto Troster**

Uma oportunidade singular

A tributação da intermediação financeira no Brasil é um Frankenstein que destrói valor. É resultado de uma série de medidas circunstanciais adotadas a cada aperto fiscal que apareceu. O motivo é que são poucas empresas, totalmente formais, sem capacidade de sonegação e com facilidades de arrecadação e fiscalização.

De remendo em remendo o resultado ficou pior a cada aperto. A complexidade é bizantina. São cinco fatos geradores: principal, prazo, juros, serviços e lucros com alíquotas que variam dependendo do prazo, do dia do calendário, da destinação e do instrumento. A regulamentação da reforma tributária é uma oportunidade singular de corrigir essas distorções.

O IOF é um exemplo. Ilustrando, numa operação de um dia, em que uma empresa entra no cheque especial, além do pagamento ao banco de uma taxa média de 351,6% ao ano tem que pagar uma taxa anualizada de 220,6% de IOF. É um caso de extrativismo fiscal. A tributação que deve promover o bem estar, neste exemplo destrói.

Outra distorção é a cobrança do PIS e Cofins sobre os juros. Cobrar sobre juros de crédito é um absurdo, cobrar proporcionalmente mais dos menores é um absurdo maior ainda. Como as operações menores têm, na média, taxas mais altas, pagam proporcionalmente mais. O outro lado da moeda é que os juros recebidos de alguns tipos de aplicações não pagam impostos. É um sistema Robin Hood ao contrário. Se tira dos pobres para dar aos ricos.

O ponto é que a atual tributação da intermediação gera ineficiências e iniquidades. É complexa, confusa e regressiva, eleva o custo do crédito e a alíquota efetiva depende do dia do calendário para algumas operações. Mas não precisa continuar assim. Um desenho adequado da tributação pode aumentar a arrecadação, melhorar a eficiência, diminuir a regressividade, reduzir as margens (spreads) de crédito e simplificar a tributação, evitando um contencioso maior.

Contribuiria uma intermediação financeira mais adequada às necessidades do país. O Projeto de Lei Complementar — PLP 68/2024 simplifica um pouco a tributação, mas mantêm algumas distorções graves e tem um erro conceitual. Note-se que juros não são nem bens nem serviços.

Ou se muda o nome para Imposto sobre Bens e Serviços e Juros (IBSJ) e Contribuição Social sobre Bens e Serviços e Juros (CBSJ), ou se muda (o correto) o tratamento dado aos juros. Não é uma questão de semântica, é uma questão de conceito. Juros não são serviços. Há diferenças de natureza, os juros são quantitativos, são remunerações por uso de capital por um período de tempo. Já os serviços são qualitativos, são remunerações sobre a prestação de trabalhos ou atividades.

Na contabilidade social, os serviços fazem parte do fluxo real e os juros fazem parte da remuneração de fatores de produção. Nos balanços de empresas, os juros estão em rubricas diferentes dos serviços. Tratar os juros como serviços é um mau começo para o que pode ser um avanço.

A questão é o que fazer. A literatura e a experiência internacional recomendam que a tributação siga os princípios de simplicidade, transparência, equidade,


TIM BASTIAN/PIXABAY

neutralidade, simetria, capacidade contributiva e progressividade. Deveriam ser os princípios a serem seguidos no PLP 64/2024.

O tratamento a serviços das instituições financeiras deve ser como o nos demais setores da economia. É um sistema de valor agregado que funciona bem no mundo inteiro para a tributação de serviços. Mas não funciona na tributação de juros. Note-se que a incidência é regressiva, paga imposto quem tem menos, quem deve. Brasil é o único país do mundo que tributa o crédito. É resíduo da época de inflação alta, que acabou há 30 anos. Fazia sentido então. Não faz mais agora.

Um dos princípios é a progressividade da tributação. Portanto, quem recebe juros deve pagar. Ou seja, os rendimentos de aplicações seriam tributados e os juros de operações de crédito não pagariam impostos. Uma correção adicional é acabar com as alíquotas diferenciadas para todos os tipos de aplicações.

Os certificados de recebíveis do imobiliário, os CRI, e do agro, os CRA, as letras de crédito imobiliário, as LCI, e do agro, as LCA, pagam zero de imposto de renda. Não é o caso, mas se fosse, faria mais sentido, certificados de recebíveis e letras de crédito isentos para a indústria que está mais fragilizada que esses dois setores incentivados.

A proposta deste artigo é acabar com esses incentivos e uma alíquota única para todo tipo de captação financeira. Com um rendimento líquido menor, há um incentivo maior à investimentos em ativos reais: agro, indústrias, construção civil e outros.

Atualmente, dependendo do prazo da aplicação, as alíquotas do imposto de renda variam de 15% a 22,5%. É um incentivo fraco para alongar prazos. O efeito se tiver é mínimo e a renúncia fiscal é elevada. A proposta deste artigo é uma mesma alíquota para todas. Mais simplicidade e mais equidade. Preferencialmente, 27,5%. Não é justo que a tributação do rendimento de juros seja inferior à do trabalho.

Além da proposta de isentar o crédito e uniformizar a alíquota de captações em 27,5%, poder-se-ia estabelecer um imposto sobre o exigível dos bancos. Teria um efeito prudencial ao induzir a uma alavancagem menor e não teria um efeito na margem (spread) do crédito.

No desenho da tributação do sistema financeiro é importante considerar que é um setor intermediário que tem efeitos econômicos em outros agentes, além dos envolvidos diretamente, que afetam o crescimento da economia. Deve-se analisar a dinâmica em todos os setores. Um aperto além do razoável na intermediação tem como consequência uma arrecadação total menor.

A reforma tributária é um avanço fenomenal. É algo que se arrastou por décadas e está agora na reta final. É uma oportunidade singular de melhorar a intermediação financeira. Há mais a fazer na intermediação, mas o que está sendo proposto neste artigo é razoável, aumentaria a arrecadação, diminuiria a iniquidade do sistema, reduziria as margens (spreads) e contribuiria para o crescimento do Brasil. É isso.

Roberto Luis Troster é economista.
e-mail: robertotroster@uol.com.br

O setor elétrico clama por um cornaca

Edvaldo Santana



A parábola dos cegos e o elefante tem mais de 3.000 anos. Em uma das versões, três cegos são desafiados a identificar um imenso animal. O primeiro, ao tocar na pata do bicho, entendeu que tinha ali uma grande coluna, só que móvel. O segundo, que alisou a orelha do elefante, pensou ter tocado numa superfície plana — um tapete. O último passou a mão no tronco do animal e concluiu que era um barril que se mexia. Ficava evidente, assim, a dificuldade de compreender o todo a partir do suposto conhecimento das partes.

Em 29 de novembro de 2022, no **Valor** ("MCAS e a bolha elétrica"), deduzi que estava a crescer o volume de usinas que jamais produziriam o previsto nos projetos originais. E completei: a união entre oferta excessiva e riscos mal alocados, combinada com o uso abusivo de subsídios, conduzirá a tarifas elevadas, o que sugeriria uma supervaloração de ativos, como numa bolha.

Na época, a sobra de energia era, em média, de 18 GW e, segundo o operador do sistema, cairia para 16 GW em 2026. Estava otimista o operador. O excedente, em junho de 2024, já é superior a 30 GW, ou cerca do triplo do consumo anual da região Sul. E ainda não foram considerados os efeitos da Medida Provisória 1212 (a MP Dilma 2), que, mantidas as anomalias anteriores, fará crescer mais ainda a oferta.

Em 2023, o consumo no Brasil cresceu algo como 7 GW, quando a expansão por meio da eólica e da solar, que inclui a geração distribuída (GD), foi de mais de 15 GW. Nos EUA, com capacidade instalada quase quatro vezes superior à brasileira, a eólica e a solar, em 2023, cresceram cerca de 32 GW.

O pano de fundo para a expansão via renováveis tem sido a transição energética, como em todo o mundo. Isso é bom. O que não é razoável é transformar as promissoras mudanças na matriz elétrica num vale-tudo lobista, que usa o Congresso, que se deixa usar, para a transferir renda do consumidor mais pobre para o mais rico.

Até ontem já passava de R$ 9 bilhões o total de subsídios às renováveis, metade para a eólica e solar centralizada e metade para GD. Certamente superará os R$ 20 bilhões em dezembro. E há outro tanto de gastos com sobrecontratação e com o estúpido desperdício de linhas de transmissão.

O Globo de 2 de junho, na página 19 ("A base do modelo do setor elétrico está prestes a cair"), trouxe esclarecedora entrevista com o vice-presidente da Siemens Energy para a América Latina. Ao questionar corretamente os subsídios, o executivo chega a conclusões, também corretas, de que esses subsídios levaram à sobreoferta estrutural de eletricidade e à elevação das tarifas.

Porém, ele põe a culpa apenas no lobby da GD, que chama de "mortal, um Robin Hood ao contrário. Rouba do pobre para dar para o rico. Isso é um engodo. É um perigo". Mas esquece o lobby da eólica, do qual os fabricantes são players importantes.

Não é razoável transformar as promissoras mudanças na matriz elétrica num vale-tudo lobista

O consumidor, só entre 2021 e maio de 2024, pagou, sob a forma de desconto no uso da rede, mais de R$ 20 bilhões de subsídios para as renováveis, a maior parte para as eólicas. Apenas o grande consumidor se beneficia desse "desconto" que, só para ele, resulta numa tarifa que é menos da metade da que paga o pequeno consumidor. É, neste contexto, um Robin Hood ao contrário. E tão ganancioso quanto. (A Agência Internacional de Energia, na sua newsletter de ontem, ressalta que as renováveis reduzem a tarifa de energia. Sim. No Brasil, também, mas só para alguns cercadinhos).

Mas o vice-presidente da Siemens pôs luz num tema caríssimo às renováveis: a crise, que já resultou na desmobilização, no mínimo parcial, de fábricas e montadoras de equipamentos, com o consequente desemprego. Com efeito, no **Valor** do dia 5, na página B2, a CEO da Spic, gigante chinesa, usa o eufemismo "diminuição de projetos" para caracterizar a crise antes silenciosa. E tudo isso no intervalo de menos de 70 dias da festa de lançamento da MP Dilma 2, que prometia mais oferta de renováveis. E mais subsídios, claro.

Com uma sobra suficiente para suprir os acréscimos de demanda pelo menos até 2035, os preços da geração não param de cair. Não haveria, por isso, razão para construir mais parques eólicos, tampouco solares. A bolha elétrica explode aos poucos, e por excesso de subsídios, que "empanzinou" as renováveis.

Recentemente, em evento numa plataforma de comunicação especializada, era discutida a participação das baterias no leilão de reserva de capacidade. A ninguém interessou saber o significado de reserva de capacidade. Mesmo que tal reserva seja motivada pela intermitência da eólica e da solar, teve até quem defendesse a participação dessas fontes no leilão, com o exótico argumento do "respeito aos seus atributos".

Como na parábola do início deste artigo, cada lobby vê o que lhe interessa, mas cega para o todo. E um acha que é enganado pelo outro, o que aprofunda o conflito pelos malotes de subsídios carregados pelo elefante elétrico. É o extrato da entrevista do vice-presidente da Siemens.

Essa cegueira impede soluções inovadoras. A solar tem baixo custo de investimento, uma usina fica pronta em menos de um ano e pode ser centralizada ou distribuída. Como há sobreoferta (ao menos entre 7 h e 16 h de todos os dias), faz sentido o uso de grandes baterias para acumular a energia solar, que depois seria injetada na rede nas horas de demanda máxima.

É como se atuasse uma usina virtual (virtual power plant) composta por solar e baterias. É o caminho natural para minimizar os efeitos da sobra e dos cortes de geração. Mas alguém precisa ter a compreensão do todo, mesmo que alise apenas a tromba do elefante de subsídios.

Mas tudo caminha para que o conflito das fontes seja pacificado com mais subsídios. Já se fala em um leilão para comprar a energia que ninguém precisa. Ou seja, a lona do circo começou a ser erguida e o elefante já foi escolhido. Só falta o cornaca, isto é, o domador.

Edvaldo Santana é doutor em engenharia de produção e ex-diretor da Aneel.

Políticas públicas precisam encorajar requalificação. Por **Simon Johnson e Eric Hazan**

Capital humano para a era da IA generativa

A Inteligência Artificial generativa conquistou a imaginação do mundo porque parece provável que automatize tarefas que anteriormente exigiam avançadas competências cognitivas. Com isso, existe uma perspectiva real de que muitos trabalhadores altamente qualificados e experientes possam ser substituídos por algoritmos. O que acontece quando as máquinas chegam para os empregos não de tecelões manuais e operários da indústria automotiva, mas de roteiristas, advogados, gerentes de nível médio e até mesmo executivos de alto nível?

Uma resposta seria pensar que as competências já não importam, ou mesmo que deveríamos tirar a ênfase da educação. Pelo contrário, embora o potencial para o aumento da produtividade (e rendimentos mais elevados para todos) por meio da interação homem-máquina nunca tenha sido tão grande, nós, humanos, precisaremos melhorar nossa atuação. Precisamos melhorar tudo o que os computadores enfrentam, incluindo compreensão de contexto, pensamento inovador e gerenciamento de relacionamentos com outros seres humanos.

De acordo com um recente relatório do McKinsey Global Institute, até 30% das atuais horas de trabalho nos países industrializados poderão ser automatizadas até 2030, em um cenário de moderada automatização. Embora a automação tenha pressionado os trabalhadores durante décadas, a IA generativa anuncia uma significativa aceleração e uma angustiante mudança para muitas pessoas que achavam que suas carreiras fossem estáveis.

Nos Estados Unidos e na União Europeia, o número de pessoas empregadas como funcionários de escritório, na indústria de transformação e como representantes de atendimento ao cliente irá quase certamente diminuir à medida que a IA generativa se consolidar. O relatório considera nove países da UE — República Checa, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Polônia, Espanha e Suécia — representando 75% da população ativa europeia, assim como o Reino Unido.

Mas as notícias não são de todo ruins. O relatório estima que a procura por pessoas para trabalhar nos cuidados de saúde, nas energias limpas e outras profissões altamente qualificadas (como pesquisa e o desenvolvimento científico) irá provavelmente aumentar nesses mesmos países. É claro que existem outros fatores em jogo, incluindo os esforços para alcançar emissões líquidas zero (importantes para a criação de novos empregos em todos os países industrializados), o envelhecimento da mão de obra (particularmente na Europa), a contínua expansão do comércio eletrônico do setor privado e o fortalecimento da infraestrutura financiada pelo governo.



Existe um risco real de um mercado de trabalho ainda mais polarizado, no qual há mais vagas de com salários elevados do que profissionais qualificados e muitos mais profissionais competem por posições cada vez limitadas com salários mais baixos. Mas ele é evitável

Em vez do desemprego em massa, o resultado mais provável é que muitas pessoas enfrentarão em breve pressão para mudar de emprego. Partindo de razoáveis pressupostos, a Europa poderá passar por até 12 milhões de transições profissionais nos próximos seis anos.

Embora a taxa anual de transição profissional projetada (0,8% das pessoas empregadas) seja inferior à taxa relativamente elevada observada na Europa durante a pandemia de covid-19 (1,2%), ela é duas vezes superior à norma pré-pandemia (0,4%). Nos EUA, as transições de emprego durante o mesmo período também poderão atingir quase 12 milhões, embora isso pareça mais administrável, uma vez que os EUA já tinham uma taxa de transição pré-pandemia elevada (1,2%) em comparação com a Europa.

Os executivos dos dois lados do Atlântico já estão preocupados com a escassez e a inadequação das existentes competências num mercado de trabalho restrito. É uma boa notícia para os seres humanos adequadamente qualificados se a procura de competências sociais e emocionais aumentar com as novas tecnologias. Os mais de 1.100 executivos que a equipe da McKinsey entrevistou na Europa e nos EUA não só sublinharam a necessidade de competências avançadas em tecnologia da informação e análise de dados, mas também de mais funcionários competentes em pensamento crítico, criatividade e "ensino e treinamento".

As implicações salariais serão provavelmente significativas. A procura de mão de obra irá deslocar-se para profissões que já têm salários mais elevados tanto na Europa como nos EUA. E existe um risco real de alguma redução no emprego das profissões de colarinho branco com salários mais baixos. Esses indivíduos necessitarão adquirir novas competências para obterem empregos com melhor remuneração. Se conseguirem adquirir essas competências — por si próprios, por meio de seus empregadores ou com a ajuda do governo — terão a oportunidade de subir na escala salarial.

Mas existe um risco real de um mercado de trabalho ainda mais polarizado, no qual há mais vagas de emprego com salários elevados do que profissionais qualificados (aumentando ainda mais os salários mais altos), e muitos mais profissionais competem por posições cada vez mais limitadas com salários mais baixos (aumentando ainda mais a extremidade inferior da distribuição salarial). Esse resultado seria uma decepcionante reversão da redução da desigualdade salarial no mercado de trabalho pós-pandemia. Felizmente, ela é evitável.

Para os decisores políticos, a principal conclusão é que o capital humano é mais importante do que nunca para a competitividade nacional e a prosperidade compartilhada. Alguns trabalhos manuais permanecerão com os humanos (os robôs enfrentam relativa dificuldade com muitas tarefas básicas de mobilidade e limpeza). Mas os executivos estão atualmente convencidos de que precisam requalificar muitos funcionários para satisfazerem todas as suas necessidades de competências. As políticas públicas precisam encorajar empregadores, tanto quanto possível, a manter essa disposição e a requalificar seus funcionários, em vez de substituí-los.

O crescimento da produtividade significativamente mais rápido, especialmente na Europa, e a prosperidade compartilhada podem advir das novas tecnologias, mas apenas se sua adoção for acompanhada por melhores competências humanas e por uma redistribuição mais proativa dos trabalhadores. Para se obter isso na era da IA generativa, os executivos precisam ser tão francos quanto possível sobre as lacunas emergentes de competências, assim como os governos precisam concentrar-se em tornar o mais fácil possível para todos os trabalhadores a atualização das suas competências de forma oportuna e adequada. ***(Tradução de Anna Maria Dalle Luche)***

Simon Johnson, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, é professor da Sloan School of Management do MIT e coautor, com Daron Acemoglu, de "Power and Progress: Our Thousand-Year Struggle Over Technology and Prosperity".
Eric Hazan é sócio-gerente da McKinsey & Company e membro do Conselho do McKinsey Global Institute.

Frase do dia

"Se vocês analisarem o conjunto da obra, vão ver que não há razão para essa greve estar durando o que está durando".

Do presidente Lula sobre a greve nas universidades federais

Cartas de Leitores

Reação de Macron

Emmanuel Macron demonstrou que não é dobrável à política do "toma lá dá cá", como ocorre em nosso governo brasileiro labiríntico. Assim, lançou uma carta arriscada. "Vocês decidam que parlamento desejam". E não pode ser de outro modo, para os povos que buscam efetivas soluções para seus problemas, o desenvolvimento, a riqueza e a justiça social, não um constante teatro de circunlóquios. Macron sabe que o eleitorado se comporta de forma diferente nas eleições internas, consideradas as europeias e os votos de protesto. Ainda assim, o presidente francês poderá perder a mão, mas não quer contar com apenas 15,2% dos votos parlamentares. Os eleitores é que precisam ter consciência de que um Executivo somente pode ser eficaz se não perder tempo em cabriolas agônicas com um Legislativo de chantagens.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Farra no STF

Em Brasília, a farra com o suado dinheiro dos contribuintes aparenta não ter limites. Haddad tem razão ao afirmar que o equilíbrio fiscal não depende só do Executivo (ainda que ele esqueça que o Executivo tem que dar o exemplo). A última demonstração nesse sentido foi noticiada pelo **Valor** na semana passada. O excelentíssimo ministro Dias Toffoli gastou dezenas de milhares de reais com segurança privada durante suas férias na Europa. De acordo com o presidente do STF, isso se deve ao aumento no nível de hostilidades contra os ministros daquela Casa. Certamente, os ministros não podem temer pela própria vida. Afinal, não será um pequenino contingente de seguranças que impedirá um assassino determinado (haja visto, JFK, Reagan e Bolsonaro).

O que os ministros não querem é ser incomodados por cidadãos comuns indignados com a quantidade de decisões atécnicas e que afetam a vida de todos os brasileiros. O que não parece claro para os ministros é que essas decisões se perpetuarão, e com elas, suas reputações. E aí? O contribuinte brasileiro também arcará com as despesas de segurança dos ministros aposentados? Onde essa bagunça toda acaba? Se ainda restar algum respeito próprio ao ministro Toffoli, este deve reembolsar as despesas de segurança que ele teve em suas viagens internacionais privadas ao Tesouro Nacional.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Desequilíbrio fiscal

O descaso de Lula com o equilíbrio fiscal, bagunçando a economia e a segurança jurídica, transformaram os empreendedores em baratas tontas, quando o Brasil requer tranquilidade e segurança para que tudo funcione sem incertezas e sobressaltos. Daí, de janeiro a abril, a debandada de R$ 32 bilhões dos investidores estrangeiros quando, no mesmo período em 2023, o ingresso foi de R$ 45 bilhões.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

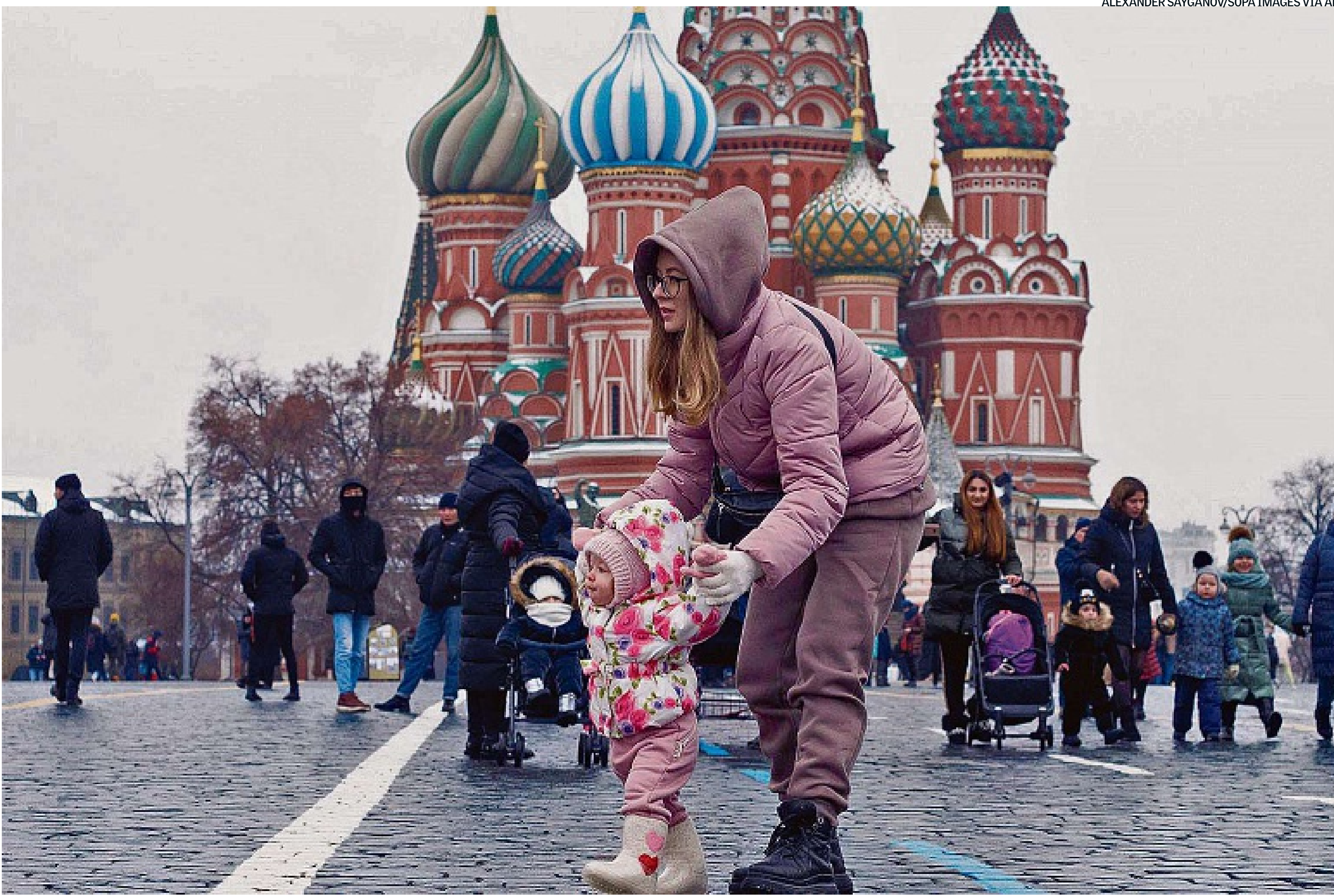
Especial

Demografia Redução da população russa, que começou após a implosão da URSS, se agravou com a guerra na Ucrânia e há falta de mão de obra até para indústria militar

Natalidade baixa ameaça crescimento econômico da Rússia e desafia Putin

Betsy McKay e Georgi Kantchev
Dow Jones

ALEXANDER SAYGANOV/SOPA IMAGES VIA AP



Mulher passeia com criança na Praça Vermelha, em Moscou: governo russo oferece série de incentivos a casais para que tenham maior número de filhos

Vladimir Putin se retrata como um defensor da estabilidade mundial, líder de uma poderosa nação que oferece sólida opção econômica, militar e cultural ao Ocidente. Mas essa visão tem um grande empecilho: a população russa está em queda há anos, e a guerra na Ucrânia piorou essa situação.

Pelo menos 150 mil russos morreram no campo de batalha, segundo estimativas ocidentais. Quase 1 milhão de pessoas saíram do país depois do início da guerra. O número de nascimentos é o menor em mais de 20 anos, com declínios acima da média nos bebês nascidos em algumas das regiões mais próximas aos combates.

O líder russo declarou que elevar a taxa de natalidade é prioridade nacional. Ele proclamou 2024 como "o ano da família" e aprovou subsídios para pais de três ou mais filhos. Putin prometeu gastar até US$ 157 bilhões em ajuda a famílias e crianças nos próximos seis anos. A sociedade russa precisa, disse Putin, com famílias grandes se tornando comuns.

"A maternidade é um propósito extraordinário para as mulheres", discursou no Dia Internacional da Mulher, em março. A família, afirmou, é "a coisa mais importante para qualquer mulher, não importa qual carreira escolha ou o sucesso profissional que alcance".

O maior impulso isolado de crescimento da população da Rússia nos últimos anos foi registrado quando o país anexou a Crimeia, que era parte da Ucrânia, em 2014, adicionando cerca de 2,4 milhões de habitantes. A Rússia não incluiu os territórios ucranianos reivindicados na guerra atual nas contagens demográficas mais recentes.

"O programa populacional mais bem-sucedido que o Kremlin teve foi anexar territórios vizinhos, e não aumentar a taxa de natalidade", disse Nicholas Eberstadt, economista político que estuda a demografia russa no centro de estudos American Enterprise Institute, em Washington.

A população em declínio, em especial a da faixa em idade economicamente ativa, e a fuga de talentos vêm criando uma camisa de força demográfica, de acordo com Eberstadt. "A perda desses recursos humanos vai comprometer o futuro econômico da Rússia."

"O problema demográfico é, de fato, muito premente", escreveu o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, respondendo a perguntas por e-mail. "Medidas para aumentar a taxa de natalidade são prioridade do governo e do presidente. A maioria dos objetivos de desenvolvimento está voltada para isso de um modo ou de outro."

As principais razões para a baixa taxa de natalidade remontam ao declínio nos nascimentos durante a 2ª Guerra e a queda da União Soviética na década de 90, de acordo com Peskov. O governo teve certo sucesso no passado com programas para incentivar nascimentos.

Encolhendo. Antes de a URSS se desmantelar em 1991, Moscou governava a terceira maior população mundial, incluindo países que se tornaram independentes.

Em meio à turbulência econômica e social que se seguiu, o número de russos morrendo de doenças cardiovasculares, suicídios, acidentes de trânsito e outras causas aumentou — muitas vezes relacionadas ao consumo excessivo de álcool — e as mulheres passaram a ter menos filhos.

Em 2003, a expectativa de vida na Rússia havia diminuído para cerca de 65 anos, em comparação aos 69, em 1990, bem abaixo de muitos países ocidentais na época. Em 2022, a maior estabilidade da economia, somada a políticas de restrição à compra de álcool e campanhas antitabagistas, ajudou a elevar isso para cerca de 70 anos — ainda abaixo da maioria dos países desenvolvidos, segundo a ONU. Os EUA tinham uma expectativa de vida de cerca de 78 anos. A Estônia, ex-república soviética, tinha expectativa de vida de 79 anos.

Quando a pandemia da covid-19 chegou, a Rússia foi um dos países mais atingidos do mundo. Entre abril de 2020 e março de 2022, 1,12 milhão de pessoas morreram de covid-19 e de suas consequências à saúde, segundo Alexey Raksha, demógrafo russo independente que foi demitido de um cargo público em 2020 após expor a subnotificação das estatísticas.

A cifra de mortes foi similar à dos EUA, embora a população russa seja menos da metade do que a americana.

Hoje, a Rússia tem cerca de 146 milhões de pessoas, segundo estatísticas oficiais, o nono lugar no mundo, entre Bangladesh e o México, segundo dados da ONU. O número ainda é muito maior do que na Ucrânia, cuja população antes da guerra rondava os 44 milhões e enfrenta muitos dos mesmos desafios demográficos.

Em contraste com muitos países ocidentais, a Rússia não atraiu imigrantes em número suficiente para compensar o envelhecimento médio de sua população e o declínio nos nascimentos, segundo demógrafos. Projeta-se que sua população, assim como a do Japão e de vários outros países, encolherá ao longo deste século.

Cerca de 920 mil russos deixaram o país entre a invasão à Ucrânia e julho de 2023, segundo o grupo de pesquisas e análises Re: Russia, que baseou seu cálculo em dados de migração de vários países.

Embora alguns tenham retornado desde então, muitos dos que ficaram no exterior são profissionais com formação em tecnologia da informação e outras áreas. Estatísticas oficiais russas colocam o número de emigrantes em cerca de 668 mil em 2022, o maior desde 1992, e cerca de 450 mil em 2023.

As consequências ficam evidentes na escassez de mão de obra para suprir necessidades do campo de batalha. Putin reorientou grande parte da economia para a produção de tanques, mísseis e munição. Em 2023, ele disse que a falta de trabalhadores tem atrapalhado a produção militar.

Cerca de 47% das empresas industriais relataram escassez de pessoal em janeiro, o maior percentual desde 1996, segundo pesquisas do instituto russo Gaidar Institute for Economic Policy. A falta de trabalhadores na Rússia foi estimada em 4,8 milhões de pessoas pela Academia Russa de Ciências, em dezembro. A falta é mais grave nos setores de indústria, transporte, logística e construção, disse o Banco Central da Rússia.

Mortes por desesperança. Demógrafos dizem temer que a guerra possa, mais uma vez, aumentar as chamadas mortes por desesperança — por doenças relacionadas ao álcool e outras causas.

O consumo de álcool e drogas é um problema antigo na Rússia.

> "Medidas para aumentar a taxa de natalidade são prioridade do governo e do presidente"
> *Dmitry Peskov*

Na TV, em 2022, Putin disse à mãe de um soldado morto na Ucrânia que morrer na guerra era mais honroso do que de alcoolismo.

"Com algumas pessoas, não está claro se elas estão vivendo ou não. Não está claro por que morrem — por causa da vodca ou outra coisa", disse. Mas o filho dela "alcançou o objetivo dele", disse Putin.

Muito vai depender da duração e da escala da guerra.

Os investimentos pesados de Putin na produção de armas criaram empregos e elevaram salários, mas esse estímulo pode prejudicar o crescimento econômico no futuro e "qualquer queda no padrão de vida afeta a taxa de natalidade", afirma Tatiana Mikhailova, professora assistente de economia na Pennsylvania State University.

Estima-se que 1,26 milhão de crianças nasceram na Rússia em 2023, o menor número em mais de 20 anos, de acordo com estatísticas governamentais. Raksha, que analisa dados nacionais e regionais, estima que a taxa de fertilidade geral — o número de bebês por mulher ao longo de sua vida — permanece estável desde 2022.

As crises passadas da Rússia continuam a ecoar por gerações. O encolhimento populacional após o fim da URSS fez com que haja menos mulheres em idade reprodutiva hoje, segundo Raksha. Até 2030, o número de mulheres nessa faixa etária deve diminuir 40% em comparação a 2010, disse ele.

Há um segmento crescendo, diz Raksha: a taxa de fertilidade para o quarto filho. A Rússia tem uma das maiores taxas nessa faixa entre os países desenvolvidos, disse ele. Pais de quatro ou mais filhos ficam livres da mobilização para a linha de frente, mas a taxa estava crescendo antes da guerra.

Sem estabilidade. A situação da economia tem influenciado os planos de maternidade de Maria, advogada de 34 anos na cidade siberiana de Novosibirsk, que já tem um filho de 6 anos. "Eu realmente quero um segundo filho", disse —, mas os preços estão em alta, enquanto a renda real, não. Só os exames pré-natal custariam cerca de 80 mil rublos (US$ 890), calculou ela recentemente. "Não há estabilidade, não há confiança para que se possa planejar filhos com calma."

O número de nascimentos em termos nacionais continua em queda neste ano, tendo recuado 3,5% entre janeiro e março em comparação ao mesmo período de 2023. A região de Belgorod, que faz fronteira com a Ucrânia e tem sido atingida por bombardeios mortais, registrou uma queda de 10,2%, segundo a Rosstat, a agência russa de estatísticas.

Outras regiões que fazem fronteira com a Ucrânia, assim como a Crimeia ocupada pela Rússia, também tiveram quedas nos nascimentos acima da média nacional. Bryansk, uma região que tem sofrido incursões e ataques de drones da Ucrânia em instalações de petróleo, teve uma queda de 8,2%.

Em algumas províncias russas, a taxa de natalidade vem diminuindo mais do que antes, como resultado da mobilização de centenas de milhares de jovens para a guerra, de acordo com Igor Efremov, demógrafo que vive na Rússia.

Dados reunidos pela FilterLabs.AI, empresa americana que analisa sites de notícias, sites locais, fóruns on-line e aplicativos de mensagens em vários países, sinalizam que o sentimento na Rússia sobre ter filhos mudou. "Ao longo do ano de 2023, percebemos que as pessoas estavam falando mais positivamente sobre adiar a formação de uma família", disse Jonathan Teubner, CEO da empresa.

Clínicas privadas em várias regiões, incluindo a Crimeia, deixaram de realizar abortos, atendendo a um pedido das autoridades. A Duma, câmara baixa do Parlamento russo, estuda uma proibição nacional de abortos em clínicas privadas. Putin chamou os abortos de "um problema premente". No entanto, "os direitos e liberdades das mulheres também precisam ser observados", disse, em dezembro.

"Inverno demográfico". A senadora russa Margarita Pavlova disse em 2023 que o país deveria incentivar jovens a ter filhos em vez de buscar uma educação superior. "Provavelmente se tornou óbvio para todas as autoridades que estamos à beira de um inverno demográfico", disse.

Salavat Abylkalikov, demógrafo de 37 anos, acredita que todos os problemas que a Rússia já enfrentava — baixa taxa de natalidade, baixa imigração e a desaceleração na expectativa de vida — serão exacerbados pela guerra.

Ele percebe isso na própria vida. A mulher de Abylkalikov, de 33 anos, engravidou em fevereiro de 2022, pouco antes da invasão. Na época, eles sentiam que, apesar de certa instabilidade, "parecia que a vida melhoraria", disse.

Quando a guerra começou, eles decidiram que deixariam a Rússia assim que a filha nascesse. A propaganda de guerra disseminada nas escolas e nos meios de comunicação estatais "começou a revisar o conteúdo dos programas educacionais inclinada a instilar agitação militarista", disse Abylkalikov. Sua filha Diana agora tem um ano e meio e a família mudou-se para o Reino Unido em 2023.

Ele e a mulher cogitam ter um segundo filho no exterior, mas apenas se puderem ter "confiança plena" no futuro. "Infelizmente sou pessimista quanto às perspectivas da Rússia nesse aspecto nos próximos dez anos." ***(Colaboraram Kate Vtorygina e Warren P. Strobel — Tradução de Sabino Ahumada)***

Energia
Eletrobras vende usinas térmicas para a Âmbar, da J&F, por R$ 4,7 bilhões
B8

Diversificação
Ultragaz entra em comercialização de energia com compra da Witzler, explica Bertelli, presidente B2



Tecnologia
As ações da Apple caem após apresentar o novo produto IA Gen B6

Agronegócio
Natural One fomenta cultivo da pouco conhecida batata yacon B8

Saúde Negociação prevê a transferência de dívida de R$ 3,85 bilhões para companhia combinada

Dasa e Amil avançam em fusão de hospitais

Beth Koike
De São Paulo

As negociações entre Dasa, da família Bueno, e Amil, adquirida em dezembro pelo empresário José Seripieri Filho, para a fusão de seus hospitais estão avançadas, com expectativa de um acordo nos próximos dias. Se confirmadas, cada empresa terá uma participação de 50% da companhia combinada que, por sua vez, será formada por cerca de 20 hospitais como Nove de Julho, Santa Paula, Leforte, Samaritano e Pro-Cardíaco, além da rede de clínicas de oncologia COI.

Trata-se de um negócio com receita anual estimada na casa dos R$ 10 bilhões e presença em sete Estados. A informação foi antecipada pelo **Valor Pro**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, e foi confirmada pela Dasa.

A transação envolve a transferência de R$ 3,85 bilhões da dívida da Dasa para o novo grupo hospitalar. Com isso, o endividamento líquido da companhia, que no primeiro trimestre estava em R$ 9 bilhões, equivalente a 4,2 vezes o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), cai para R$ 4,2 bilhões já considerando a transferência do passivo e o aporte de R$ 1,5 bilhão feito pela família Bueno, em maio.

No futuro, há a possibilidade do novo grupo ser listado. Inicialmente, essa empresa ficaria dentro da Dasa. Hoje, há quatro companhias hospitalares com ações em bolsa: Rede D'Or, Mater Dei, Dasa e Kora.

O acordo não contempla dois hospitais da Amil no Nordeste, o Monte Klinikum, em Fortaleza, e o Santa Joana, no Recife. Segundo fontes, há possibilidade desses ativos serem negociados com operadoras de convênios médicos locais. Os hospitais verticalizados que atendem aos usuários de planos de saúde da Amil também não fazem parte da negociação. A operadora de Júnior tem cerca de 3 milhões de usuários.

O braço de medicina diagnóstica da Dasa — que possui quase 1 mil unidades no país e é líder nesse segmento — também não faz parte da transação. Ainda de acordo com fontes, a empresa da família Bueno está em conversas com laboratórios internacionais para a venda de uma fatia minoritária. Um dos nomes citados no mercado é do gigante americano Quest. A companhia informou que busca, ainda neste ano, a entrada de R$ 2,5 bilhões, no mínimo, em seu caixa com a venda de um dos seus ativos.

Caso a combinação de negócios entre Amil e Dasa seja efetiva, o novo competidor terá cerca 4,5 mil leitos de internação, sendo a maior parte em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Há ainda unidades em São Luiz, Salvador, Maringá (PR) e Recife. Segundo o Citi, sua participação de mercado não deve ultrapassar os 20%.

> Novo grupo seria formado por cerca de 20 hospitais, rede oncológica e receita estimada em R$ 10 bilhões

A empresa se firma como o segundo maior do setor hospitalar (a Dasa já ocupava essa posição). A líder do mercado continua sendo disparada a Rede D'Or, com 11,7 mil leitos em 13 Estados.

A operação é assessorada pelo BTG, do lado de Dasa, e BR Partners, com Amil.

As conversas para junção de negócios ocorre num momento em que ambas enfrentam alto endividamento e queima de caixa. A operadora de Júnior amargou prejuízo líquido de R$ 4 bilhões no ano passado. Já a empresa da família Bueno apurou prejuízo de R$ 1 bilhão em 2023.

Ontem, a Dasa também informou que recebeu oferta do empresário Nelson Tanure para uma potencial combinação de negócios com sua empresa de medicina diagnóstica, a Alliança, que envolveria também um aumento de capital em dinheiro, sem aquisição do controle da empresa da família Bueno. "A companhia esclarece que não há qualquer decisão da administração a respeito."

Nos últimos dois meses, os principais "players" anunciaram transação envolvendo participações societárias ou acordos comerciais entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços — essas empresas, historicamente, atuaram em lados opostos. No setor, o modelo de negócio é estruturado de forma que quando um dos elos da cadeia ganha, o outro perde. Entre as empresas que se juntaram para algum tipo de acordo estão, por exemplo: Bradesco Seguros, SulAmérica, Unimed Nacional, Rede D'Or, Mater Dei, Grupo Santa, Oncoclínicas, Albert Einstein, BP e Fleury . E agora Amil e Dasa.

A movimentação é vista também como um contra ataque à Hapvida, que tem ampla rede verticalizada e cresce mais do que seus pares.

Em maio, a Bradesco Seguros e Rede D'Or anunciaram a criação de uma empresa hospitalar que começa a operar no segundo semestre com três unidades da bandeira São Luiz, em São Paulo e Rio. A D'Or já é dona da SulAmérica.

Com Amil e Dasa há a aproximação de uma operadora com 3 milhões de usuários de convênio médico e um grupo com a maior rede de medicina diagnóstica do país, com marcas como Delboni, Alta Diagnóstica, Sergio Franco, e a segunda maior rede hospitalar.

Ainda no mês passado, a Oncoclínicas, cujo principal foco é expandir os hospitais focados em tratamento para câncer, fez um aumento de capital de R$ 1,5 bilhão, marcando a entrada do banco Master como acionista que anunciou a intenção de retomar as aquisições. O banco aportou R$ 1 bilhão e financiou outros R$ 500 milhões para o fundador, Bruno Ferrari, acompanhar a transação.

A rede Kora está em processo de saída do Novo Mercado. Seu controlador, o fundo HIG, quer migrar a companhia para o nível básico da B3, entre outras razões, para buscar sócios não listados. A Mater Dei anunciou, há duas semanas, a devolução do Hospital Porto Dias, em Belém, adquirido há três anos, para melhorar seu capital de giro e fluxo de recebimentos.

INÊS 249

Energia Operação de R$ 4,7 bi abre saída para Amazonas Energia, que deve quase R$ 10 bi à ex-estatal

Âmbar, da J&F, compra térmicas da Eletrobras

Fábio Couto, Felipe Laurence e Robson Rodrigues
Do Rio e de São Paulo

A Eletrobras anunciou a venda, por R$ 4,7 bilhões, de um conjunto de térmicas a gás natural para a Âmbar Energia, do grupo J&F, que pertence aos irmãos Batista. As unidades ficam no Amazonas e no Rio de Janeiro. O negócio inclui sete térmicas em operação, um projeto de nova usina e cinco "direitos de reversão" de empreendimentos que teriam controle entregue para a Eletrobras até maio de 2025.

As 13 usinas totalizam 2 gigawatts (GW) de capacidade instalada e a venda abre uma saída para Amazonas Energia, distribuidora em dificuldades com quem as termelétricas têm contratos de venda de eletricidade firmados. Com a compra, a Âmbar passa a deter 40 usinas de energia de diferentes fontes, chegando a 4,6 GW.

O **Valor** apurou que a Âmbar Energia não descarta assumir a Amazonas Energia, caso a empresa não encontre compradores. A distribuidora possui uma situação delicada, com uma concessão deficitária e passivo elevado. Essa possível assunção pela Âmbar não teria caráter estratégico: seria vista como uma saída para viabilizar a reestruturação da concessionária, dizem fontes a par do tema.

A Eletrobras vendeu a Amazonas Energia em 2018 para a Oliveira Energia. No entanto, a grave crise financeira da distribuidora levou o governo a estudar saídas, como intervenção, caducidade (fim do contrato com leilão da concessão) e troca do controle acionário. Só com a Eletrobras, a Amazonas Energia acumula dívidas de fornecimento de combustíveis e dos contratos de energia elétrica da ordem de R$ 10 bilhões.

De acordo com a Eletrobras, o portfólio de usinas "não tem dívida ou caixa". A Âmbar assume também os riscos de crédito dos contratos de energia das térmicas com a Amazonas Energia, que não vinha pagando pela eletricidade fornecida pelas usinas.

O processo de venda das térmicas teve início em julho de 2023. O interesse da Eletrobras em se desfazer das usinas é parte dos planos da companhia de se tornar uma empresa de geração 100% renovável, além de iniciar soluções para o passivo da Amazonas Energia.

A Âmbar foi a compradora ideal porque assumiu o risco de calote da Amazonas Energia nos contratos e aceitou o desenho de um mecanismo de recuperação de crédito. Caso a Âmbar Energia decida comprar a distribuidora, a Eletrobras ganhará uma opção de compra que, segundo a empresa informou em nota, vai possibilitar "a captura do benefício econômico fruto da recuperação operacional e financeira da distribuidora."

O mecanismo funcionaria da seguinte maneira: no caso de compra da Amazonas Energia pela Âmbar, em vez de aportar os créditos que tem contra a distribuidora em ações da empresa, a Eletrobras ganhará uma opção com valor equivalente a esses créditos.

A Eletrobras poderá converter esse valor em participação acionária na Amazonas Energia; poderá vender essa opção para terceiros — que virariam sócios na distribuidora —; ou poderá exercer esse crédito contra a Âmbar.

É o segundo negócio de empresas da J&F envolvendo ativos de energia. Semana passada, a Fluxus, petroleira do grupo, adquiriu a Pluspetrol Bolívia, dona de três campos de gás naquele país.

Para o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Edvaldo Santana, a Eletrobras "se livra" de usinas que contrataram eletricidade para a Amazonas Energia, que não paga por essa compra. Para ele, a operação é "extremamente complexa de entender", por serem ativos que quase não recebem pela energia que geram, mesmo que tenham direito à Conta Consumo de Combustíveis (CCC), subsídio pago via tarifa de energia para bancar o combustível de usinas dos sistemas isolados.

"A distribuidora [Amazonas Energia] recolhe a CCC mas não repassa para as térmicas. E o resultado final da operação irá depender do que acontecerá com a distribuidora, já em processo de caducidade", afirmou Santana.

Para o Bradesco BBI, a venda dos ativos foi um movimento positivo ao encerrar o risco da Eletrobras lidar com a Amazonas Energia. O Itaú BBA destacou que a operação simplifica o portfólio da Eletrobras. ***(Colaboraram Victor Meneses e Ana Beatriz Bartolo, de São Paulo)***

2 GW
é a potência instalada das usinas térmicas

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Tabajara Bertelli, presidente da Ultragaz, planeja utilizar sua carteira de clientes para oferecer a migração do mercado cativo para o livre de energia

Ultragaz assume controle da Witzler

De São Paulo

A Ultragaz, empresa controlada pela Ultrapar, acertou a aquisição de 51,7% de participação da Witzler e entrou no segmento de comercialização de energia elétrica de olho no crescimento do mercado livre. O negócio prevê o pagamento de R$ 110 milhões no fechamento da transação. Há ainda uma parcela de R$ 40 milhões a ser feita em 12 meses condicionada ao desempenho do negócio.

O mercado livre é um segmento em que os consumidores podem escolher seus fornecedores e estabelecer contratos por fonte, prazo ou preço da energia. A aquisição ocorre no momento e que há uma ampla liberalização do setor elétrico, fruto da Portaria 50/2022 do Ministério de Minas e Energia (MME). A medida permite que empresas conectadas à média e alta tensão (grupo A) possam escolher seus próprios fornecedores de eletricidade.

Ao **Valor**, o presidente da Ultragaz, Tabajara Bertelli, conta que a aquisição permite à companhia atender, principalmente, clientes de pequenos e médios negócios. Devido à sua atuação no mercado de gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha, o executivo vê a oportunidade de utilizar a carteira de clientes empresariais para incentivar a migração para o mercado livre.

A Witzler chega ao grupo trazendo com mais de 3 mil unidades consumidoras contratadas nos segmentos varejista e atacadista.

"Temos uma atuação no mercado empresarial, que é uma operação a granel com mais de 60 mil clientes, mas com nossos negócios focados no GLP. Então desenvolvemos uma linha de crescimento para acentuar o relacionamento com eles e buscar ampliar o escopo de oferta no ambiente de energia", explica.

Segundo Bertelli, a ideia é aproveitar a complementaridade com o canal de revendedores de GLP, que têm acesso aos clientes finais.

O movimento é um passo na estratégia de diversificação dos negócios que a empresa vem executando nos últimos anos. Em 2022, a Ultragaz entrou em geração distribuída solar na esteira da sanção do marco legal, o que atraiu também o interesse de rivais, como a Supergasbras.

Ainda em 2022, a companhia adquiriu a Neogás e no ano seguinte ingressou em biometano, conhecido como gás natural renovável, energético obtido a partir da purificação do biogás, uma mistura de gases que têm como origem o processo natural de decomposição de resíduos orgânicos.

O biometano é uma alternativa ao gás natural de origem fóssil e com apelo entre os consumidores que buscam alternativas para sua transição energética. A concorrente Copa Energia, dona das marcas Copagaz e Liquigás, comprou a Companhia de Transporte de Gás (CTG) para também entrar neste mercado.

"Olhamos as oportunidades naquilo que temos especialidade, que são pequenos comércios, indústrias, hotéis, entre outros de médio porte e que pela evolução da regulação passam a ter acesso ao mercado livre de energia", afirmou o executivo.

Dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) mostram que quase 7.200 empresas migraram entre janeiro e abril para o mercado livre. Apesar da ampla penetração da Ultragaz em clientes empresariais, não será fácil fazer a captação, já que os grandes grupos do setor elétrico têm suas comercializadoras varejistas e serão fortes concorrentes.

As distribuidoras de energia, como Enel, Copel e Cemig, por exemplo, também criaram braços no mercado livre ou em geração distribuída para manterem os consumidores dentro do mesmo grupo econômico. Outra parcela significativa, de cerca de 95 mil potenciais clientes do Brasil, usa o modelo de geração distribuída e não teria tanto interesse na migração.

"O objetivo da Ultragaz em ter geração distribuída e agora atuar no mercado livre é pela característica do cliente e poder fazer uma oferta diferenciada na hora da abordagem comercial. Para a totalidade da nossa carteira a ideia é fazer alguma oferta, seja geração distribuída ou mercado livre", explica. ***(RR)***

Curtas

Venda de cimento cai

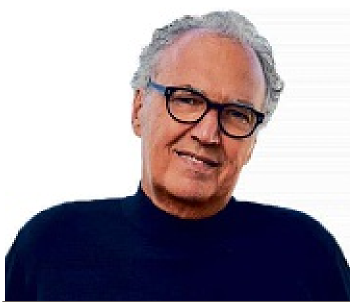
A venda de cimento caiu 5,6% no país em maio, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Foram comercializadas 5,3 milhões de toneladas, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic). As vendas por dia útil caíram 1,1%, para 229,1 mil toneladas. Já em relação a abril, houve crescimento de 4,8%. De janeiro a maio, foram vendidas 25,2 milhões de toneladas, alta de 0,8%. O acumulado dos últimos 12 meses ficou estável, em 62,1 milhões de toneladas. O Snic relaciona a queda nas vendas, na base anual, à situação no Rio Grande do Sul. A venda de cimento caiu 16,3% no Sul em maio. "As fábricas de cimento no Rio Grande do Sul estão em plena operação, com abastecimento normalizado", afirmou Paulo Camillo Penna, presidente do Snic. No acumulado do ano, a região Sul foi a única com queda nas vendas, de 2,2%. O Sudeste ficou estável. O Norte apresentou alta de 11,9%. O Nordeste, de 3,7%, e o Centro-Oeste, de 2,2%.

Novo diretor da CMPC

A chilena CMPC, que anunciou recentemente planos de instalar uma nova fábrica de celulose no Brasil, expandindo seus negócios no país, tem novo comando para a unidade industrial que opera em Guaíba, na região metropolitana de Porto Alegre (RS). A companhia escolheu o executivo Antonio Lacerda, ex-Basf, como novo diretor-geral da unidade, posição que vinha sendo ocupada interinamente pelo diretor industrial, Jailson Aquino. Com a contratação de Lacerda, Aquino segue responsável respondendo pelas operações de celulose. Em Guaíba, a companhia chilena pode produzir cerca de 2 milhões de toneladas por ano de celulose de eucalipto. Em 2021, deu início a investimentos de R$ 2,75 bilhões para modernização das operações, o Projeto BioCMPC, com adição de capacidade de 350 mil toneladas de fibra e foco em sustentabilidade. O setor tem recebido investimentos bilionários.

Você quer ser um homem ou um bife?

Marketing



Nizan Guanaes

Chegou a minha época mais ansiosa do ano: meu check-up com o Dr. Roberto Kalil. É o momento mais reflexivo do ano para mim. Mentalmente falando, o tempo que fico no Hospital Sírio-Libanês parece uma eternidade. Aproveito e faço uma radiografia da minha vida, uma "almascopia".

A N.ideias, a consultoria que eu montei, nasceu de fato num tomógrafo do Sírio, com um raciocínio simples: com fé em Deus, esse exame vai dar certo. Mas um dia, que eu espero seja longe, um exame vai dar ruim. E eu decidi até lá fazer um trabalho que me realizasse como profissional e ser humano. E que me enriquecesse em outras dimensões. Só queria trabalhar para clientes que eu admirasse, poucos (para eu cuidar da estratégia de comunicação no detalhe) e inspiradores (para eu trabalhar com alma e paixão).

Quando você cria uma coisa realmente nova, é um voo em queda livre. Você não sabe explicar, você só intui. Seus amigos perguntam o que você está fazendo e você fala, fala, e eles não entendem. O pior é que você também não sabe direito. Você só consegue entender enfiando a mão na massa. E o que parecia queda livre virou voo. A N.ideias deu muito certo. Então, todo ano, eu faço um check-up na minha existência. E se eu morresse agora ou desse algo incurável, qual seria o balanço de tudo? Então eu escrevi escondido meu obituário. Pode ser mórbido, mas é um grande exercício de check-up.

Eu vi o filme "Napoleão". Homens como Napoleão não dão filme, só podem ser série. É tanta faceta que um filme do Ridley Scott só mostra o conquistador.

Mas Napoleão mudou desde as leis da França até os uniformes dos soldados. O curioso é que Napoleão perde a guerra para o Duque de Wellington. Mas pouco se sabe do vitorioso. O Duque foi um grande homem. Napoleão foi muito mais que um homem: foi Napoleão. Bem ou mal, todo mundo sabe a história dele. O Duque de Wellington, para mim, virou um bife: o Bife Wellington. Então, eu que gosto de história, sempre me pergunto: você quer ser lembrado como um homem ou um bife?

Isso não significa vida perfeita. Meu outro ídolo, o multifacetado Benjamin Franklin, disse certa vez uma frase que vale muito para mim: todo homem tem um momento na vida que é uma errata. Quem flertou com alcoolismo, depressão profunda, bateu na lona, não teve outra escolha a não ser morrer ou reescrever o obituário. E eu fiz isso.

Eu sempre digo brincando que, por mais rico que se seja, todo mundo sai da vida duro. Então, faça esse exercício: você quer ser um homem ou um bife? Teve um momento da minha vida em que meu psiquiatra me disse uma frase terrível de ouvir: "Nizan, você é um cara rico e tem uma vida tão pobre."

Eu escrevo essas colunas para escutar meu coração. E a moral da história desta coluna é a frase de Adriano: "Minha vida são anos de história, momentos de glória e milênios de esquecimento." E ele não foi esquecido. Ele não virou um bife.

Para isso, é importante fazer o check-up da alma: Você dorme bem? Tem amigos? Seus filhos gostam de ficar com você? Tem lido, visto filmes? Tem um grande amor, uma fé, um time? Você odeia segunda-feira (não gosta do seu trabalho)? Odeia fim de semana (problema no casamento, na família)? Não sabe ficar de férias?

E escreva seu obituário. Eu faço essas colunas falando com as pessoas mais importantes e influentes do Brasil. E espero que, através deles, usando minha capacidade de escrever, possa transformar.

Harvard tem o propósito de formar líderes para transformar o mundo. Nossos professores lembram disso sempre. Eu tenho um case na Harvard Business School sobre minha história chamado "Act bigger than you are" (haja maior do que você é). Isso leva a passos maiores que a perna, a quedas monumentais. Mas é isso que faz a humanidade avançar. Getúlio, em seu gesto tresloucado de suicídio, nos deixou uma frase lapidar: "Saio da vida para entrar na história."

Ajude seu biógrafo. Escreva uma vez por ano seu obituário, escreva um diário toda noite. Todos nós conhecemos Peter Drucker como o rei da gestão de empresas, mas alguns dos seus maiores conselhos são sobre a gestão disciplinada e espiritual da vida. É isso o que eu penso enquanto entrego a alma a Deus e o corpo ao Dr. Kalil.

Nizan Guanaes é estrategista da N. ideias.
Instagran @nizan_n.ideias

Petroquímica Uma das interessadas na Braskem, companhia procura oportunidades tanto dentro como fora do país e vai expandir operações

Unipar avalia entrar em novos negócios e busca aquisições

Stella Fontes
De Santo André (SP) e São Paulo

Uma das interessadas na Braskem logo que o processo de venda da petroquímica foi retomado pela Novonor (antiga Odebrecht), a Unipar segue em busca de oportunidades de fusão e aquisição (M&A, na sigla em inglês) e de expansão de suas operações. Alvos potenciais estão sendo avaliados tanto em sua área de atuação principal, concentrada em cloro e soda cáustica e resina de PVC, e adjacências, quanto em novos negócios na química e na petroquímica.

"Seguimos atentos ao mercado, avaliando todas as oportunidades e alternativas para investimento ou aquisição de participações societárias. E estamos preparados para esse movimento, mantemos uma estrutura de capital saudável", disse ao **Valor** o presidente, Rodrigo Cannaval. No comando da Unipar desde abril, o executivo esteve à frente da diretoria industrial da empresa por quatro anos e sucedeu Mauricio Russomanno na nova posição.

Conforme Cannaval, um dos cinco pilares da estratégia de crescimento da petroquímica, que em maio completou 55 anos de história, é justamente a busca de crescimento no negócio atual e em novas áreas da química básica e da petroquímica.

O objetivo é avançar no plano de dobrar de tamanho em dez anos, contados a partir de 2022, e expor o balanço a produtos com ciclos e sazonalidade descolados da cadeia de vinílicos, de forma a diversificar ganhos e riscos.

Nessa direção, outros segmentos da química, como o de solventes ou outros produtos intermediários, por exemplo, poderiam fazer sentido. Por outro lado, passar para a próxima etapa da cadeia de valor, no sentido da transformação do PVC, não está nos planos, uma vez que isso significaria concorrer com os clientes atuais, ponderou Cannaval.

A Unipar não chegou a renovar a proposta de compra de parte dos ativos da Braskem. À companhia, interessavam principalmente as operações em São Paulo, de onde sai o eteno usado na produção do PVC. Em Santo André, a companhia pode produzir 300 mil toneladas por ano da resina. Diariamente, a unidade, que foi incorporada com a compra da Solvay Indupa em 2016, consome diariamente 900 toneladas de sal, proveniente do Rio Grande do Norte, que são usadas na obtenção do PVC.

> "Seguimos atentos ao mercado e avaliando todas as oportunidades"
> *Rodrigo Cannaval*

Conforme Cannaval, o foco está em explorar oportunidades de aquisição dentro e fora do Brasil, que tragam diversificação geográfica ou de negócios. No que tange a sua principal atividade (cloro, soda e PVC), a expansão poderia se dar no país ou "em qualquer lugar do mundo". "A oferta de gás natural mais barato do que no Brasil é um dos pontos analisados", disse o executivo.

Em meio à execução do maior ciclo de investimentos de sua história, a maior produtora de cloro e soda cáustica da América do Sul e segunda em PVC encerrou o primeiro trimestre com saldo de caixa de R$ 2,3 bilhões e alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e resultado operacional (Ebitda) em 12 meses, de 0,4 vez. É um balanço saudável, de fato, sobretudo se considerado o persistente ciclo de baixa da petroquímica global e o desequilíbrio entre oferta e demanda dos principais produtos, incluindo soda e PVC.


ROGERIO VIEIRA/VALOR

Rodrigo Cannaval, presidente da Unipar: "Diversificação geográfica e de negócios estão no radar da petroquímica"

Ao mesmo tempo, a companhia tem de fazer frente aos pesados investimentos em modernização da unidade de Cubatão (SP) e ampliação da produção de cloro e soda, com a construção de uma nova fábrica no polo petroquímico de Camaçari (BA). Mediante aporte de pouco mais de R$ 230 milhões, a nova unidade entrará em operação no quarto trimestre.

Em Cubatão, os investimentos chegam a R$ 1 bilhão, para substituição das tecnologias de mercúrio e diafragma por membrana na produção de cloro. O projeto, que deve ser concluído até o fim do ano que vem, garantirá capacidade de 210 mil toneladas por ano, ou 60% da capacidade atual da unidade. Além disso, participa de projetos de R$ 2,1 bilhões em energia renovável, que vão garantir que 100% da eletricidade usada nas operações no Brasil sejam provenientes desse tipo de fonte até 2025.

> **0,4 vez**
> **era a alavancagem financeira em março**

Junto com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), a Unipar participa das discussões com o governo por medidas de incremento à competitividade. Preços adequados do gás natural e defesa contra a entrada acelerada de importados estão na pauta. "É preciso ter visão de longo prazo para o setor", defendeu.

Cosméticos Produtos serão distribuídos em redes de farmácia e varejistas de moda; pré-venda será realizada ao vivo pelo Instagram dia 25 de junho

Com marca própria, Boca Rosa vai de 'influencer' a empresária e planeja IPO

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A influenciadora digital Bianca Andrade, que ficou conhecida com vídeos de tutoriais de maquiagem e foi participante convidada do reality Big Brother Brasil 2020, quer consolidar sua imagem como empresária. Ela acaba de lançar a marca própria de beleza Boca Rosa Beauty, uma ramificação de atividades da holding Boca Rosa Company, responsável por administrar sua carreira.

Para a nova empreitada, Boca Rosa, como é conhecida, se cercou de figuras do mercado como Tayana Dantas, ex-diretora de marca e marketing de produtos da G4 Educação. Bianca Andrade afirma que a liberdade de gestão é uma das motivações para criar a própria marca, após uma parceria de seis anos, e milionária, com a fabricante Payot.

Embora exalte o caráter de startup da Boca Rosa Beauty, a influenciadora tem planos mais ambiciosos, como abrir o capital da companhia a médio prazo, como forma de viabilizar uma expansão internacional das atividades. "A gente pode não ter mais tanta agilidade, mas ganhamos em tecnologia e oferecendo o melhor para a consumidora", afirma.

Os investimentos iniciais, direcionados ao desenvolvimento das fórmulas e a tiragem inicial de 800 mil itens, somaram R$ 30 milhões em recursos próprios. A expectativa é que o faturamento da Boca Rosa Beauty entre junho e dezembro deste ano alcance R$ 120 milhões, cerca de 30% acima da receita semestral da antiga linha de maquiagem de Bianca em parceria com a Payot.

A influencer anunciou aos seguidores no fim do ano passado que não renovaria o contrato de licenciamento, vigente desde 2018. Em janeiro, ela publicou um vídeo anunciando a data de lançamento da marca própria, em uma postagem compartilhada em seu perfil pessoal no Instagram e uma conta recém-criada para a Boca Rosa Beauty. Até o fechamento desta reportagem, a empresa contava com 1,8 milhão de seguidores, enquanto o perfil de Bianca somava mais de 20 milhões de seguidores.

A pré-venda será realizada em 25 de junho, com uma transmissão ao vivo no Instagram, e a partir do dia 26 os produtos estarão disponíveis em redes de farmácias e varejistas de moda.

De acordo com Bianca Andrade, todo o estoque direcionado às operações B2B para os meses de junho e julho já foi vendido, avaliado em R$ 15 milhões. A expectativa é de que as vendas em varejistas parceiros representem 70% do faturamento da Boca Rosa Beauty. Os 30% restantes devem vir de uma plataforma de e-commerce própria, outra empreitada inédita da influenciadora, que pretende utilizar as vendas diretas ao consumidor para coletar dados e antecipar tendências de mercado.

Uma das previsões é, unindo dados de pesquisa populacional e das vendas no site, nortear a produção da cartela de bases para a pele da população brasileira.

Antecipar tendências é um dos principais mantras de Bianca ao mencionar o papel das influenciadoras na indústria de beleza. Ela afirma que as grandes companhias nacionais do setor, como O Boticário e Natura , foram criadas e são presididas por homens, enquanto o público consumidor é majoritariamente feminino.

Apesar da história das influenciadoras digitais no Brasil ser marcada pelas blogueiras que faziam resenhas de produtos e tutoriais de maquiagem na década de 2010, como a própria Boca Rosa, a agora empresária aponta que grande parte do público ainda não domina as técnicas e precisa de produtos mais práticos.

A diretora de operações (COO) da Boca Rosa Beauty, Taynara Dantas, compara a descentralização da indústria de beleza brasileira com a ampliação de oferta de vagas no setor de educação. "Antes tínhamos poucas escolas de graduação e pós-graduação e isso foi aumentando, em uma democratização do mercado da educação. Em beleza também temos isso, com pessoas que construíram audiência e estão construindo suas próprias marcas", afirma.

> "Seria egoísmo não deixar essa marca ir para o mundo e ter o tamanho que ela vai alcançar"
> *Bianca Andrade*



GABRIEL REIS/ VALOR

Bianca Andrade: Plano é realizar o IPO da Boca Rosa Beauty para viabilizar a internacionalização dos negócios

A braço-direito de Bianca Andrade foi diretora de marca e marketing de produtos da G4 Educação, além de atriz e fundadora do Movimento Vila Nova, projeto social de Vila Velha (ES). A tentativa de aproximação do mercado também se evidencia pelo desejo de realizar a abertura de capital da empresa. Segundo as executivas, o IPO (sigla em inglês para oferta inicial de ações) seria uma ferramenta para viabilizar a expansão internacional e venda dos produtos em outros países. A estratégia deve se concretizar em 2030, segundo estimativas da dupla, mas Bianca ressalta que o planejamento da empresa é revisto ano a ano e que os planos podem mudar.

Apesar de exaltar a liberdade de gestão da empresa por não ter sócios investidores, um dos motivos que levou ao fim da parceria com a Payot, a CEO da companhia afirma que a diluição do controle a médio prazo vai permitir o crescimento da Boca Rosa Beauty. "As marcas têm fases. A gente está nascendo agora, mas seria um egoísmo da minha parte não deixar essa marca ir para o mundo e ter o tamanho que ela vai ter", afirma Bianca Andrade.

A empresária destaca ainda que, nos últimos anos, várias blogueiras lançaram linhas de maquiagem em parceria com a indústria nacional, como Bruna Tavares e Mariana Saad, enquanto uma parte das influenciadoras apostou em empresas próprias. É o caso de Julia Petit, que criou em 2019 a marca de cuidados para a pele Sallve. A companhia também relançou em 2022 a Contém 1g, após comprar a massa falida das operações de maquiagem encerradas em 2018. Outra influenciadora que investiu em sua marca proprietária foi Virgínia Fonseca, proprietária da We Pink.

A aposta de Bianca Andrade, segundo especialistas de mercado, mira em uma área com grande potencial de crescimento no Brasil nos próximos anos. O analista Daniel Morimoto, da consultoria Circana, lembra o sucesso internacional de linhas de cosméticos assinadas por celebridades, como a Fenty Beauty da cantora Rihanna e a Kylie Cosmetics da influenciadora Kylie Jenner.

Na avaliação de Morimoto, esse mercado tem potencial de crescimento especialmente grande no país porque a população brasileira possui uma das maiores médias diárias de uso de telas no mundo. Parte do uso massivo, segundo ele, ocorre graças ao grande número de influenciadores digitais e ao poder de impacto que eles possuem. "Nós temos um mercado nacional bem desenvolvido para influencers, muitas aproveitaram e souberam capitalizar abrindo marcas, como a Bruna Tavares, que inclusive deixou de vender só on-line e tem uma loja na Rua Oscar Freire [corredor de luxo da capital paulista]. É uma particularidade importante do Brasil", analisa.

MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ Nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1. Companhia Aberta. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** Ficam os Senhores acionistas da **Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia") convidados a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de junho de 2024, às 15:00 horas, no edifício da sede da Companhia, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, térreo, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102 ("Assembleia"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(1)** Aumentar o capital social da Companhia no montante de R$ 170.000.000,00, mediante capitalização de reservas de lucros da Companhia, sem emissão de novas ações; e **(2)** Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir a deliberação objeto do item (1) acima, caso aprovada, bem como consolidar os termos do Estatuto Social. Informações Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente presencial. Para participação na Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os documentos para comprovação da identidade do acionista ou do seu representante e, se for este o caso, devidamente acompanhados dos respectivos instrumentos de mandato que deverão (i) ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, observado que (a) se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) se fundo de investimento: o acionista pode ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (ii) ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. Adicionalmente, o acionista deverá apresentar o comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia, conforme o caso, indicando a posição acionária em relação a, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia. Tais documentos poderão ser encaminhados previamente à Companhia (i) por meio eletrônico, ao e-mail ri@multiplan.com.br, identificado com o assunto "AGE Multiplan 28.06.2024"; ou (ii) por meio físico, devendo ser depositados na sua sede social, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, sendo também aceitos os documentos dos acionistas que o apresentarem, tempestivamente, no dia da Assembleia, até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. A Companhia solicita que, se possível, enviem confirmação de presença ao e-mail ri@multiplan.com.br (Assunto: Confirmação de Participação), para prévio cadastro, preferencialmente, até o dia 26 de junho de 2024. Para informações adicionais acerca da participação na Assembleia, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, bem como as orientações divulgadas pela Companhia por meio do Manual de Participação de Acionista. Todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na Assembleia, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração, bem como cópia dos demais documentos exigidos para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (ri.multiplan.com.br) e nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 07 de junho de 2024. **José Isaac Peres -** Presidente do Conselho de Administração.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90048/2024

PROTOCOLO: 21.585.280-6
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para atender a demanda da 3ª Cia do 16º Batalhão de Polícia Militar no Município de Pitanga – PR, incluindo suas Subunidades (3ª Companhia, Pelotões e Destacamentos).
INTERESSADO: 3ª Cia do 16º Batalhão de Polícia Militar – 4º CRPM.
Abertura: 24/06/2024 às 08h30min
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (nº PREG-e 90048/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br - UASG 453079

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONVITE PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SERVIÇOS DE CONSULTOR INDIVIDUAL
PUBLICAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº03/2024-PROFISCO II/SEFAZ-MA
Instituição: Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
País: Brasil
Projeto: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-PROFISCO II-MA
Setor: Unidade de Coordenação do Projeto-UCP/Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ-MA
Resumo: O Estado do Maranhão recebeu um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se propõe à utilizar parte destes fundos para efetuar pagamentos de despesas elegíveis em virtude do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão – PROFISCO II para "Contratação de consultor individual especializado em plataformas de infraestrutura para atuar nas atividades de concepção, análise, projeto, implementação, implantação, documentação e otimização de ambientes de hardware e software voltados para a sustentação das aplicações constantes no portfólio de sistemas da SEFAZ-MA, bem como quaisquer novos projetos, proporcionando um ganho de eficiência aos serviços prestados pelo Corpo Técnico de Tecnologia da Informação (COTEC)".
A Secretaria de Estado da Fazenda convida Consultores elegíveis a manifestar o interesse em prestar os serviços solicitados. **Para acesso ao Convite completo, acesse o link:** https://encurtador.com.br/qRWXY

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Protocolo: 21.695.957-4
Pregão Eletrônico nº 262/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros de Cruzeiro Do Oeste/PR.
Interessado: Corpo de Bombeiros do Paraná
Autorizado pelo Sr. Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em 06 jun. 24 às 11h32min.
Abertura: 24/06/2024 às 09h00min.
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO. (nº 262/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br UASG nº 453079 – SESP-PR (nº 90262/2024).

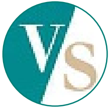
GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 008/2024-CL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70.856/2023 – EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de Engenharia e Manutenção para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e das instalações prediais, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição imediata necessários para a execução de serviços contínuos, eventuais, emergenciais e por demanda em Estabelecimentos Assistenciais em Saúde (EAS) gerenciados pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares localizados no interior do estado do Maranhão.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR POR LOTE.
DATA DA DISPUTA: às 09h00min do dia 03/07/2024, horário de Brasília/DF.
ID nº 1039660
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sistema Licitações-e (**www.licitacoes-e.com.br**).
Edital e demais informações estão disponíveis no site da EMSERH (**www.emserh.ma.gov.br**) e Sistema Licitações-e (**www.licitacoes-e.com.br**).
Informações adicionais serão prestadas na CL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, pelos e-mails csl.emserh.ma@gmail.com, e/ou vanessaleite.cslemserh@gmail.com ou pelo Telefone (98) 3235-7333.
São Luís (MA), 05 de junho de 2024.
Vanessa Leite Maranhão
Agente de Licitação da CL/EMSERH

Empresas

História de Negócios Filhas do primeiro casamento de Oliveira Andrade acionam viúva na Justiça

As ações das filhas do fundador da Caoa e o que isso pode ter a ver com a Hyundai



Adriana Mattos
De São Paulo

Há uma disputa familiar envolvendo as filhas do primeiro casamento de Carlos Alberto de Oliveira Andrade, fundador da Caoa, morto em 2021, e a mulher dele do segundo casamento. Uma das ações tem como parte o grupo Hyundai, que assinou neste ano acordo com a Caoa, para um novo modelo comercial e de produção no Brasil.

Nos últimos vinte dias, duas ações foram protocoladas pelos advogados de Emanuelle Carmesette do Ó Andrade contra Izabela de Oliveira Andrade e a Caoa Family Participações, a holding que reúne o patrimônio da família. E há um terceiro processo em andamento que, além da esposa de Carlos Alberto, tem como parte a Hyundai Motor Brasil (HMB), operação dos coreanos no país.

Izabela casou-se com o fundador em 1998 e teve dois filhos com o empresário. Cinco dias após a morte do marido, em agosto de 2021, ela tornou-se a presidente do conselho de administração da Caoa. Menos de um ano e meio depois, o CEO contratado deixou a função e o filho do casal, Carlos Alberto Filho, assumiu a cadeira.

Antes dessa relação, o empresário foi casado com Fabiana Britto do Ó Andrade, e Emanuelle e Pauline Andrade são frutos desse relacionamento. A fortuna do empresário é avaliada em R$ 10 bilhões, o que o tornava um dos empresários mais ricos do país.

No processo mais recente, que tramita há menos de 10 dias na 7ª Vara Civil do Foro Central de São Paulo, Emanuelle alega que documentos e informações do acordo com a Hyundai Motor Brasil foram ocultados dela e de Pauline.

No pedido encaminhado, é solicitada a apresentação de todos os termos da negociação, e os advogados colocam sob a mira das herdeiras também o acordo entre Hyundai e Caoa.

As três ações na Justiça Civil foram protocoladas de forma sucessiva, na segunda quinzena de abril, com histórico dos fatos semelhante, pela análise da reportagem dos anexos nas petições.

É algo que poderia ser caracterizado como repetição de ação, e normalmente visto com reservas pelos juízes, mas a análise dos casos pela Justiça considerou que o objeto em questão se difere em cada e manteve os processos em varas distintas.

A primeira ação está na 1ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem de São Paulo desde 16 de abril, e nela, os requerentes dizem que descobriram a realização de uma assembleia geral extraordinária da Caoa Family, em outubro de 2022, em que Izabela e seu filho, Carlos Alberto, foram eleitos diretores da empresa. A assembleia ratificou, de maneira genérica, os atos anteriores da direção.

> Na família do empresário, já existiam desentendimentos desde o inventário

Em cópia da ata anexada na ação é relatado que 100% dos acionistas estavam presentes na assembleia, conforme assinaturas no livro de presença. Emanuelle e Pauline afirmam, contudo, que não compareceram, e logo, nunca assinaram o livro. "O que causou mais surpresa é que, como consta que todos os acionistas estavam presentes, estaria dispensada a convocação da assembleia", diz nos autos a equipe de advogados que representa Emanuelle, liderada por Anderson Alves de Albuquerque, do escritório Albuquerque & Alvarenga Advogados.

Sem a convocação pública, ela afirma que não tomou conhecimento da deliberação na época, e que os registros da ata não foram localizados pela Junta Comercial. Os documentos, então, foram pedidos para a diretoria da holding, que não os teria enviado. Por isso, fizeram a solicitação dos materiais na Justiça.

Na terça-feira (4), o juiz do caso, Eduardo Pellegrinelli, pediu para expedir carta de citação à Caoa Family para que sejam apresentados os documentos mencionados no prazo de 15 dias.

Menos de uma semana depois da entrada dessa primeira ação, os advogados da filha do empresário voltaram à carga, e mostram materiais sobre supostas alterações na participação acionária da Caoa Motor do Brasil. Os documentos citam um aumento de capital em 2013 que, segundo eles, teria diluído a posição das irmãs.

Segundo os materiais anexados, a transação seria de R$ 500 mil e com isso, a Caoa Motor passaria a ter capital total de R$ 600 mil em 2013, o que, afirmam nos autos, levaria à diluição. É solicitado no processo, pelos advogados, que sejam apresentados os documentos que comprovem a anuência de Emanuelle à alteração na sociedade. A Caoa Motor é o nome atual da Caoa Hyundai Brasil, e é parte nessa ação também.

Um dos questionamentos da herdeira se refere ao fato de a capitalização ter tido a anuência de Izabela e da Caoa Family.

Izabela, que era diretora na holding na época, assina pelas duas partes. O fundador Carlos Alberto presidia o grupo naquele momento. Não há informações claras, nos autos, se a transação foi efetivamente concluída.

Chama a atenção o fato de o aumento de capital ter ocorrido em agosto de 2013, há mais de dez anos, e a questão ter vindo à tona apenas agora. Naquele período, Emanuelle também era diretora da Caoa Family, e portanto, ela teria acesso às movimentações. Ela e Pauline continuam hoje como acionistas da holding.

Segundo um interlocutor próximo dela, porém, Emanuelle não teve conhecimento, pois não teria sido dada publicidade devida ao ato. "Não haveria como Emanuelle saber", diz uma pessoa próxima à filha do empresário. "Ninguém fica pesquisando documentos na Junta Comercial o tempo todo. De novo, não havia ata, não foi dada a publicidade devida", diz uma pessoa próxima à filha.

Antes da morte do empresário, os seus quatro filhos dos dois casamentos — Carlos Alberto, Carlos Philippe, Emanuelle e Pauline — tinham, cada 24,75% das ações da holding, e Izabela, 1%, segundo quadro societário anexado.

Na tese dos representantes de Emanuelle, o grupo coreano entra em cena nessa discussão porque a diluição foi indevida e a acionista da holding tem direito a analisar os documentos do novo acordo de produção com a Hyundai. E, dada a existência das ações públicas na Justiça envolvendo o caso, a Hyundai Motor Brasil "não pode alegar futuramente ser terceira de boa-fé nas negociações, no entendimento dela", diz nos autos.

Procurada, a Hyundai Motor Brasil informa que não se manifesta sobre processos em andamento. A Caoa, assim como Izabela, preferiram não comentar. Os advogados de Emanuelle afirmam que, por conta da litigiosidade dos casos, não irá fazer comentários.

> **5**
> **filhos têm direito à herança do fundador**

Pessoas próximas à família afirmam que Izabela, advogada formada pela Faculdade de Direito do São Francisco, sempre foi atuante nos negócios do marido, e de forma ativa no conselho, e tinha o apoio do marido nas decisões.

Segundo as fontes, ela sempre esteve ao lado dos filhos, que foram preparados para a sucessão do pai _ com o consentimento do próprio _, e os outros membros da família acompanhavam os negócios de forma mais distante. E todos tinham condições de acessar todos os documentos sobre a holding e o grupo, que são públicos.

Na família do fundador, já existiam desentendimentos desde o inventário do empresário, que já indicava sinais de conflito entre os membros, mas sem relação direta com Emanuelle e Pauline.

Em 2021, houve um pedido na Justiça de outra filha de Carlos Alberto, de um primeiro relacionamento com outra mulher, nos anos 60. Essa filha, Danielly Loureiro, solicitou que fosse designado um inventariante judicial para o caso, e com isso Izabela não assumiria a função, de forma a resguardar os interesses de Danielly, frente ao "indiscutível conflito entre herdeiros", disse ela nos autos. Advogados de Izabela nesse caso questionaram o pedido, alegando que Izabela já era muito atuante na empresa e nos negócios do empresário, e ela segue como inventariante.

Curtas

Vallourec e Petrobras

A Vallourec fechou contrato para fornecer 1,8 mil toneladas de tubulação de aço carbono com revestimento GRE (Glass Reinforced Epoxy) para a Petrobras. A empresa também vai fornecer à estatal acessórios em CRA (Corrosion Resistant Alloy). Os produtos serão usados no desenvolvimento de poços offshore, principalmente na Bacia de Campos (RJ). Os produtos serão usados no desenvolvimento de poços offshore, principalmente na Bacia de Campos (RJ), informou a companhia. O contrato segue um acordo de três anos com a Petrobras para o fornecimento de tubulações OCTG (Oil Country Tubular Goods), anunciado em janeiro de 2023. Esses produtos vão ajudar a estatal nos projetos de exploração.

Futuro de Angra 3

O diretor-presidente da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBpar), empresa que controla a Eletronuclear, Luis Fernando Paroli, disse que relatório do BNDES sobre a tarifa da usina nuclear de Angra 3 será entregue esta semana pelo banco e deve ser submetido em setembro ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para a aprovação. O parecer do banco é fundamental para a decisão se o Brasil dará continuidade ou não à nova usina. O projeto se arrasta desde os anos 1980 e parou por conta da crise econômica da década perdida e de denúncias de corrupção. Até o momento, foram investidos R$ 7,8 bilhões e são necessários quase o triplo desse valor para colocá-la em pé. Já foram realizados 67% da obra civil.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Sp Lavanderia Hoteleira S/A -** CNPJ: 35.574.031/0001-30 - Endereço: Rua Dr. Elton César, 414, Chácara Campos Dos Amarais - Requerente: Alfa Produtos Têxteis Ltda. - Vara/Comarca: 8a Vara de Campinas/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Construtora Micheli Campos Ltda. -** CNPJ: 71.093.967/0001-03 - Endereço: Rua Araguaia, 208, Apto. 93, Torre A, Bairro Vila Almeida, Indaiatuba/sp - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Solare Administração de Condomínios Ltda. -** CNPJ: 12.126.885/0001-59 - Endereço: Alameda Dos Ubiatans, 358, Bairro Planalto Paulista - Administrador Judicial: Acfb Administração Judicial Ltda. Me, Representada Pela Dra. Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Hellen Medina Nunes, Nome Fantasia Hr Viagens & Turismo -** CNPJ: 31.499.026/0001-50 - Endereço: Rua Newton Prado, 120, Bairro Vila Hortência - Requerente: Hellen Medina Nunes, Nome Fantasia Hr Viagens & Turismo - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Falta de interesse de agir.

Requerido: **Inepar S/A Indústria e Construções -** CNPJ: 76.627.504/0001-06 - Endereço: Rua da Alfândega (Praça Pio X), Nº 17, 4º Andar, Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro/rj - Requerente: Fleury da Rocha e Associados Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Light Tool Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 08.750.495/0001-88 - Requerente: Pleno Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Telelistas (Região 2) Ltda. -** CNPJ: 03.839.889/0003-55 - Endereço: Scrn 702/703, Bloco A, Entrada 13, 3º Andar, Asa Norte - Requerente: Simone Rodrigues de Oliveira - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Vipasa Vigilância Patrimonial Armada Ltda., Nome Fantasia Phoenix -** CNPJ: 36.754.158/0001-02 - Endereço: Quadra Shcgncr, Nº 716, Bloco C, Loja 06, Asa Norte - Requerente: Dirceu de Campos Souza - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Pedido julgado improcedente.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Fábrica de Acessórios de Moda Aurora Eireli, Nome Fantasia Ibg -** CNPJ: 32.873.282/0001-28 - Endereço: Av. Thobias Ribeiro de Mendonça, 246, Distrito Industrial Luiz Carlos Nogueira, Guaíra/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Alírio Vieira da Silva Neto & Companhia Ltda. -** CNPJ: 04.345.108/0001-77 - Endereço: Av. Perimetral A, S/nº, Quadra A, Lotes 08 B, 09, 14 e 15 A, Distrito Industrial de Socorro - Administrador Judicial: Dr. Arivaldo Barreto Conceição Júnior - Vara/Comarca: 2a Vara de Nossa Senhora do Socorro/SE

Empresa: **Ítalo Thales Araújo Vieira & Companhia Ltda. -** CNPJ: 13.682.404/0001-54 - Endereço: Av. Perimetral A, S/nº, Quadra A, Lotes 08 B, 09, 14 e 15 A, Distrito Industrial de Socorro - Administrador Judicial: Dr. Arivaldo Barreto Conceição Júnior - Vara/Comarca: 2a Vara de Nossa Senhora do Socorro/SE

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Indusflora Produtos Florestais S/A -** CNPJ: 03.121.210/0001-26 - Endereço: Rodovia Br 282, S/nº, Km 05, Bairro Chapada - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS 249

Tecnologia Ações da companhia caem mesmo diante da inovação a ser incorporada aos sistemas do iPhone, iPad e Mac, inclusive em outros lançamentos para setembro

Apple poderá reaquecer vendas com anúncio de IA e aliança com a OpenAI

Felipe Laurence
De São Paulo

As ações da Apple fecharam em queda de 1,9%, a US$ 193,12, na Nasdaq, em Nova York, após a companhia fundada por Steve Jobs apresentar seu esperado produto de inteligência artificial generativa (IA Gen) na abertura do Worldwide Developers Conference (WWDC), nesta segunda-feira (10). A dona do iPhone também anunciou uma parceria com a OpenAI, criadora do ChatGPT. Analistas destacam os desafios da Apple, cujas vendas declinaram desde 2023, e consideram que a IA poderá ajudar a companhia a retomar a rota do crescimento.

Com foco em desenvolvedores, o evento, realizado na Califórnia, segue durante toda a semana, com transmissão on-line.

Batizado de Apple Intelligence, a IA será integrada à nova versão dos sistemas operacionais para computadores Mac, dispositivos móveis iPhone e iPad, incluindo o macOS Sequoia, iOS 18 e iPadOS 18, que serão lançados em setembro. A promessa da empresa é elevar a popular tecnologia a novo patamar de segurança de dados.

"Trabalhamos para garantir que a tecnologia alcance nossos princípios básicos, que sejam poderosos, intuitivos, integrados com nossos sistemas pessoais e levem a privacidade de dados como prioridade", disse Tim Cook, diretor-presidente da Apple, ao apresentar o produto.

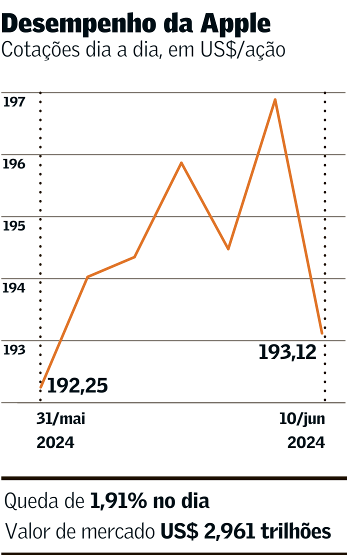
O Apple Intelligence terá funcionalidades parecidas com IAs rivais, como sumarização de textos e

JEFF CHIU/AP



Tim Cook: "Garantir que a tecnologia alcance nossos princípios básicos, a privacidade de dados como prioridade"

Desempenho da Apple
Cotações dia a dia, em US$/ação



Queda de **1,91% no dia**
Valor de mercado **US$ 2,961 trilhões**

Fontes: Nasdaq e Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data

geração de imagens. Além disso, contará com extensiva integração com os aplicativos da Apple, como a assistente virtual Siri e o de anotações curtas Notes.

A novidade, segundo a Apple, é que o processamento de dados primário da nova tecnologia será feito exclusivamente pelo próprio processador do aparelho, seja o A17 Pro ou a linha M1 até M4, sem necessariamente precisar se conectar com um servidor externo.

"Montamos um servidor em nuvem protegido que será usado somente para responder a tarefas que necessitem de maior poder computacional e onde não haverá armazenamento de dados", disse Craig Federighi, diretor de engenharia da Apple.

O Apple Intelligence será integrado ao ChatGPT 4.0, na primeira parceria da dona do iPhone com outra desenvolvedora de IA. "Vamos integrar o ChatGPT 4.0 com a Siri para ajudar a criar contexto, quando necessário, para tarefas que o usuário necessitar", disse Federighi. A plataforma da OpenAI poderá criar contexto, além de gerar textos e imagens a partir de sua base de dados. Outras plataformas de IA serão integradas no futuro.

Para Dan Ives, analista da Wedbush Securities, esses anúncios mudam a trajetória de crescimento da Apple em torno da IA e podem impulsionar as vendas da nova geração de iPhones. "Hoje, foi um dia histórico para a Apple e a empresa não decepcionou", disse, em relatório. Para a corretora, a companhia está no caminho certo para implantação da IA e cria uma base estratégica para impulsionar a base de 2,2 bilhões de aparelhos com sistemas iOS nos próximos anos.

Para a Apple, 2023 foi caracterizado por desafios, incluindo a queda nas vendas na China e o escrutínio regulatório nos Estados Unidos e na Europa. Os investidores, de forma geral, estão impacientes e esperam que as novidades impulsionem a recuperação da Apple. "É importante que eles comecem a mostrar progresso", disse Charles Rinehart, diretor de investimentos da Johnson Investment Counsel, um investidor da Apple.

Nos últimos dois anos, as vendas do iPhone permaneceram praticamente estagnadas e até caíram mais de 10% no último trimestre da Apple, encerrado em março.

Investidores e analistas disseram que a Apple poderia elevar as vendas do iPhone atualizando o produto com recursos de IA. "A IA é o que pode tirar a Apple da vala", disse Trip Miller, sócio-gerente da Gullane Capital Partners, investidora da Apple. "Eles são um gigante. É necessária uma nova história para levá-los a uma nova direção. A IA é essa oportunidade para eles."

"A Apple está transferindo as responsabilidades da IA para um parceiro como a OpenAI", disse David Wagner, gerente de portfólio da Aptus Capital Advisors, outro acionista da empresa. "A Apple sabe quais batalhas travar e quais não travar. Esta não é uma batalha que eles estão travando." ***(Com informações da Dow Jones Newswires)***

Metaverso atrai empregados ao escritório virtual

Hannah Murphy
Financial Times

Ao longo de alguns meses no ano passado, Trever Stewart escaneou meticulosamente o estúdio de animação de sua empresa de mídia de 2.000 metros quadrados e o replicou no metaverso. Agora, ele começa a convidar clientes de agências para seu espaço virtual de reuniões, para que eles possam ver, pelo lado de dentro, como os conteúdos animados que eles compram são produzidos.

"O metaverso é um fracasso enorme — mas o homem [empresas como a Meta] criou as ferramentas para que possamos construir um novo mundo agora mesmo", diz Stewart, produtor-associado de projetos especiais do Bent Image Lab. "É uma loucura."

"Em um headset [óculos de realidade virtual], se você pegar um pote de maionese nas mãos, você consegue examinar o tamanho e a textura", explica ele. Para os anunciantes, a capacidade de discutir visuais complexos, auxiliada por esse nível de realismo em 3D, pode ajudá-los a ter "controle total sobre o comercial em produção".

Três anos atrás, no meio da pandemia de covid-19, o fundador da Meta, Mark Zuckerberg, vendeu uma visão futurista na qual os funcionários de escritórios evitariam seu deslocamento diário para o trabalho e as tediosas conferências pelo Zoom para, em vez disso, usar headsets diariamente e trabalhar em escritórios virtuais imersivos no metaverso.

O Facebook da época lançou seu primeiro aplicativo gratuito — Horizon Workrooms —, que permite aos funcionários se reunirem virtualmente, com Zuckerberg afirmando que aquele seria um grande caso de uso do virtual. Logo depois, ele mudou o nome do Facebook para "Meta", sinalizando que estava levando a sério o esforço.

.

Nos meses seguintes, houve uma explosão de interesse e experimentação. Em 2022, uma pesquisa da PwC constatou que 51% das empresas dos Estados Unidos estavam em processo de integração da realidade virtual em suas estratégias, ou já haviam feito isso.

Muitos desses esforços fracassaram, com startups que ofereciam tecnologia de colaboração virtual fechando e grandes grupos de tecnologia, como a Meta e sua rival Microsoft, encolhendo ou se reestruturando.

Em fevereiro, a Mozilla, fabricante do navegador Firefox, anunciou que fecharia o Hubs, sua plataforma de trabalho virtual. Em abril, a controladora da Glue, a startup finlandesa de espaços de trabalho em realidade virtual, declarou falência. Outra startup, a Spatial, mudou seu foco para os videogames.

> Pessoas poderão conviver com avatares no ambiente digital, que volta a ganhar força

Eric Shaffer, professor de ciência da computação na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, diz que a tecnologia virtual e de realidade aumentada, que prometia alimentar uma revolução no local de trabalho, encontra-se na última parte de um "ciclo de exagero e desilusão". "Parece que talvez estejamos no fundo da curva", diz ele.

Mas algumas das empresas que sobreviveram no espaço estão agora encontrando novas oportunidades para integrar a tecnologia de realidade virtual aos locais de trabalho sem esperar que os funcionários usem headsets constantemente. Várias estão recorrendo a outra tecnologia bastante incensada, a inteligência artificial (IA), como uma possível tábua de salvação.

A Meta não conseguiu cumprir seus objetivos internos de crescimento de usuários do aplicativo de local de trabalho Horizon em seu primeiro ano após o lançamento, e recentemente fez cortes de postos de trabalho em sua deficitária divisão do metaverso. Agora, é uma das empresas que se concentram nessas oportunidades. Ela diz que há "uma série de oportunidades de longo prazo para a IA no metaverso, com experiências que proporcionam maiores níveis de imersão e materialização para consumidores e empresas".

Cortney Harding, fundadora e presidente-executiva da Friends with Holograms, que trabalhou na Meta, diz esperar que "avatares alimentados por IA" e assistentes sejam o foco dos construtores de metaversos, com recursos que incluem tradução em tempo real.

"A coisa que alimentará o metaverso no escritório é a IA", diz Christophe Mallet, presidente-executivo da Bodyswaps, uma provedora de treinamento de habilidades interpessoais em realidade virtual que trabalha com 250 organizações.

Mallet vislumbra ter um local de trabalho virtual "com colegas reais, mas também assistentes de IA que possam ser incorporados a esse escritório". Ele diz que o crescimento de sua companhia acelerou nos últimos 18 meses "por causa da IA", uma vez que ela pode trazer personalização automatizada para seus cenários de treinamento virtual.

Christoph Fleischmann, fundador e presidente-executivo da Arthur Technologies, uma startup de espaço de escritório virtual com 40 clientes da lista "Fortune 500", diz que "a IA é o melhor colírio para os olhos". Como um exemplo teórico do uso futuro, ele aponta para uma equipe financeira que pode se reunir em realidade virtual e ter uma "IA incrivelmente inteligente interagindo diretamente com fontes de dados" e ser capaz de projetar esses dados virtualmente de uma maneira tangível para os participantes.

Os otimistas insistem que as aplicações valiosas para a tecnologia de RV nos ambientes de escritório também incluem o 'brainstorming' virtual, simulações e treinamentos, além de permitir que os usuários tenham várias telas visíveis ao mesmo tempo, sem a necessidade de vários monitores físicos, por exemplo.

Sondre Kvam, presidente-executivo e cofundador da Naer, uma plataforma virtual de brainstorming em que os usuários podem debater ideias usando post-its e quadros brancos, diz que sua empresa foi lançada no ano passado como parceira do headset Quest da Meta e agora tem clientes que incluem o maior grupo de serviços financeiros da Noruega, o DNB. A longo prazo, a plataforma pretende adicionar funcionalidades que permitirão às empresas recolher dados sobre quem fala mais nas reuniões e com quem, ajudando os empregadores a entender melhor seus funcionários e as dinâmicas de equipe.

Trabalhar em realidade virtual também está se tornando mais comum em determinados setores como os de saúde e engenharia, onde aplicativos de treinamento podem ser úteis, especialmente em ambientes perigosos ou de alto risco ***(Tradução de Mario Zamarian)***

DIVULGAÇÃO



> O empresário participou de conquistas como a criação da Zona Franca de Manaus

Morre Affonso Hennel, da TCL Semp

Obituário

Natália Flach
De São Paulo

Faleceu nesta segunda-feira (10) o empresário Affonso Brandão Hennel, aos 94 anos. Filho do fundador da Sociedade Eletro Mercantil Paulista (Semp), Hennel foi peça-chave para a parceria com o grupo chinês TCL, feita há oito anos, que permitiu à empresa saltar do quinto para o segundo lugar na venda de televisores no Brasil. Ele ocupava a presidência do conselho da TCL Semp.

Hennel, que participou de conquistas importantes para o setor, como a criação da Zona Franca de Manaus, deixa esposa, filhos, netos e bisnetos. O velório será aberto ao público e ocorrerá no Cemitério Parque Morumby, localizado na Rua Dep. Laércio Corte, 468 - Paraíso do Morumbi, das 14h às 20h.

A história da parceria começou quando Hennel leu sobre o interesse da TCL em erguer uma fábrica no Brasil. O grupo brasileiro, que nasceu em 1942 e havia acabado de desfazer a parceria com a japonesa Toshiba, procurou os chineses.

No início da joint venture, o grupo brasileiro tinha participação de 60%. Tornou-se minoritário a partir de 2020, com fatia de 20%. Em 2023, com novo aporte de capital, a Semp Amazonia ficou com 25%, e a TCL, com 75%. O nome da joint venture, que, além de TVs produz no Brasil aparelhos de ar-condicionado, foi trocado para TCL Semp.

Do outro lado, o articulador foi Haiping Yue, um chinês que já estava estabelecido no Brasil quando foi contratado pela TCL em 2015. Em janeiro, Yue deixou o cargo de CEO da TCL Semp para assumir a vice-presidência do grupo TCL na América Latina e ficou responsável pela prospecção de novas oportunidades de negócios e relações governamentais. Em seu lugar, assumiu Eason Cai.

Com mudanças nos cargos de direção, o grupo se prepara para entrar em outros segmentos de produtos no Brasil e em outros países da América Latina. Hoje, a TCL

Em 2013, Cristina Hennel Fay, filha de Hennel, fundou a Fundação Affonso Brandão Hennel, uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Nova diretoria na TV Globo

Marketing
De São Paulo

A TV Globo anunciou nesta segunda-feira a criação de uma diretoria de Marketing, liderada por Samantha Almeida. A divisão assumirá ainda as estratégias de comunicação de produto, calendário de eventos e perfis digitais. Além disso, a diretoria vai consolidar os perfis dos conteúdos da grade de programação e liderar a frente de comunicação e ativações de celebração dos 60 anos da Globo, no ano que vem.

Será consolidada também a diretoria de Inovação e Diversidade em Conteúdo dos Estúdios Globo que passa a ser chefiada por Kellen Julio, que implantou a área de diversidade e inclusão da Globo e estava na área de RH. "Duas executivas em novas funções. Duas frentes muito importantes na construção do futuro da nossa televisão", disse, em nota, Amauri Soares, diretor-executivo da TV Globo e dos Estúdios Globo.

GLOBO/JOÃO COTTA



Samantha Almeida lidera a diretoria de Marketing, com diversas funções

GLOBO/ FABIO ROCHA



Kellen Julio fica com a diretoria de Inovação e Diversidade em Conteúdo

Infraestrutura Companhia e parceiros investem na construção de 450 torres para levar sinais 3G e 4G ao campo e projetam cobrir até 15 milhões de hectares no país

Projetos de conectividade da Sol devem receber R$ 100 milhões até o fim do ano

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A startup Sol, empresa que nasceu em 2020 para levar conectividade a produtores rurais, pretende fechar 2024 com mais de R$ 100 milhões investidos com seus parceiros na construção de torres de transmissão de dados no campo.

Em entrevista ao **Valor**, o principal executivo da companhia, Rodrigo Oliveira, disse que os desembolsos desses recursos começaram já no ano passado. Até o momento, a empresa tem 300 torres concluídas ou em construção.

"Tem mais 150 [torres para as quais] já temos os pontos e vamos começar a construção até o segundo semestre. Então, devemos passar dos R$ 100 milhões investidos no negócio ainda neste ano", estima o executivo.

Com as 450 torres prontas, a empresa espera cobrir de 12 milhões a 15 milhões de hectares com as tecnologias 3G e 4G. Ao todo, o Brasil deve cultivar 79 milhões de hectares na safra 2023/24, entre os grãos de inverno e verão, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Oliveira ressaltou que há projetos ou torres em construção no Brasil inteiro, mas que a demanda se concentra principalmente "onde o buraco de conectividade é maior", como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. Também existem projetos da companhia na Região Sul. Em São Paulo, a Sol tem parceria com empresas sucroalcooleiras como Tereos, Usina Caeté e Usina Guaíra.

A startup conta ainda com parcerias com as fabricantes de máquinas John Deere e a Áster Máquinas e mantém um projeto no setor de algodão. "Por meio da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão [Ampa], que também investe, a gente vai conectar 100% da área de algodão no Estado", afirmou o executivo.

A demanda por conectividade no campo é enorme. Atualmente, apenas 37,4% dos imóveis rurais brasileiros têm cobertura de sinal com internet, e menos de 20% das áreas de uso agrícola do Brasil têm cobertura 4G ou 5G, de acordo a associação ConectarAgro.

Essas restrições de acesso têm impacto direto sobre a adoção de tecnologias de agricultura de precisão nas fazendas, ressalta Oliveira. Equipamentos como tratores, colheitadeiras, plantadeiras e pulverizadores, quando conectados, elevam a produtividade da operação na lavoura.

> "Depois que o produtor está conectado, ele não vai deixar de estar. Ele paga a conta"
> *Rodrigo Oliveira*

Há também demandas cotidianas. "Se um trabalhador tem um acidente ou foi picado por uma cobra na fazenda e não tem conectividade, como ele avisa que precisa de ajuda?", questiona.

Foi com essa demanda que a Sol, que faz a ponte entre o produtor rural e as empresas de telecomunicações, decidiu apostar na construção de torres. "Historicamente, a adesão à conectividade no campo ficava na mão de grandes grupos. Os menores não tinham viabilidade econômica para investir em uma torre sozinhos. A Sol entrou para fazer essa linha de frente com os produtores", explicou ele.

A companhia passou a trabalhar com grandes grupos do agronegócio, mas também tem em sua carteira clientes que possuem áreas de 500 a mil hectares de extensão e que até então não conseguiam ser atendidos pelas empresas de telecomunicações.

Diferentemente de grandes grupos, porém, os produtores rurais têm baixa capacidade financeira para arcar com os custos da conectividade. Mas, mesmo em um cenário de diminuição de margens no campo neste ano, Oliveira não mostra preocupação com inadimplência. "Depois que o produtor está conectado, ele não consegue deixar de estar. Então, essa conta ele paga", diz.

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR



Rodrigo Oliveira, da Sol: empresa já deu andamento a 300 projetos de torres

NetZero tem novo crédito para fábrica de biochar

Insumos

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Oikocredit, cooperativa holandesa voltada a projetos de impacto, concedeu um financiamento de R$ 13 milhões à startup franco-brasileira NetZero para apoiar a construção de fábricas de biochar em Minas Gerais.

A companhia, que já tem uma unidade em Lajinha (MG), está construindo sua segunda fábrica do insumo no Brasil, em Brejetuba (ES), e quer erguer mais duas neste ano no país. Minas Gerais deverá receber os novos projetos.

O biochar é um composto de resíduos agrícolas usado para otimizar a absorção de água, nutrientes e carbono no solo. Na unidade inaugurada em abril em Lajinha, a NetZero produz o biochar a partir de resíduos das lavouras de café e vende o insumo aos produtores da região.

"O biochar é uma nova oportunidade de investimento para a Oikocredit, pois tem um impacto significativo sobre a produtividade dos cafeicultores e a qualidade do solo, proporcionando maior renda e descarbonizando a produção de café", afirmou Dave Smit, diretor de investimentos de impacto da Oikocredit, em nota.

A NetZero tem buscado recursos com investidores de impacto para se expandir no Brasil. Em março, a empresa captou € 18 milhões com o fundo de investimento de impacto STOA, que tem como foco infraestrutura e energia.

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Políticas Ligação de operadores do certame com o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, tomou parte da agenda de ministros ontem

Leilão da Conab para importações de arroz vira preocupação para o governo

Rafael Walendorff
De Brasília

As conexões entre os operadores do leilão para a compra pública de 263,3 mil toneladas de arroz importado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na semana passada e o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller, ligaram um alerta na alta cúpula do governo e tomaram parte da agenda de ministros da área ontem.

O assunto chegou ao Palácio do Planalto, que avalia o potencial de dano que o episódio pode causar à imagem do governo se houver identificação de alguma irregularidade no certame, disseram fontes. Em reunião de coordenação política, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou de aliados uma solução para a repercussão negativa do caso.

Os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, e o presidente da Conab, Edegar Pretto, reuniram-se com representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) — em compromissos fora das agendas oficiais — para medir a temperatura do caso e traçar estratégias de ação do governo.

Eles avaliaram cenários como a manutenção ou cancelamento do leilão e a necessidade ou não de exoneração de pessoas envolvidas no leilão para minimizar impactos políticos em Brasília. A medida mais extrema poderia atingir o secretário Neri Geller e Thiago dos Santos, diretor de Operações e Abastecimento da Conab.

Ex-ministro da Agricultura no governo de Dilma Rousseff, Geller fez a ponte entre Lula e o agronegócio na campanha eleitoral e na transição. Ele atuou nos bastidores até conseguir reverter um processo no Superior Tribunal Eleitoral (TSE) e ser nomeado secretário, em dezembro de 2023. Desde então, Geller tem ajudado no diálogo e nas tentativas de aproximação do ministério com o setor produtivo. Thiago dos Santos foi seu assessor na Câmara entre 2019 e 2023, quando o secretário foi deputado.

Não houve desfecho das reuniões até a conclusão desta edição. As decisões vão depender do grau de envolvimento comprovado de agentes públicos com as empresas, bolsas e corretoras vencedoras do leilão, apontou uma fonte. Procurados, o ministérios e a Conab não comentaram.

R$ 1,3 bi
será o custo do leilão para a Conab

As equipes analisam a possibilidade de cancelar o leilão. As empresas vencedoras têm até quinta-feira (13/6) para depositar 5% do valor da operação para a Conab como garantia. No sábado, a estatal informou que iria convocar as bolsas de mercadorias que participaram do leilão para prestarem informações sobre as arrematantes dos lances, mas não enviou comunicado ou ofício ontem.

O perfil das vencedoras, desconhecidas no mercado agrícola, despertou desconfianças no setor. Por meio de notas, Wisley A. de Souza Ltda e a Icefruit Indústria de Alimentos se defenderam. A Zafira Trading não respondeu. "Os representantes do agro brasileiro boicotaram esse leilão", disse Crispianiano Espíndola Wanderley, dono da ARS Locadora de Veículos e Máquinas Pesadas, outra arrematante.

A conexão do secretário de Política Agrícola com o leilão passa por Robson França, ex-assessor do gabinete de Geller na Câmara. Ele foi responsável pela negociação de 44% do volume de arroz do certame (116 mil toneladas) e do valor envolvido no leilão da Conab, cerca de R$ 580 milhões. França foi colega de Thiago dos Santos, que comanda a área da estatal que realizou o leilão.

Advogado, França comanda a Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT) e corretoras de grãos. Ele também é sócio de Marcelo Piccini Geller, filho de Neri Geller, em outro negócio. Todos negam direcionamento ou favorecimento na operação.

O custo total do leilão para a Conab será de R$ 1,3 bilhão.

Natural One fomenta cultivo de yacon no país

Estratégia

Luciana Franco
Para o Valor, de São Paulo

A fabricante de sucos naturais Natural One, do empresário Ricardo Ermírio de Moraes e participação minoritária do fundo Gávea, está apostando em um item ainda pouco conhecido no Brasil para reformular seus produtos à base de vegetais: a batata yacon, um tubérculo de origem peruana rico em fibras e água, indicado para o controle de diabetes.

A escolha da yacon se deu após um projeto de pesquisa conduzido pela empresa no Brasil que durou quatro anos e contou com a participação de produtores rurais, empresas e nutricionistas. Neste período, a empresa, que espera neste ano alcançar um faturamento de R$ 1 bilhão, investiu R$ 3 milhões em desenvolvimento, produtividade no campo e adequação da fábrica. "Queremos entregar funcionalidade com um produto minimamente processado", diz Gustavo Siemsen, diretor-geral da empresa.

O Grupo Fischer, que já é um dos parceiros da Natural One no fornecimento de suco de maçã, será o responsável, em Santa Catarina, pela produção do suco de yacon, que será acrescido em dois produtos da Natural One — o suco verde e o suco de beterraba. Os novos itens chegarão ao mercado no fim de junho. "Para o consumidor que busca um produto funcional, a yacon terá uma funcionalidade explicita, bem clara", explica Siemsen.

A batata yacon é uma planta originária da Cordilheira dos Andes. Seu fruto, suas folhas e os tubérculos são consumidos na forma natural em diversos países da América Latina. Com uma textura similar à da pera, pode ser consumida crua, em saladas e sucos. As folhas da yacon também costumam ser usadas no preparo de chás por sua ação anti-inflamatória. É um tubérculo valorizado principalmente por ser rico em fibras solúveis, em especial a inulina. Possui também um açúcar prebiótico, o fruto-oligossacarídeo, que possui características probióticas e auxilia na regulação do intestino.

No Brasil, onde, segundo o Ministério da Saúde, o número de brasileiros com diabetes aumentou em 61,8% em 10 anos, a raiz se tornou conhecida por seu efeito antidiabético. Um artigo publicado em 2021 na Revista da Associação Brasileira de Nutrição atestou que a batata yacon, adicionada ao suco de frutas, diminui as concentrações de hemoglobina glicada no sangue.


DIVULGAÇÃO
Cultivo de batata yacon é comum na Cordilheira dos Andes; Grupo Fischer vai replicar técnica em Santa Catarina

O produtor brasileiro Donizete Prestes de Oliveira, que cultiva yacon há 30 anos, está animado com a iniciativa da Natural One. "Vai ajudar a divulgar o produto, que ainda é pouco conhecido e pouco cultivado no Brasil", diz Oliveira, considerado o maior produtor de batata yacon do Brasil.

Ele é um dos pioneiros no país cultivo desta variedade. Sua propriedade, de 60 hectares, fica em Piedade (SP), que concentra a produção desse tipo batata no Brasil. Os 80 produtores do município colhem cerca de 500 toneladas de yacon por ano. Apenas Oliveira calcula que deve colher 180 toneladas da variedade neste ano.

Oliveira participou da pesquisa que a Natural One conduziu sobre o cultivo de yacon no país. Ele também forneceu, em 2018, 26 mil rizomas da raiz para a Fischer iniciar sua produção. Entusiasta da yacon, o agricultor participa de espaços de promoção da variedade de batata, como na 18ª edição da Natural Tech que ocorrerá entre os dias 12 e 15 deste mês. "Acredito que agora a batata yacon vai ficar conhecida em todo o Brasil", diz.

O produtor de Piedade entrega sua produção em diversas centrais de abastecimento e recebe R$ 90 pela caixa de 20 quilos. De acordo com ele, o cultivo de yacon é simples, mas o tubérculo não se adapta em qualquer região. "Vai bem em áreas de serra que estejam a 900 metros acima do nível do mar", diz. Em Piedade, o cultivo da batata começou há 31 anos a partir de mudas trazidas do Japão.

Empresa prevê que suco funcional representará 10% das vendas

Para o Valor, de São Paulo

A aposta da Natural One no uso de suco de yacon em seus produtos marca sua estreia no segmento de sucos funcionais, que a empresa calcula que vá responder por 10% de suas vendas nos próximos anos.

A estratégia da companhia acompanha uma tendência no segmento de alimentos e bebidas de crescimento da demanda por produtos que potencializam o desempenho físico e mental.

Uma pesquisa da Mintel, agência de inteligência de mercado, feita entre agosto de 2021 e julho de 2022 mostrou que, no Brasil, 37% dos adultos estão interessados em uma dieta que aumente sua energia. Além disso, 44% dos brasileiros estão dispostos a pagar mais por bebidas não alcoólicas que melhorem o humor.

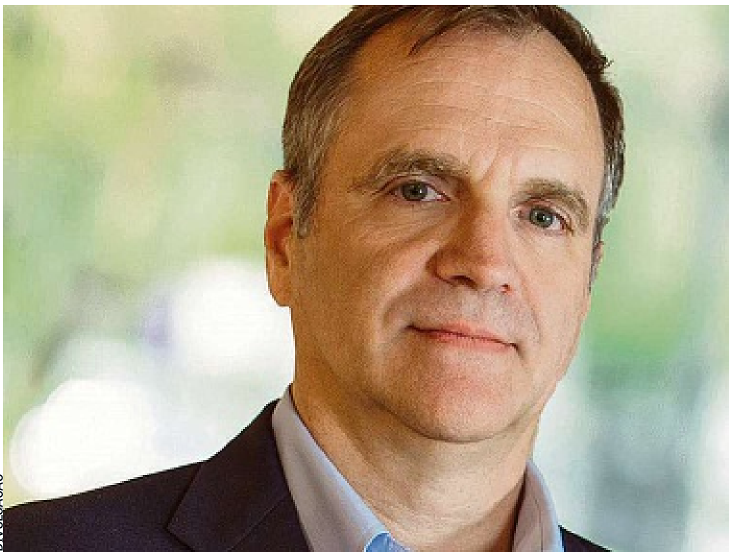
Outro estudo da Mintel, de 2022, revelou que 33% dos consumidores estão dispostos a pagar mais por sucos feitos com ingredientes sustentáveis.

A Natural One também vai investir em desenvolvimento científico sobre o segmento. A empresa planeja investir na empresa Ganep Nutrição para fomentar pesquisas científicas sobre a yacon. "Nos sentimos na responsabilidade de educar o consumidor", justifica Gustavo Siemsen, diretor-geral da empresa.

Na avaliação de Eduardo Hideki Yamanaka, gerente comercial e de soluções culinárias da Global Food, empresa de inovação tecnológica, o segmento de bebidas funcionais tem potencial para ser explorado no Brasil.

"Acredito que a oferta de bebidas funcionais fortificadas será a de crescimento mais rápido nos próximos anos. Os consumidores já estão familiarizados com produtos enriquecidos em vitaminas, e, do ponto de vista da legislação, o segmento está maduro", diz. *(LF)*

Novo comando na LDC


DIVULGAÇÃO

O executivo Michel Roy substituirá Murilo Parada como CEO no Brasil da Louis Dreyfus Company (LDC), uma das maiores empresas de agronegócio do mundo. A trading confirmou ao Valor a saída de Parada, sem dar mais detalhes. Roy ingressou no grupo em 2022 como diretor de operações para o Brasil e outros países da América Latina. "Michel tem mais de 30 anos de experiência em commodities agrícolas, adquirida durante sua passagem por várias empresas líderes de comércio global, trabalhando em vários continentes, especialmente em açúcar e etanol", disse a LDC. Em seu perfil no Linkedin, Murilo Parada afirmou que fará um ano sabático.

Conectividade Projetos de construção de torres da startup Sol vão receber R$ 100 milhões até o fim do ano B7

valor.com.br

Insumos
Atlas Agro acelera obras em planta de adubos

A suíça Atlas Agro concluiu a fase de pré-engenharia da primeira fábrica de fertilizantes nitrogenados a partir do hidrogênio verde. O aporte total na unidade, que fica em Uberaba (MG), será de R$ 4,3 bilhões. A construção pesada vai começar em julho.

valor.com.br/agro

Comercialização
Venda da soja de 2024/25 avança em MT

Até maio, as vendas de soja da safra 2024/25 em Mato Grosso chegaram a 16,51% da produção esperada, de acordo com o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea). O ritmo está mais forte do que o de maio do ano passado.

valor.com.br/agro

Política monetária
Para Campos Neto, mudança na meta fiscal trouxe incerteza e preocupa mercados C2



Investimentos
RJI aciona antigos administradores de fundos da Infinity C6

Equidade
Indústria de 'private equity' lança projeto para atrair mais mulheres C6

Sustentabilidade
CVM quer liderar as discussões sobre finanças verdes no mundo C3

Finanças

Câmbio Moeda americana registra valorização de 10,4% contra o real ao longo de 2024; gestores e operadores não esperam melhora acentuada

Dólar tem nova alta, já avança 2,05% em junho e vai a R$ 5,35

Arthur Cagliari
De São Paulo

O temor em relação aos mercados emergentes e a percepção de risco local levaram o câmbio doméstico a mais uma sessão de desvalorização firme ontem, num movimento de "bola de neve" que estendeu o estresse de sexta-feira. No pior momento das negociações, o dólar à vista chegou a se aproximar de R$ 5,39, com o possível acionamento de mecanismos de "stop loss", que encerram operações após atingir determinadas perdas.

A permanência do dólar na faixa entre R$ 5,35 e R$ 5,40 por mais tempo deve ampliar a pressão sobre os preços, dificultando a tarefa do Banco Central (BC) de trazer a inflação à meta e pressionando os juros de mercado.

Ao longo do dia, no entanto, a valorização da moeda americana arrefeceu, acompanhando o cenário externo. O dólar encerrou em alta de 0,61%, a R$ 5,3567 no mercado à vista. Já no mercado futuro, o contrato para julho teve alta de 0,06%, a R$ 5,3675. A diferença entre a valorização firme do dólar à vista e a quase estabilidade do dólar futuro estaria no fato de que o mercado à vista, por fechar mais cedo, não teria absorvido todo o mau humor visto na sexta-feira pelos mal-entendidos com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, segundo operadores.

A sessão de ontem até começou com dólar rondando estabilidade e um viés de queda. Mas, já nos primeiros minutos, houve uma reversão e a moeda americana passou a subir com intensidade frente ao real. O movimento não foi exclusivo do câmbio doméstico, sendo observado também em outros mercados emergentes.

Ao comparar o desempenho do real ao de uma cesta de moedas emergentes, o estrategista-chefe da EPS Investimentos, Luciano Rostagno, diz que é possível perceber que toda a dinâmica de valorização do dólar veio de fora. "Por conta de uma desvalorização forte do real que ocorreu nas últimas semanas, até tínhamos um componente técnico [de correção] local que poderia ter beneficiado o real, mas foi ofuscado pelo externo."

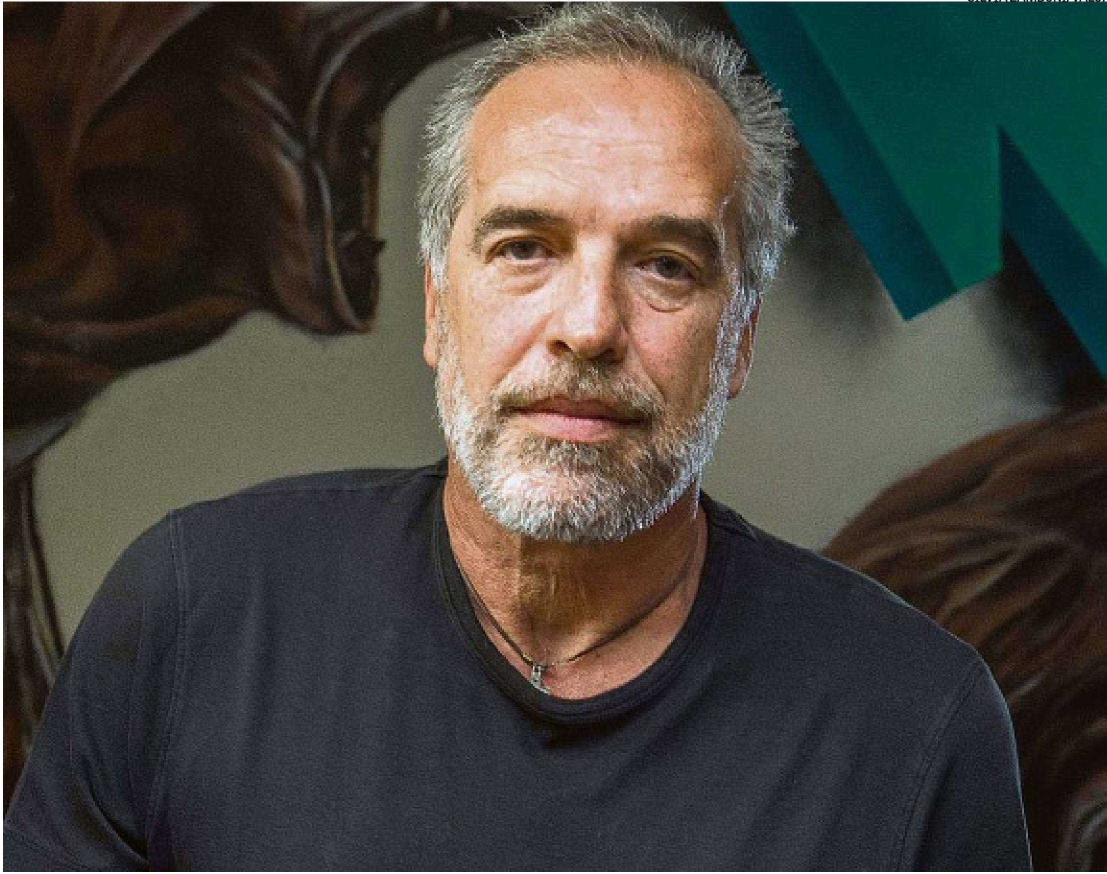
Na leitura de Rostagno, em semana de decisão de juros do Federal Reserve (Fed, banco central americano) e de divulgação de dados de inflação nos Estados Unidos, o investidor mostrou cautela no começo desta semana. "Há uma certa ansiedade com os eventos dos próximos dias e sobre a expectativa em torno do ciclo de corte de juros do Fed. O mercado já está com uma precificação bastante tímida para corte de juros por lá, e isso pode vir a mudar", diz. "Também tem todo um contexto de resultados de eleições na Europa que acaba favorecendo maior polarização na política e, consequentemente, gera incertezas na condução da política econômica."

> "Há ansiedade com os eventos dos próximos dias e expectativa em torno dos juros do Federal Reserve"
> *Luciano Rostagno*

Ainda que moedas emergentes fiquem mais desvalorizadas diante de cenários de incerteza global, Rostagno afirma que, caso não haja novos gatilhos, essas divisas podem buscar recuperação, em especial a moeda brasileira, diante da sua depreciação recente mais forte. "Poderemos ver o exportador aproveitando para internalizar capital."

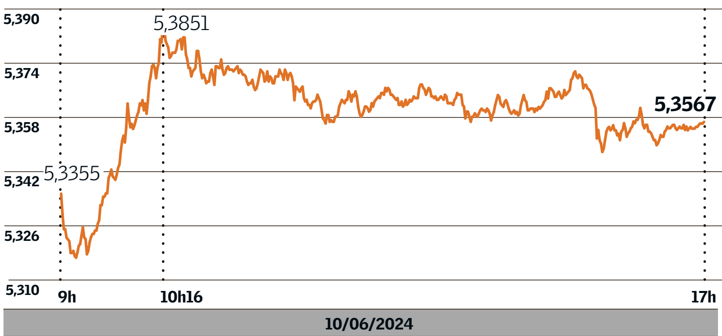
Mesmo que o cenário externo tenha sido o principal fator do movimento do câmbio ontem, operadores não descartaram o estresse local com a questão fiscal como um possível gatilho para o acionamento de "stop loss". O operador de uma gestora lembra que a fragilidade do real pôde ser observada na sua relação frente a divisas emergentes, ao cair 2,44% ante o rand sul-africano; 1,71% contra o peso mexicano; e 0,44% ante o peso chileno.

Com apenas dez dias, o dólar já avança 2,05% frente ao real no mês de junho — no ano a alta é de 10,4%. A apreciação tem pesado nos juros futuros, mas pode ter efeitos maiores diante da possível pressão inflacionária que dificultaria a tarefa do Banco Central no controle dos preços. Em maio, reportagem do **Valor** mostrou que a persistência do câmbio mais depreciado (no nível de R$ 5,30 por dólar) poderia elevar as projeções de inflação em 0,4 a 0,6 ponto percentual nos 12 meses à frente, segundo simulações feitas à época.



Alfredo Menezes, diretor da Armor Capital: "70% do ajuste que o real precisava fazer já ocorreu"

Dólar supera R$ 5,38, mas desacelera
Movimento da moeda americana ao longo do dia



Fonte: Valor Pro

Ainda que um ajuste na taxa de câmbio ocorra, uma melhora acentuada não está no radar de boa parte dos investidores. Em carta mensal, a Armor Capital afirmou ter aberto posição comprada em dólar contra a moeda brasileira no mês de maio, como resposta ao aumento do prêmio de risco no Brasil e aos consecutivos dados desfavoráveis de fluxo cambial. Em entrevista, o sócio e diretor de investimentos da Armor, Alfredo Menezes, diz ter diminuído um pouco dessa posição aberta em maio porque "o câmbio andou bastante" nos últimos dias.

"Do ajuste que o real precisava sofrer, cerca de 70% já foi feito", afirma, acrescentando que não descarta ver o dólar a R$ 5,60 no fim deste ano. "O preço médio da soja caiu perto de 18% em relação ao ano passado, e isso deve tirar uns US$ 12 bilhões da nossa balança comercial, fora o risco de quebra de safra", afirma. "O petróleo pode até ajudar, mas não vai apagar todo esse prejuízo."

A leitura de Menezes é que a sazonalidade mais positiva para o câmbio ocorre no começo do ano e agora "ficou para trás e não trouxe apreciação para a moeda brasileira". "Já no último trimestre do ano, há uma sazonalidade negativa para a conta financeira", observa. "Não teremos o mesmo fluxo de grãos; teremos mais importação por conta do Natal; e ainda há o pagamento de juros e dividendos para o exterior."

As dúvidas em torno da performance do real tem elevado a posição comprada em dólar contra a moeda brasileira no mercado de derivativos. Segundo dados da B3, a aposta contra o real voltou a bater a máxima histórica, alcançando o patamar de US$ 74,3 bilhões, na sexta-feira. Há um ano essa aposta estava em torno de US$ 42 bilhões. Os dados incluem a posição em dólar futuro, dólar mini, swap cambial e cupom cambial (DDI).

A posição é vista como uma aposta contra a valorização do real, ainda que a leitura não seja precisa. Isso porque os dados também englobam investimentos em "offshores", que podem ser feitos por investidores locais, além de parte desse montante ser referente a estratégias de "hedge" (proteção) e não necessariamente uma aposta direcional no desempenho da moeda brasileira.

Leia mais na página C2

Avanço da extrema direita leva turbulência a mercados europeus

Gabriel Caldeira
De São Paulo

O dia seguinte aos resultados das eleições ao Parlamento Europeu foi de turbulência e aversão ao risco nos principais mercados da zona do euro. A moeda comum anotou desvalorização ante o dólar e as bolsas do bloco fecharam em queda diante das preocupações de agentes financeiros com o avanço de partidos de extrema direita, enbora o centro ainda detenha a maioria do Parlamento Europeu.

Os ativos mais afetados foram os franceses, após o presidente da França, Emmanuel Macron, dissolver o Parlamento do país e convocar eleições antecipadas. A perspectiva de vitória do Reagrupamento Nacional (RN), partido de Marine Le Pen, elevou o prêmio de risco dos mercados locais. O rendimento do título soberano da França (conhecido como OAT) com vencimento de dez anos fechou em 3,229%, maior nível desde novembro do ano passado.

Já a taxa do Bund alemão também de dez anos subiu para 2,684%, patamar mais alto em junho, e o BTP italiano de igual vencimento alcançou 4,092%, fechando acima de 4% apenas pela segunda vez em 2024.

Nas bolsas, o índice Stoxx 600, que compila ações de 17 mercados europeus, fechou em queda de 0,27%, a 522,16 pontos. O movimento foi puxado pelas perdas da bolsa de Paris, cujo índice CAC 40 tombou 1,35% no pregão.

O euro oscilou em queda de 0,2% a 0,3% ante o dólar na maior parte da sessão, após se depreciar 0,5% mais cedo. Por fim, fechou em queda de 0,3%, a US$ 1,0764.

Robert Brown, gerente de portfólio de clientes da Janus Henderson Investors, considera que os resultados das eleições parlamentares na União Europeia "tiram o brilho do que tem sido uma narrativa bastante forte até agora para as ações europeias em 2024". Segundo ele, os investidores já haviam precificado os riscos atrelados ao pleito. Ainda assim, os resultados "podem representar um pequeno golpe no sentimento", já que adicionam uma camada de risco político local que havia sido colocado em segundo plano ao longo do último ano.

A desvalorização do euro, por sua vez, pode tornar mais difícil um ciclo de cortes de juros pelo Banco Central Europeu (BCE), diz Brown, já que o movimento da moeda ante o dólar tende a intensificar pressões inflacionárias domésticas. Ainda assim, ele vê uma chance "razoável" de mais reduções nas taxas de juros após o BCE realizar o seu primeiro corte desde 2019 na reunião da semana passada. Além disso, um euro mais fraco pode apoiar exportadores e empresas de pequeno porte na Europa, avalia.

Embora todo o Parlamento Europeu tenha dado uma guinada à direita, foi o fraco desempenho da coligação de Macron, que angariou apenas 15% dos votos na França, e a sucessiva dissolução do Parlamento que provocou o choque nos mercados ontem, segundo Chris Turner, chefe global de mercados do banco holandês ING.

> **1,35%**
> **foi a queda do índice CAC 40, da bolsa de Paris**

"Embora o partido de Marine Le Pen tenha se afastado do manifesto 'anti-euro' com o qual se candidatou em 2017, os temores sobre a mudança de apoio à Ucrânia continuam a enervar os mercados", diz Turner, que credita a fraqueza do euro na sessão de ontem à turbulência na política francesa.

Hubert de Barochez, economista sênior de mercados da Capital Economics, concorda que uma eventual vitória do RN na França é motivo de preocupação, ainda que os ideais econômicos do partido tenham moderado nos últimos anos e ele já não apoie uma saída da União Europeia e da zona do euro.

"Seu programa econômico ainda é muito cético em relação à União Europeia, pelo menos em sua forma atual, e exige uma abordagem decididamente mais protecionista e nacionalista", explica Barochez. Além disso, ele comenta que o custo do programa do partido de Le Pen é elevado e "amplamente não financiado", o que sugere riscos maiores para a sustentabilidade da dívida pública francesa.

"A posição da França já é indiscutivelmente instável, dada sua elevada relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB). E, independentemente dos resultados da próxima eleição, é muito improvável que o próximo governo seja tão pró-negócios e pró-União Europeia quanto o atual", avalia o economista da Capital Economics.

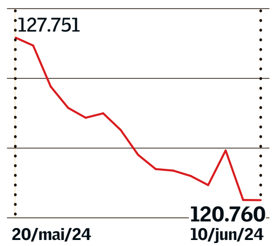
Segundo Claus Vistesen e Melanie Denobo, economista-chefe e economista-sênior para zona do euro da Pantheon Macroeconomics, a dissolução do Parlamento francês foi um movimento de Macron para dar o cargo de primeiro-ministro ao RN, apostando numa eventual insatisfação popular que tire o partido de uma disputa real às eleições presidenciais em 2027. No entanto, Vistesen e Debono consideram o movimento arriscado, já que na União Europeia há ao menos um exemplo de governante de extrema direita com bom apoio popular: a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni.

"Os investidores ainda estão inclinados a vender primeiro e fazer perguntas depois, em resposta ao menor risco de Marine Le Pen e seu partido ganharem poder político na França. Isso é compreensível, pois Le Pen ainda está associada a ideias radicais, como a saída da França da UE e da zona do euro, bem como da Otan. Mas acreditamos que um mecanismo de correção favorável ao mercado continua em vigor. Na medida em que o RN for um sucesso no governo, isso se dará exatamente porque optou por governar no mundo real e não em uma fantasia em que a França rompe todas as conexões com as principais instituições do pós-Segunda Guerra das quais é um membro fundador", dizem os economistas da Pantheon.

Os riscos de um governo de extrema direita na França se estendem para o futuro, avalia Barochez, da Capital Economics. Se o RN for bem sucedido e conseguir apoio popular suficiente para vencer as eleições presidenciais francesas em 2027, um dos membros mais importantes da UE se tornaria uma posição adversária ao bloco e colocaria ainda mais em dúvida a capacidade da Europa de competir com os Estados Unidos como potência econômica dominante do mundo, diz.

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos



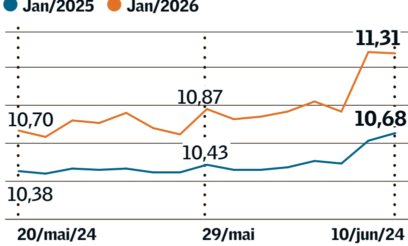
Queda de
0,01%

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

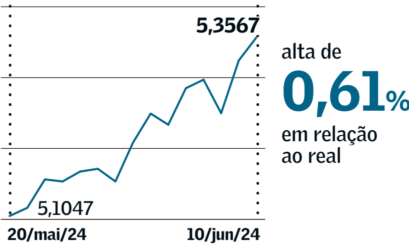
Bolsas internacionais
Variações no dia 10/jun/24 - em %

Dow Jones	0,18
S&P 500	0,26
Euronext 100	-0,57
DAX	-0,34
CAC-40	-1,35
Nikkei-225	0,92
SSE Composite	Feriado

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

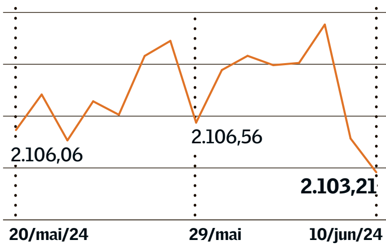


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



alta de
0,61%
em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Ativos Mercado segue sensível após estresse com falas de Haddad; movimento das taxas pesa em ações ligadas à economia doméstica

Juro curto sobe com ruídos e precifica alta da Selic adiante

Gabriel Roca e Matheus Prado
De São Paulo

Os juros curtos voltaram a subir ontem, em meio a ruídos relacionados à condução da política econômica, e agora embutem nos preços uma alta de aproximadamente 0,5 ponto percentual da Selic até o fim de 2024, que encerraria o ano acima dos 11%. Com isso, ações sensíveis às taxas também ampliaram a performance negativa.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,625% para 10,635%, enquanto o Ibovespa recuou 0,01%, aos 120.760 pontos, e o Índice Small Caps caiu 1,18%, aos 1.961 pontos. Já a taxa do DI para janeiro de 2029 caiu de 12,07% para 11,94%, em ajuste após o avanço firme observado na sexta-feira.

Os mercados locais encerraram a última semana com amplo movimento de aversão a risco, em meio a ruídos relacionados a falas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, feitas em reunião privada com agentes de mercado. Houve acionamento de uma série de ordens de "stop loss" (mecanismo acionado quando há perdas sequenciais), o que trouxe pressão técnica mais acentuada às taxas futuras.

Assim, o pregão ontem foi marcado, por um lado, por ajustes de posições e correção de exageros, especialmente na parte longa da curva. No entanto, os juros futuros se mantiveram bem acima dos níveis vistos na semana passada e as taxas curtas voltaram a exibir momentos de estresse acentuado, em um dia de forte pressão no câmbio, o que, segundo agentes, mostra que o mercado se mantém frágil e a volatilidade pode seguir elevada.

GABRIEL REIS/VALOR


Valadares: decisão técnica e unânime do Copom pode ajudar a acalmar mercados

1,18%
foi a queda do índice de small caps na sessão

Segundo o profissional da tesouraria de um grande banco local, é possível que as taxas de juros tenham se estabelecido em um patamar mais alto. "Precisamos de gatilhos para uma melhora e, para uma melhora consistente, é preciso que mude alguma coisa na postura do governo. Podemos ver uma melhora de curto prazo por dados externos ou por um IPCA melhores, mas deve ser temporária. Para uma queda consistente, vai ser preciso algum sinal de corte de gastos ou de um ajuste fiscal crível", diz.

Segundo a precificação de Selic extraída da curva, os agentes esperam que a taxa termine o ano aos 11,159%, o que representaria elevação superior a 0,5 ponto percentual do nível atual, de 10,50%. O movimento de elevação nos juros teria ainda continuidade em 2025, levando a Selic para perto dos 12%.

Mauricio Valadares, diretor de investimentos da Nau Capital, opina que existe, no curto prazo, uma perda de atratividade dos mercados emergentes, na medida em que os cortes de juros nos EUA parecem distantes, que o mercado acionário americano tem performance positiva e que as principais geografias emergentes apresentam problemas idiossincráticos.

Em relação ao cenário doméstico, ele aponta que, com as informações disponíveis, o nível de prêmio de risco dos ativos locais já parece proporcionar assimetria positiva. No entanto, entende que há um nível quase excessivo de comunicação por parte do Banco Central e da Fazenda no momento, o que tem impedido uma normalização dos negócios no curto prazo.

"Os fatores que podem dar uma acalmada nas coisas são dados de inflação surpreendendo para baixo nos EUA e, localmente, uma decisão técnica e unânime do Copom em sua próxima reunião."

No mercado de opções digitais, a probabilidade implícita de manutenção da Selic na próxima reunião é de 89%, contra 6% de corte.

Fiscal é fonte de preocupação, diz Campos Neto

Gabriel Shinohara
De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que o fiscal sempre é uma fonte de preocupação, que os investidores falam muito desse tema, e que a questão nesse ponto é como endereçar "o fato de que precisamos mostrar a investidores no longo prazo que podemos ter uma trajetória sustentável da dívida".

Campos Neto também mencionou que a mudança da meta fiscal pelo governo para 2025, de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para déficit zero criou alguma incerteza no mercado. Campos Neto destacou que o importante para a autoridade monetária não é o fiscal em si, mas o que ele significa para as variáveis macroeconômicas que são relevantes para a função reação. O presidente do BC participou de evento virtual promovido pela Constellation Asset Management.

Campos Neto ainda pontuou que as pesquisas não mostram uma reprecificação dos números fiscais, mas há uma mudança quando se olha o qualitativo. Em sua apresentação, o presidente do BC citou um dado do último "Questionário Pré-Copom", em que 79% dos respondentes disseram que a situação fiscal piorou entre as duas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Na sessão de perguntas, Campos Neto foi questionado sobre os maiores riscos para a economia brasileira nos próximos dois a cinco anos. Ele respondeu que acredita que a maior percepção de risco no Brasil está relacionada à habilidade de se envolver no sistema em que "há harmonia entre política fiscal e política monetária. É nisso que as pessoas concentram mais no curto prazo".

Campos Neto ressaltou, no entanto, que o grande desafio que existe no Brasil é a produtividade, pontuando que houve aumento no setor da agricultura, mas fora disso, parou. Exemplificando com efeitos da reforma trabalhista no emprego, o presidente do BC disse que há muito foco no curto prazo e "acho que as coisas que importam são as vezes coisas que você faz hoje e não vê o efeito no curto prazo", disse.

Sobre inflação, Campos Neto destacou que o país está em processo de convergência e que os três últimos números vieram melhor do que o esperado e no último houve melhora na qualidade. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –15 (IPCA-15), considerado a prévia da inflação, teve alta de 0,44% em maio, abaixo da mediana do Valor Data.

Segundo Campos Neto, o BC vem fazendo um trabalho para tentar dissecar os componentes de serviços para ver se há correlação entre intensidade de trabalho e ajuste de preços. A ata do último Copom mostrou que houve debate sobre possível transmissão do aperto do mercado de trabalho para salários e preços, mas que ainda "não há evidências conclusivas de impacto do mercado de trabalho sobre a inflação", diz o documento.

O presidente do BC ressaltou que há o fenômeno no Brasil de inflação corrente com comportamento "mais ou menos" como se esperava, mas com expectativas de inflação começando a desancorar. Campos Neto ressaltou que a última comunicação oficial mudou o entendimento de "parcial ancoragem" para "desancoragem" e destacou que essa foi, parcialmente, a razão da mudança de ritmo de ajuste nos juros. A taxa básica de juros, a Selic, passou de 10,75% para 10,50% ao ano. Nas reuniões anteriores, os cortes haviam sido de 0,50 ponto percentual.

Campos Neto ainda tratou da atividade econômica, que segundo ele, trouxe boas notícias nos últimos meses com revisões de crescimento para cima. A atual previsão do BC é de alta de 1,9% no PIB este ano, já o mercado projeta crescimento de 2,09%, segundo a mediana do Focus. A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda estima alta de 2,5% este ano.

Ao responder a outra questão, sobre o que faria diferente se voltasse ao mercado após a experiência no BC, Campos Neto disse que "provavelmente navegaria melhor pelos ruídos porque estando desse lado você meio que vê como o bolo é assado e ver isso acho que coloca uma perspectiva diferente".

"[No mercado] Provavelmente eu navegaria melhor pelos ruídos porque, estando desse lado, você vê como o bolo é assado"
Roberto Campos Neto

Leia mais nas páginas A8 e A9

Para Picchetti, não há uma 'relação mecânica' entre taxa externa e no país

De Brasília

O diretor de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do Banco Central (BC), Paulo Picchetti, reforçou que não existe relação mecânica entre o que acontece nos juros externos e nas decisões de política monetária no Brasil. Na última ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o colegiado reiterou essa análise sobre o impacto da política monetária americana na Selic e que, como usual, o comitê focará nos mecanismos de transmissão da conjuntura externa sobre a dinâmica inflacionária interna".

No caso da política monetária americana, Picchetti lembrou a reprecificação dos cortes e apontou que houve um efeito do retardamento do início do ciclo de cortes que já se transferiu para ativos de vários países. "E o Brasil não é exceção". Ele participou de evento promovido pela FGV em São Paulo.

Picchetti disse que em algum momento a inflação americana vai começar a convergir para a meta. "Vai ter uma queda de taxa de juros, mas provavelmente não para os níveis anteriores pré-pandemia." Ele comentou que na semana passada o Banco Central europeu (BCE) começou a cortar os juros, mas junto com uma mensagem que "deixou bem claro que esse corte não era o início de um ciclo que seria contínuo".

Picchetti analisou também os efeitos do mercado de trabalho nos preços globalmente. O diretor do BC ressaltou que na medida que a queda nas taxas de desemprego cria um mercado de trabalho apertado, isso se reflete na dinâmica do mercado e em pressões sobre salários. Assim, "em alguma medida" em lugares diferentes "quando a gente vai ver a pressão de salários está se transmitindo para pressão de serviços em geral nos vários índices de preços".

Picchetti afirmou que os números "bem preliminares" de impacto na inflação e na atividade das enchentes no Rio Grande do Sul mostram que "não é um impacto zero, não é um impacto desprezível". Ele disse que o BC está se debruçando sobre os parâmetros econômicos, assim como consultorias e bancos privados, para tentar avaliar o impacto das enchentes. Segundo ele, há estimativas iniciais de aumento da inflação e alguma diminuição do PIB. "Esses impactos bem preliminares ainda colocam esses números em casas decimais de IPCA para cima e PIB para baixo."

Picchetti apontou que vai ter um impacto nos preços, "por exemplo de alimentos e de outros produtos". Além disso, o diretor ressaltou que o impacto no PIB depende da participação do estado no PIB agropecuário e industrial do país. *(GS)*

BridgeInvest capta US$ 373 mi em crédito imobiliário nos EUA



Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A BridgeInvest acaba de levantar US$ 373 milhões em seu quarto e maior fundo de crédito para o mercado imobiliário americano. A gestora comandada por Alex Horn e Ian Glaser tem uma base de cerca de 300 investidores e um volume sob gestão, até esse novo veículo, de US$ 1 bilhão, com participação relevante de brasileiros.

A captação do fundo começou há cerca de um ano e meio. A firma faz financiamentos entre US$ 20 milhões e US$ 150 milhões para tomadores institucionais que, neste veículo, serão principalmente os desenvolvedores de projetos de apartamentos e dos setores industrial, de hospitalidade e varejo. Com alavancagem, a gestora projeta US$ 1,2 bilhão em transações nos próximos 24 meses.

Horn, primo do fundador da Cyrela e filho de um dos fundadores da Ourinvest, fundou a BridgeInvest em 2011, quando viu um filão de financiamento imobiliário após a crise das hipotecas subprime (segunda linha) nos EUA. "Logo depois de 2008 o mercado mudou muito, com abertura para credores privados, que pudessem dar mais flexibilidade e agilidade aos tomadores nos projetos comerciais", relembra Horn. "Vemos muitas similaridades hoje com aquela época, com a taxa de juros alta restringindo a liquidez no mercado e criando oportunidade para credor privado."

O salto de juros americanos tem provocado uma série de refinanciamentos e há cerca de US$ 2 trilhões em hipotecas comerciais que vão vencer nos próximos anos, emendam os sócios. "Os bancos não conseguem absorver sozinhos, limitados a um múltiplo de seus depósitos", diz Glaser.

Ele entrou como sócio dois anos depois da fundação, mas a dupla já se conhecia há tempo. Glaser e Horn foram room mates na universidade de Columbia e assinaram o primeiro contrato de trabalho no mercado financeiro, em diferentes empresas, no dia em que o Lehman Brothers quebrou. "Ali se formou nossa percepção de risco, por isso nosso primeiro foco é a preservação de capital", diz Glaser.

O crédito é garantido pelas propriedades, com estruturação de cota sênior, sem exigência de avalia pessoal — o que viabiliza a operação para players que não encontram fôlego no banco, que também leva mais que os 30 a 45 dias da casa para concessão. Cada fundo tem em média 25 a 40 posições, com empréstimos pós-fixados — no que os juros altos americanos também ajudou, aumentando os retornos.

A BridgeInvest começou com clubdeals e, entre capital levantado e alavancagem, fez US$ 1,7 bilhão em empréstimos comerciais. O primeiro veículo tinha US$ 75 milhões de capital, dobrando a US$ 150 milhões no segundo — já concluídos — e chegando a US$ 281 milhões no terceiro. A companhia originou US$ 400 milhões em coinvestimentos.

Como o nome adianta, o crédito tem prazo mais curto que a média do setor. Se no mercado residencial o prazo médio é de 30 anos, no comercial fica entre cinco a sete e, na Bridge, de dois a três anos. O tíquete mínimo nos fundos é de US$ 500 mil. Com a rede de relacionamentos no país e o interesse de brasileiros por investimentos imobiliários, a firma formou uma base de investidores locais de alta renda que buscam exposição em dólar e com estrutura tributária mais vantajosa do que a aquisição direta de imóveis nos EUA. Neste ano, a gestora agregou Fernando Fiuza ao time, o cofundador da TRX Investments e da Vai.Car, que agora cuida do relacionamento com investidores na BridgeInvest.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Sustentabilidade Órgão regulador discute agenda em evento do BID Invest em Manaus

CVM quer liderar tema de finanças verdes no mundo

Victoria Netto
Do Rio

As finanças sustentáveis podem aumentar as oportunidades para investidores brasileiros e estrangeiros, além de expandir o ambiente de negócios doméstico e o número de emissores, avalia o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Pedro Nascimento. O conceito engloba temas como mercado de carbono, títulos verdes, fundos sustentáveis e normas para reportar sustentabilidade.

A agenda verde do órgão regulador entra em pauta hoje e amanhã na "Sustainability Week" em Manaus (AM). No evento, produzido pelo BID Invest, a autarquia discute como a tecnologia pode ajudar em soluções sustentáveis para os negócios e como estruturar produtos financeiros inovadores em sustentabilidade nos mercados de capitais.

"A CVM segue atenta a todas as temáticas tradicionais do mercado de capitais, mas também está de olhos bem abertos para as novas tendências globais e para as oportunidades que elas trazem consigo. As finanças sustentáveis estão neste cenário", disse Nascimento em entrevista ao **Valor**.

Segundo o presidente, o tema está entre as tendências globais apresentadas na reunião anual da Iosco no final de maio, organização internacional de valores mobiliários que orienta e reúne mais de 180 reguladores de diferentes países, entre eles, a CVM.

"O mundo é comprador dos títulos de finanças sustentáveis. Isso é mais do que algo desejável, é um bom negócio, e para o Brasil tende a ser ainda maior do que para os outros países, porque o país é um 'carbon bank' ", completou Nascimento.

Para o diretor da CVM Daniel Maeda, o órgão regulador tem vocação para liderar o debate global sobre finanças sustentáveis, alinhada ao Plano de Transição Ecológica do governo federal a uma visão de país que prioriza essa agenda. "O mercado de capitais pode ser o grande veículo para fazer essa pauta acontecer", avalia.

LEO PINHEIRO/VALOR



"O mundo é um comprador de finanças sustentáveis. Para o Brasil, tende a ser um mercado maior porque país é 'carbon bank'"
João P. Nascimento

No ano passado, o órgão regulador brasileiro foi o primeiro no mundo a recomendar a adesão voluntária às normas do padrão internacional sustentável S1 e S2, criadas pelo ISSB, braço de sustentabilidade da Fundação IFRS. A instituição também rege o IASB, comitê responsável pelas normas contábeis internacionais.

Quanto à agenda verde, os temas aparecem de forma transversal no Plano de Ação das Finanças Sustentáveis da autarquia, desde a rotulagem dos fundos até reformas mais amplas em normas, para trazer mais transparência e padrões comparativos para o investidor, conforme destaca a superintendente de orientação aos investidores e finanças sustentáveis da CVM, Nathalie Vidual.

Ela cita como exemplo uma regra para o Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) que deve entrar como um anexo na Resolução CVM 175, que dispõe o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.

"É um produto voltado para o agronegócio, que naturalmente está inserido no meio ambiente, e entendemos que ele seria uma ponte muito bacana entre o mercado de carbono e o mercado de capitais", diz a superintendente.

A CVM também compõe o Comitê de Taxonomia Sustentável do governo federal, junto com representantes de mais de 20 ministérios. De acordo com Vidual, o movimento é representativo porque as definições conceituais são importantes para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil.

A presença na "Sustainability Week" em Manaus também reforça a ambição da CVM de expandir a presença do mercado de capitais na região Norte do país. Em 2022, o órgão produziu um evento na cidade, com o intuito de levar participantes do mercado para dialogar com as comunidades locais. Agora, a CVM uniu esforços com o BID Invest, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e a Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (Cada) para voltar à região.

"É uma tentativa nossa não só de contemplar uma cidade amazônica, mas também de mostrar que o Brasil é muito maior do que Rio e São Paulo e que precisamos ampliar", ressalta Maeda.

Fundos têm saques de R$ 8,8 bi em maio

Adriana Cotias
De São Paulo

Os fundos de investimento tiveram resgates líquidos de R$ 8,8 bilhões em maio, o primeiro mês negativo de 2024, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). No acumulado do ano, o saldo é positivo em R$ 151,8 bilhões.

Os fundos de renda fixa foram o destaque de maio, com R$ 16,3 bilhões de ingressos líquidos. As carteiras que investem em ativos de médio e alto risco de crédito (do tipo duração livre crédito livre) foram responsáveis por mais da metade do resultado da classe, com R$ 9,7 bilhões de aportes líquidos.

Em seguida aparecem os fundos de previdência e os que compram participações em empresas (FIP), que atraíram R$ 786,4 milhões e R$ 702,3 milhões, respectivamente. Os ETFs (Exchange Traded Funds) apresentaram a maior captação líquida do ano, com R$ 592,4 milhões.

Já os fundos multimercados seguem perdendo recursos. Houve saídas de R$ 15,3 bilhões em maio com a conta do ano negativa em R$ 54,1 bilhões. Os fundos de ações, por sua vez, registraram saques de R$ 4,6 bilhões em maio, com saídas acumuladas de R$ 4,2 bilhões desde janeiro.

R$ 16,3 bi
foram os ingressos em fundos de renda fixa

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 10/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.808,4942530	0,02	0,11	3,96
IRF-M	1+**	20.003,3031770	0,23	-0,62	0,31
IRF-M	Total	18.195,4618420	0,16	-0,40	1,41
IMA-B	5***	9.231,0932250	0,03	-0,08	2,83
IMA-B	5+****	11.147,2777760	0,01	-1,12	-3,94
IMA-B	Total	9.833,0088780	0,02	-0,62	-0,75
IMA-S	Total	6.692,6234600	0,04	0,24	4,73
IMA-Geral	Total	8.125,9280790	0,06	-0,15	2,22

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	24/05	23/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,72	32,79	37,01	32,64	33,42	35,42
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,65	25,49	25,63	24,32	25,26	25,27
Conta garantida pré - a.a.	52,54	43,57	41,88	40,86	44,45	45,83
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,86	23,45	23,20	24,12	22,74	28,81
Vendor pré - a.a.	15,98	16,18	15,11	15,47	15,88	18,87
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,82	17,69	17,26	18,21	20,27	21,63
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,22	17,65	18,16	17,70	18,03	18,53
Conta garantida pós - a.a.	24,13	24,05	24,90	26,56	25,65	28,69
ACC pós - a.a.	8,61	8,27	8,40	7,89	8,66	8,90
Factoring - a.m.	3,34	3,33	3,29	3,35	3,36	3,60

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	10/06/24	07/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3500	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3304	5,3270	5,3243	5,3237	5,0670
3 meses	-	5,3517	5,3506	5,3496	5,3478	4,9051
6 meses	-	5,3885	5,3882	5,3886	5,3898	4,6828
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9120	3,9130	3,8920	3,9060	3,1470
1 mês	-	3,9123	3,9118	3,9122	3,9129	3,1443
3 meses	-	3,9257	3,9258	3,9257	3,9257	2,9199
6 meses	-	3,9437	3,9440	3,9437	3,9429	2,4724
1 ano	-	3,8570	3,8467	3,9419	3,7968	1,3772
Euribor ***						
1 mês	-	3,679	3,690	3,717	3,856	3,290
3 meses	-	3,759	3,782	3,785	3,818	3,469
6 meses	-	3,735	3,755	3,745	3,789	3,762
1 ano	-	3,701	3,722	3,711	3,629	3,928
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,36	5,37	5,37	5,37	5,37	5,09
T-Bill (3 meses)	5,37	5,39	5,38	5,39	5,39	5,25
T-Bill (6 meses)	5,37	5,37	5,35	5,37	5,37	5,38
T-Note (2 anos)	4,89	4,89	4,81	4,87	4,87	4,60
T-Note (5 anos)	4,49	4,46	4,41	4,51	4,51	3,91
T-Note (10 anos)	4,47	4,43	4,39	4,50	4,50	3,75
T-Bond (30 anos)	4,60	4,56	4,54	4,65	4,64	3,89

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,24	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,64	11,99
CDI	0,24	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,64	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	-0,40	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,41	10,51
IMA-B	-0,62	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,75	6,56
IMA-S	0,24	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	4,73	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-1,10	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-10,01	12,70
Índice Small Cap	-2,53	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-16,68	-4,39
IBrX 50	-1,16	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-8,70	14,94
ISE	-1,00	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-12,01	1,45
IMOB	-0,18	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-17,86	-0,55
IDIV	-1,39	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-6,61	19,55
IFIX	-1,10	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	1,02	12,24
Dólar Ptax (BC)	2,38	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	10,85	2,86
Dólar Comercial (mercado)	2,05	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	10,39	3,47
Euro (BC) (4)	1,49	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	7,82	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	1,21	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	7,36	5,03
Ouro (BC)	1,40	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	23,84	21,74
Inflação								
IPCA (5)	-	0,40	0,38	0,16	0,83	0,42	2,21	3,86
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 10/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,40% para o mês de maio

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 05/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.441.612,41					-11.324,90	-8.846,53	164.423,18	185.833,91
RF Indexados (2)	152.866,38	-0,05	-0,04	2,13	8,22	-76,72	77,06	-1.092,41	-9.360,28
RF Duração Baixa Soberano (2)	667.550,82	0,04	0,11	4,17	11,08	-4.222,92	-1.486,61	33.401,43	39.283,62
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	814.817,04	0,04	0,12	4,76	12,62	-2.951,03	-237,30	25.072,25	32.826,96
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	170.976,86	0,04	0,05	4,77	12,63	-189,19	582,00	66.083,57	73.384,65
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	167.214,62	0,01	0,07	3,70	8,81	-9,88	-63,10	-4.021,56	-5.876,17
RF Duração Livre Soberano (2)	208.998,63	0,01	0,07	3,70	10,25	-538,33	-900,66	-16.813,86	-23.796,57
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	649.484,82	0,02	0,09	4,13	11,11	-3.247,85	-2.941,48	-19.632,79	-34.033,19
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	339.073,07	0,00	0,03	4,01	12,08	204,57	-530,66	57.714,20	113.987,46
Ações	596.862,33					149,59	-135,81	-3.874,43	31.906,56
Ações Indexados (2)	9.921,62	-0,30	-0,55	-9,48	7,43	25,24	-63,10	430,84	-1.193,15
Ações Índice Ativo (2)	30.849,29	-0,23	-0,39	-9,74	5,81	-9,41	-26,65	-3.694,48	-4.915,00
Ações Livre	212.608,97	-0,06	-0,20	-6,93	8,31	17,76	-153,48	-2.974,78	-10.112,49
Fechados de Ações	125.582,69	0,04	0,41	-3,91	-1,17	39,25	70,48	-509,22	29.868,12
Multimercados	1.646.288,08					-3.233,90	-3.284,38	-58.263,32	-189.166,48
Multimercados Macro	153.563,06	0,26	0,06	0,26	6,24	-113,83	-959,29	-22.030,15	-47.835,09
Multimercados Livre	622.732,96	0,04	0,12	2,09	8,77	-3.349,15	-1.887,63	5.776,99	-45.530,86
Multimercados Juros e Moedas	52.528,82	0,05	0,10	3,87	11,30	-88,57	-220,22	-4.737,44	-14.226,39
Multimercados Invest. no Exterior (2)	736.398,84	0,20	0,31	3,06	10,71	293,17	-138,95	-38.567,60	-76.447,12
Cambial	6.588,49	0,20	1,07	11,89	14,19	137,28	325,67	-18,17	-1.036,74
Previdência	1.422.964,94					373,83	101,66	16.523,11	41.164,29
ETF	43.367,82					99,60	192,19	-2.209,85	-2.088,52
Demais Tipos	1.992.559,28					181,53	-3.285,49	44.403,58	53.713,77
Total Fundos de Investimentos	**7.157.684,08**					**-13.798,49**	**-11.647,21**	**116.580,53**	**66.613,01**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.615.396,91**					**-429,64**	**2.084,66**	**32.968,98**	**107.995,55**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.820.611,45**					**-14.228,13**	**-9.562,55**	**149.549,51**	**174.608,56**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	10/06/24	07/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,53
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9132
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,68
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0001
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,47	10,43	10,37	10,38	10,32	13,52
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,63	10,57	10,42	10,43	10,31	13,15
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,41	10,39	10,39	10,39	13,63
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,42	10,37	10,37	10,36	13,60
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,44	10,36	10,36	10,32	13,52
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,53	10,48	10,36	10,36	10,31	13,43
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,63	10,58	10,39	10,39	10,31	13,14
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,00	10,97	10,56	10,56	10,35	12,08

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 10/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.411,73	10,420	342.616	10,404	10,464	10,420
Vencimento em ago/24	98.514,41	10,435	31.605	10,420	10,466	10,430
Vencimento em set/24	97.657,92	10,466	5.998	10,440	10,474	10,450
Vencimento em out/24	96.837,98	10,513	661.308	10,455	10,555	10,480
Vencimento em nov/24	95.940,93	10,562	14.938	10,500	10,555	10,535
Vencimento em dez/24	95.194,26	10,617	12.938	10,560	10,630	10,605
Vencimento em jan/25	94.366,94	10,679	1.559.530	10,560	10,705	10,635
Vencimento em fev/25	93.486,89	10,765	1.341	10,715	10,775	10,740
Vencimento em mar/25	92.688,14	10,835	2.030	10,800	10,835	10,825
Vencimento em abr/25	91.942,99	10,878	274.465	10,745	10,915	10,835
Vencimento em mai/25	91.147,07	10,940	2.141	10,805	10,940	10,910
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jul/24	5.364,94	0,99	276.640	5.325,50	5.399,00	5.364,00
Vencimento em ago/24	5.383,25	0,99	15	5.408,50	5.408,50	5.408,50
Vencimento em set/24	5.400,14	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.416,45	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.434,79	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jul/24	5.777,85	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.806,37	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.833,49	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	120.884	0,04	86.610	120.515	121.495	121.015
Vencimento em ago/24	122.874	0,05	32.910	122.495	123.470	123.055
Vencimento em out/24	124.774	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 10/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,3660	5,3666	1,64	2,38	10,85	9,70
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,3561	5,3567	0,61	2,05	10,39	9,86
Dólar Turismo (R$/US$)	5,3850	5,5650	1,10	2,04	10,25	10,88
Euro (BC) - (R$/€)	5,7674	5,7702	1,10	1,49	7,82	9,72
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,7642	5,7649	0,26	1,21	7,36	10,02
Euro Turismo (R$/€)	5,8218	6,0018	0,68	1,16	7,04	10,01
Euro (BC) - (US$/€)	1,0748	1,0752	-0,53	-0,88	-2,73	0,02
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	398,0712	398,1157	1,71	1,40	23,84	28,98
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.310,68	0,53	-0,65	11,89	17,90
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.297,65	-1,73	-1,93	11,41	17,02

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	10/06/24	07/06/24	No fim de mai/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	150.882,73	150.865,71	152.338,81	173.997,89	0,01	-0,96	-13,28
Valor-Coppead Mínima Variância	93.667,90	93.333,97	93.649,60	93.533,91	0,36	0,02	0,14

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 10/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 10/06/24

Índice	10/06/24	07/06/24	Em 31/05/24	29/12/23	10/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	185,58	184,54	183,18	165,54	153,31	0,56	1,31	12,11	21,05
S&P BNY Emergentes	353,95	349,79	341,77	312,75	297,24	1,19	3,57	13,18	19,08
S&P BNY América Latina	194,20	194,04	204,45	225,28	204,45	0,08	-5,01	-13,80	-5,02
S&P BNY Brasil	189,91	190,31	197,69	232,95	205,50	-0,21	-3,93	-18,47	-7,58
S&P BNY México	302,10	301,34	329,09	331,67	327,71	0,25	-8,20	-8,91	-7,81
S&P BNY Argentina	238,90	229,05	262,91	178,27	138,29	4,30	-9,13	34,01	72,75
S&P BNY Chile	145,54	145,91	148,41	162,12	172,24	-0,25	-1,94	-10,23	-15,51
S&P BNY Índia	2.822,98	2.829,09	2.747,17	2.923,01	2.728,97	-0,22	2,76	-3,42	3,44
S&P BNY Ásia	219,16	216,65	212,76	189,60	176,72	1,16	3,01	15,59	24,01
S&P BNY China	329,49	326,14	329,83	336,11	323,89	1,03	-0,11	-1,97	1,73
S&P BNY África do Sul	198,64	195,88	206,33	199,87	235,70	1,41	-3,73	-0,62	-15,72
S&P BNY Turquia	34,03	33,54	34,31	22,45	17,86	1,46	-0,81	51,55	90,50

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396	0,5396	0,7297
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418	0,5418	0,7319
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914	0,5914	0,8015
29/05 a 29/06	0,0892	0,5367	0,5367	0,7998
30/05 a 30/06	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
31/05 a 01/07	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	0,6139	0,7941
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606	0,5606	0,7607

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 10/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	120.760	-0,01	-1,10	-10,01	3,20
IBrX	51.005	0,01	-1,17	-9,65	3,64
IBrX 50	20.285	0,13	-1,16	-8,70	5,04
IEE	87.321	-0,93	0,01	-8,04	-0,05
SMLL	1.961	-1,18	-2,53	-16,68	-12,48
ISE	3.312	-0,85	-1,00	-12,01	-6,46
IMOB	830	-1,48	-0,18	-17,86	-5,94
IDIV	8.474	-0,36	-1,39	-6,61	10,05
IFIX	3.345	-0,41	-1,10	1,02	9,79
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.502	-1,62	-3,40	-18,81	-5,93
IBrX	9.504	-1,60	-3,48	-18,49	-5,52
IBrX 50	3.780	-1,48	-3,46	-17,63	-4,24
IEE	16.271	-2,53	-2,32	-17,04	-8,89
SMLL	365	-2,78	-4,80	-24,83	-20,21
ISE	617	-2,45	-3,31	-20,63	-14,73
IMOB	155	-3,07	-2,51	-25,90	-14,25
IDIV	1.579	-1,96	-3,68	-15,75	0,32
IFIX	623	-2,01	-3,40	-8,87	0,08

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 10/06/24	07/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	380	383	-3,0	10,0	35,0
África do Sul	349	360	-11,0	-9,0	23,0
Argentina	1.488	1.581	-93,0	147,0	-419,0
Brasil	216	221	-5,0	3,0	21,0
Colômbia	300	299	1,0	-3,0	35,0
Filipinas	72	72	0,0	-6,0	14,0
México	184	183	1,0	18,0	17,0
Peru	106	107	-1,0	1,0	4,0
Turquia	245	246	-1,0	2,0	-31,0
Venezuela	17.442	17.255	187,0	978,0	-6.650,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	28/05/24	355.667
nov/23	348.406	29/05/24	354.406
dez/23	355.034	31/05/24	355.560
jan/24	353.563	03/06/24	356.576
fev/24	352.705	04/06/24	357.069
mar/24	355.008	05/06/24	357.497
abr/24	351.599	06/06/24	357.843
mai/24	355.560	07/06/24	356.291

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	10/06/24	07/06/24	06/06/24	05/06/24	04/06/24	03/06/24
Índice	2.103,21	2.105,49	2.113,18	2.110,59	2.110,44	2.111,07
Var. no dia	-0,11%	-0,36%	0,12%	0,01%	-0,03%	0,05%
Var. no mês	-0,33%	-0,22%	0,15%	0,02%	0,02%	0,05%
Var. no ano	1,84%	1,95%	2,32%	2,20%	2,19%	2,22%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 10/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,7200	36,7600	0,14600	0,14610
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,3660	5,3666
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3875	36,4787	0,1471000	0,1475000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7655	0,7823
Colon (Costa Rica)	529,8500	531,0000	0,010110	0,010130
Coroa (Dinamarca)	6,9382	6,9392	0,7733	0,7735
Coroa (Islândia)	139,1000	139,4000	0,03849	0,03858
Coroa (Noruega)	10,6593	10,6625	0,5033	0,5035
Coroa (Rep. Tcheca)	22,9140	22,9240	0,2341	0,2342
Coroa (Suécia)	10,4966	10,4996	0,5111	0,5113
Dinar (Argélia)	134,1333	135,5626	0,03958	0,04001
Dinar (Kuwait)	0,3067	0,3068	17,4902	17,4979
Dinar (Líbia)	4,8582	4,8805	1,0995	1,1046
Direitos Especiais de Saque ***	1,3193	1,3193	7,0794	7,0802
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6732	1,4609	1,4612
Dirham (Marrocos)	9,9585	9,9635	0,5386	0,5389
Dólar (Austrália)***	0,6609	0,6611	3,5464	3,5479
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,3660	5,3666
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6392	2,6857
Dólar (Canadá)	1,3752	1,3759	3,9000	3,9024
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4263	6,5050
Dólar (Cingapura)	1,3526	1,3534	3,9648	3,9676
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,3660	5,3666
Dólar (Hong Kong)	7,8132	7,8135	0,6868	0,6869
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6122	0,6126	3,2851	3,2876
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7384	6,8260	0,7861	0,7964
Euro (Comunidade Européia)***	1,0748	1,0752	5,7674	5,7702
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9484	3,0073
Franco (Suíça)	0,8966	0,8970	5,9822	5,9855
Guarani (Paraguai)	7522,7300	7527,0200	0,0007129	0,0007134
Hryvnia (Ucrânia)	40,3000	40,6000	0,1322	0,1332
Iene (Japão)	156,9300	156,9600	0,03419	0,03420
Lev (Bulgária)	1,8203	1,8215	2,9459	2,9482
Libra (Egito)	47,6500	47,7500	0,1124	0,1126
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000060	0,000060
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00041	0,00041
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2729	1,2733	6,8304	6,8333
Naira (Nigéria)	1465,0000	1555,0000	0,00345	0,00366
Lira (Turquia)	32,3950	32,3990	0,1656	0,1657
Novo Dólar (Taiwan)	32,3460	32,3760	0,16570	0,16590
Novo Sol (Peru)	3,7796	3,7807	1,4193	1,4199
Peso (Argentina)	901,0000	901,5000	0,00595	0,00596
Peso (Chile)	922,5000	922,9000	0,005814	0,005818
Peso (Colômbia)	3935,0000	3937,0000	0,001363	0,001364
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2236	0,2236
Peso (Filipinas)	58,6950	58,7150	0,09139	0,09143
Peso (México)	18,4039	18,4180	0,2913	0,2916
Peso (Rep. Dominicana)	59,2000	59,7000	0,08988	0,09065
Peso (Uruguai)	38,8300	38,8700	0,13800	0,13820
Rande (África do Sul)	18,7428	18,7505	0,2862	0,2863
Rial (Arábia Saudita)	3,7501	3,7503	1,4308	1,4311
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001277	0,0001278
Ringgit (Malásia)	4,7190	4,7230	1,1361	1,1372
Rublo (Rússia)	88,8455	88,8545	0,06039	0,06040
Rúpia (Índia)	83,5040	83,5590	0,06422	0,06427
Rúpia (Indonésia)	16275,0000	16285,0000	0,0003295	0,0003297
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,8000	0,01925	0,01929
Shekel (Israel)	3,7446	3,7465	1,4323	1,4332
Won (Coréia do Sul)	1374,7300	1375,2500	0,003902	0,003904
Yuan Renminbi (China)	7,2475	7,2480	0,7403	0,7405
Zloty (Polônia)	4,0237	4,0253	1,3331	1,3337

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2307,29	0,01348	398,0712	398,1157

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data

* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	10/06/24	07/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.868,04	38.798,99	0,18	0,47	3,13	14,73	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.074,68	19.000,95	0,39	2,90	13,36	31,29	14.109,57	19.074,68
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.192,53	17.133,13	0,35	2,73	14,53	29,67	12.595,61	17.192,53
EUA	Nova York	S&P 500	5.360,79	5.346,99	0,26	1,58	12,39	24,70	4.117,37	5.360,79
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.069,76	22.007,00	0,29	-0,90	5,30	10,95	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	53.122,58	52.977,32	0,27	-3,73	-7,43	-2,55	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	Feriado	1.411,99	-	0,86	18,14	19,26	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	73.241,88	71.570,16	2,34	5,83	26,64	106,31	32.850,05	73.241,88
Chile	Santiago	IPSA	6.622,04	6.637,66	-0,24	-0,16	6,85	16,36	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.538,35	Feriado	-0,96	-2,26	13,78	34,26	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.576.628,34	1.519.209,13	3,78	-4,53	69,58	312,99	378.695,36	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.531,79	1.540,61	-0,57	0,07	9,76	13,82	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.494,89	18.557,27	-0,34	-0,02	10,41	15,96	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.893,98	8.001,80	-1,35	-1,24	4,65	9,44	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.542,01	34.660,38	-0,34	0,14	13,81	27,17	27.162,02	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.890,79	3.900,39	-0,25	-0,70	4,94	6,91	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.892,90	2.888,92	0,14	4,46	26,69	42,04	1.962,58	2.892,90
Espanha	Madri	IBEX-35	11.357,20	11.404,90	-0,42	0,31	12,42	21,99	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.458,84	1.458,37	0,03	1,89	12,81	15,63	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	924,70	923,71	0,11	2,33	17,52	21,78	714,05	924,70
Hungria	Budapeste	BUX	70.248,97	69.879,43	0,53	3,45	15,88	42,43	49.320,70	70.248,97
Polônia	Varsóvia	WIG	84.845,86	84.902,67	-0,07	-1,70	8,14	27,53	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.729,42	6.737,11	-0,11	-2,06	5,21	12,78	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.130,91	1.143,22	-1,08	0,46	4,38	9,55	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.600,72	2.623,59	-0,87	-0,13	8,45	12,98	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.137,74	12.254,76	-0,95	1,14	8,98	7,85	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	9.997,91	10.138,97	-1,39	-3,87	33,84	77,69	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.959,17	-	0,78	-1,72	4,45	8,78	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	76.188,19	76.851,78	-0,86	-0,67	-0,92	-0,97	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.038,16	38.683,93	0,92	1,43	16,66	20,99	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	Feriado	8.112,80	-	1,78	3,62	10,95	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	Feriado	1.679,31	-	-2,91	-8,63	-16,30	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	Feriado	3.051,28	-	-1,15	2,57	-5,57	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.701,17	2.722,67	-0,79	2,45	1,73	2,27	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	Feriado	18.366,95	-	1,59	7,74	-5,28	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	76.490,08	76.693,36	-0,27	3,42	5,88	22,14	62.625,63	76.693,36
Indonésia	Jacarta	JCI	6.921,55	6.897,95	0,34	-0,71	-4,83	3,40	6.639,73	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.318,57	1.332,74	-1,06	-2,01	-6,87	-15,21	1.318,57	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	Feriado	21.858,38	-	3,23	21,90	29,44	16.001,27	21.902,70

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

edp

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
("Companhia")
CNPJ/MF nº 17.200.920/0001-56 - NIRE nº 16.300.001.162

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 de abril de 2024, às 17:30 horas, excepcionalmente na filial da Companhia, na Rua Werner Von Siemens 111, Codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 26, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, CEP 05069-900. **2. Convocação e Presença:** A reunião foi instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva e dos Conselheiros de Administração Efetivos Sr. Luiz Otavio Assis Henriques, Sra. Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro, Sr. Liyi Zhang, Sr. Evandro Leite Vasconcelos e do Conselheiro de Administração Suplente Daniel Shem Cheng Chen, todos por videoconferência. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva que escolheu a Sra. Sonia Aparecida Santos Tolava para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia**: O Sr. Presidente informou que a presente reunião tinha por finalidade deliberar sobre a substituição de membro da Diretoria. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou ressalvas, deliberaram o quanto segue: **5.1. Substituição de membro da Diretoria** - Os membros do Conselho de Administração, aprovaram, por unanimidade, a eleição do Sr. **Luis Fernando Mendonça de Barros Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.226.598-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 251.408.188-25, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, São Paulo/SP para o cargo **Diretor Presidente** da Companhia, para o mandato em curso e com efeitos a partir de 01 de maio de 2024, em substituição ao Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques**, indicado pelo sócio EDP Energias do Brasil S.A., brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.454.182 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 024.750.768-79, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens 111, Codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Bairro Lapa de baixo, CEP 05069-900, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Desta forma, o Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques** fica exonerado de suas funções ao cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024. Nesse sentido, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição, com efeitos desde 01.05.2024, para o mandato em curso, ou seja, até 30.04.2026: *(a)* **Luis Fernando Mendonça de Barros Filho** - *Diretor Presidente; (b)* ***Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho*** *- Diretor Operacional e Técnico; (c)* ***Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca*** *– Diretor Administrativo; (d)* ***Fernando Fleischer Ferrari*** *– Diretor Financeiro.* O Diretor, ora eleito, neste ato, tomou ciência de sua respectiva eleição e a aceita, declarando não estar incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividade mercantil nos termos da Legislação da Sociedade Anônima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os conselheiros presentes. Conselheiros: Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, Luiz Otavio Assis Henriques, Liyi Zhang, Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro, Evandro Leite Vasconcelos, e Daniel Shem Cheng Chen. Declaro que a presente é copia fiel extraída do original. **Sonia Aparecida Santos Tolava** - Secretária da mesa. Junta Comercial do Estado do Amapá - Certifico registro sob o nº 20210099422 em 06/06/2024. Protocolo 240141679 de 21/05/2024. Andréa da Silva Pimentel - Secretária-Geral.

INÊS 249

Investimentos Ações envolvem BRB, Planner e Santander porque não teriam apontado 'qualquer irregularidade' em operações com derivativos sem garantias

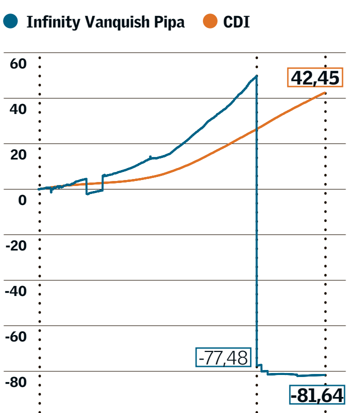
RJI leva antigos administradores de fundos da Infinity Asset à Justiça

Adriana Cotias e Marcelo d'Agosto
De São Paulo

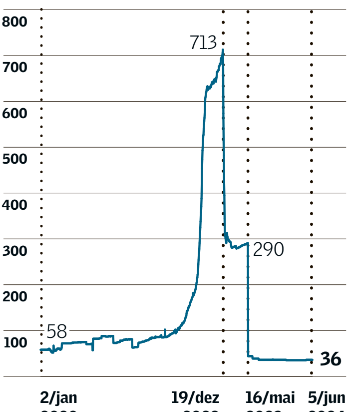
Arquitetura de uma queda

Resumo do caso Infinity Select/Vanquish Pipa

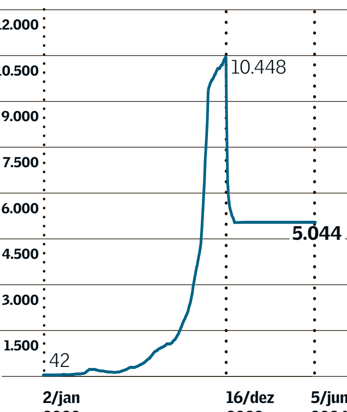
Rentabilidade turbinada com operações questionáveis
Retorno % acumulado



Resgates e perdas reduziram o tamanho da carteira do Infinity Vanquish Pipa
Evolução do PL em R$ MM



Milhares de investidores ficaram no prejuízo
Evolução do número de cotistas



Fonte: Morningstar

Num comunicado ao mercado para contestar questionamentos da Vanquish Asset Management em carta mensal aos cotistas, a RJI Corretora, administradora dos fundos da casa, dá indicações da estratégia jurídica que pretende seguir no caso dos problemáticos fundos herdados da Infinity Asset. No centro dessa novela, que ganhou projeção no início do ano passado, estão mais de 5 mil investidores que viram seus recursos virarem fumaça após a inadimplência de uma das pontas numa operação complexa com derivativos, sem garantias e com concentração atípica para carteiras de renda fixa.

A RJI aponta no documento que essas operações de "box", que causaram prejuízos às carteiras antes sob gestão da Infinity, já tinham passado por outros prestadores do serviço de administração, como Planner, Santander, BRB e Infinity CCTVM.

De concreto, a RJI decidiu acionar os administradores antigos e já tem decisão favorável do Tribunal de Justiça de São Paulo para que a Planner entregue os documentos da época em que atuava como administradora dos fundos. A corretora também protocolou, por meio do Vieira Rezende Advogados, uma inicial para produção antecipada de provas com o mesmo teor em relação ao BRB, e contratou o Furtado de Oliveira Advogados na inicial contra o Santander. Essas ações apontam que o grupo carioca, conhecido por assumir fundos estressados, não pretende segurar a bronca sozinho.

"Nenhuma dessas instituições, pelo que é de conhecimento da RJI, apontou qualquer irregularidade nas operações "box", muito menos tomou qualquer medida para encerrá-las e para promover a cobrança do crédito delas decorrentes. Foi apenas a RJI quem impediu a rolagem daquelas operações, contrariando solicitação formulada pela atual gestora", escreve no documento. Procuradas, as instituições financeiras citadas pela RJI não comentaram.

No início de abril, a RJI renunciou à administração após os investidores dos diversos fundos da Vanquish decidirem, nas respectivas assembleias, manter a gestora à frente dos portfólios, rejeitando assim propostas para a substituição apresentadas pela Veritas e pela Águila Capital. Se não houver um novo administrador disposto a assumir os portfólios até 7 de julho, o resultado pode ser a liquidação das carteiras, dividindo em frações a liquidez que ainda existir e todos os passivos judiciais.

Em nota, a RJI afirma que, diante da decisão dos cotistas, não teve alternativa senão renunciar à administração, por discordar da forma como a gestão dos fundos vem sendo conduzida.

Na carta da Vanquish, a gestora lista os processos judiciais e escritórios contratados pelos fundos, com o custo consolidado das diversas ações. Investidores têm conseguido na Justiça o bloqueio dos valores que têm direito a receber. Foram R$ 16,8 milhões pedidos até o fim de outubro de 2023, sendo R$ 9,2 milhões efetivamente transferidos para contas judiciais, sem correção. Em honorários advocatícios, a conta já soma mais de R$ 4,0 milhões.

Ao recorrer à via jurídica para reaver seus recursos, os investidores detratam o patrimônio líquido das próprias carteiras. Se o desfecho for a liquidação, os cotistas sucederiam o CNPJ dos diversos fundos, tornando-se titulares diretos do crédito e passivos na participação que cada um detém. Perderiam, assim, o poder de articulação, diz um interlocutor a par do caso. Mas os processos em geral buscam os bolsos mais fundos, cobrando responsabilidade não só da gestão, mas também da administração e dos intermediários que distribuíram os portfólios nas suas plataformas.

Para estancar a sangria de recursos com bloqueios, a RJI entrou em nome dos fundos com um "incidente de resolução de demanda repetitiva", a fim de que decisões divergentes de processos julgados similares sejam discutidos no tribunal sob uma mesma tese, segundo fonte próxima à corretora.

> O Infinity Select (atual Vaquish Pipa) chegou a reunir 10,4 mil cotistas, com patrimônio de mais de R$ 700 milhões

Na sua carta, a Vanquish imputa à RJI a oneração dos veículos de investimentos com a contração de advogados, sem aprovação prévia dos cotistas em alguns casos, e afirma que a RJI tenta "afastar de si a potencial responsabilidade pelo inadimplemento das operações que, direta e indiretamente, compunham as carteiras desses fundos".

Em documento com data de ontem, a Vanquish afirma ter recebido na sexta-feira (7) comunicado da ICP Ventures, a contraparte que representa a ponta inadimplente do box, um "investidor estrangeiro". Segundo o texto, a ICP se comprometeu a enviar uma primeira tranche de recursos, no valor de € 125 milhões, até o início de agosto. A cifra será destinada a "aquisição dos contratos inadimplidos e consequente liquidação das obrigações com o fundo". Já era conhecido, desde junho de 2023, que a ICP Ventures pertence a David Fernandez, sócio-fundador da Infinity Asset. Na ponta devedora estaria um grupo estrangeiro que atua no setor do agronegócio.

Da família de fundos vinda da Infinity, o Pipa (antigo Select) chegou a ter 10,4 mil cotistas e mais de R$ 700 milhões de patrimônio. Atualmente, tem pouco mais de R$ 35 milhões. Parte significativa dos investidores, 4,5 mil deles, conseguiu sacar R$ 410 milhões entre 20 e 29 de dezembro de 2022, logo após a Anbima publicar em seu site que a gestora tinha perdido o selo da autorregulação. A decisão tinha sido tomada já em 2020, mas suspensa por liminar obtida pela gestora na Justiça.

Com o rápido encolhimento dos fundos, a liquidez foi consumida, sobrando a operação de box, em que uma das pontas, parte relacionada da Infinity, ficou inadimplente. A RJI fechou os fundos para resgate em 7 de fevereiro de 2023.

A Vanquish sucedeu a Infinity, com anuência dos investidores, apesar de ter na sua estrutura societária nomes oriundos da antiga casa e que trabalhavam com o fundador David Fernandez. No setor de fundos, o que se questiona é se a Vanquish não estaria conflitada pelas relações com Fernandez, a ICP e o devedor estrangeiro. O patrimônio foi dizimado em 18 de maio de 2023, quando a ICP não pagou o crédito que tinha prometido quitar, de acordo com o plano de ação acordado com os cotistas.

Em dezembro passado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicou multas de mais de R$ 7 milhões à diretoria, inabilitou a Infinity e impediu Fernandez, como diretor responsável pela gestão, de atuar no mercado financeiro por cinco anos.

A punição não é relativa aos fatos mais recentes, mas de um processo sancionador datado de 2018. Um termo de compromisso foi rejeitado pela autarquia em janeiro de 2021 por entender que elementos que levaram à acusação não tinham cessado. A CVM apontou o descumprimento de itens do regulamento dos fundos, como não obedecer a limites de concentração por emissor nas aplicações em opções flexíveis e sem garantia e pelo fato de os fundos não se enquadrarem aos 80% de exposição a ativos relacionados ao fator de risco que dava nome às carteiras.

A própria Vanquish foi desligada da Anbima, mas também por liminar conseguiu suspender o efeito da punição, repetindo um modus operandi já observado no caso da Infinity. A gestora não respondeu à reportagem.

> Pedidos de bloqueios na Justiça totalizam R$ 16,8 milhões, com R$ 9,2 milhões transferidos para contas judiciais

A RJI assumiu a administração dos fundos em dezembro de 2020, mas meses antes os portfólios já tinham sido fechado para resgates pela Planner.

Em 29 de setembro, a Planner escreveu em fato relevante do Infinity Select que havia remarcado ativos com lastro em crédito privado vinculado à Ajuz Business & Solution após testes de "impairment", a fim de identificar a necessidade de provisionamentos para eventuais perdas futuras. Houve ali uma redução de 22,54 pontos-base no saldo acumulado do ativo. A carteira foi fechada para aplicações e resgates na sequência.

Conforme ata de assembleias de 22 de outubro e de 4 de novembro, os cotistas do Infinity Select votaram pela reabertura. A administradora escreveu à época que "no seu entendimento, a posição mais prudente, visando a melhor operação do fundo e o resguardo da posição dos cotistas, seria a manutenção do fechamento do fundo para aplicações e resgates até que os eventos que resultaram na divulgação de fatos relevantes datados de 29 de setembro de 2020 e 1 de outubro de 2020 fossem revertidos".

Foi no primeiro vencimento do box que não foi rolado que veio o sinal de alerta, segundo uma fonte que à época estava próxima da administração. Faltava lastro. A operação não tinha colateral e já havia um apontamento de que era feita com parte relacionada. Num box com garantia, a própria CBLC, a câmara de liquidação da bolsa, fazia o papel de contraparte, mas neste caso tratava-se de modalidade de balcão, com liquidação direta entre as partes.

Operações de crédito entre partes relacionadas podem ser comuns em empresas de um mesmo grupo, mas não em fundos, diz um executivo da área. Nas negociações com a Infinity, houve até recomposição de algumas garantias com outras corretoras, mas insuficientes para cobrir uma eventual inadimplência. A reabertura foi condicionada à troca da Planner por outro administrador.

Até ali, os fundos não eram direcionados para o público de varejo. Campanhas de captação com "incentivo desproporcional" inflaram o patrimônio rapidamente. Nos meses que antecederam o aviso de descredenciamento da Anbima, houve um incremento de 9 mil cotistas. Depois, quando veio a onda de saques, a RJI se viu forçada a remarcar o box e a fechar os fundos. Em nota, a "RJI reforça que sempre atuou no melhor interesse dos cotistas e que continuará atuando de forma diligente pelo tempo que permanecer em suasfunções".

Private equity lança projeto para atrair mulheres

Fernanda Guimarães
De São Paulo

O setor de private equity, que é aquele que compra participação em empresas, está atrás de outras indústrias quando o assunto na mesa é equidade de gênero. Segundo os dados mais recentes, apenas 11% do quadro dos fundos nos países emergentes, incluindo também o segmento de venture capital, que são os que investem em startups, são mulheres.

O mesmo ocorre sob a ótica dos investimentos: 7% dos recursos alocados pelos fundos são destinados a empresas de mulheres, também considerando a mesma região. Para endereçar o problema, a Abvcap, associação que reúne essas gestoras, lança hoje um projeto para começar a buscar soluções para o tema e viabilizar a atração de mais mulheres a esse mercado.

No projeto, ao lado da Abvcap, está a Heidrick & Struggles, empresa de recrutamento de executivos de alto escalão, e o IFC, braço do Banco Mundial, que se dedica a países emergentes. "Estamos com esses três polos juntos com o objetivo de promover a igualdade de gênero, em uma indústria que está atrás nesse ponto", afirma ao **Valor** o gerente-geral da IFC para o Brasil, Carlos Leiria Pinto.

Segundo ele, o fato indica uma contradição, dado que os estudos mostram que fundos com 30% a 70% de diversidade em seus quadros registram um retorno 20% superior em relação aos demais. "Há evidências estatística de que a diversidade tem um 'pay-off'."

A sócia da Heidrick & Struggles responsável pela prática de private equity Natasha La Marca, afirma que há cinco anos começou a perceber uma maior procura por executivas mulheres, algo que não existia há vinte anos. Essa demanda, aponta, veio especialmente dos cotistas de fundos, que passaram a enxergar valor na presença de mulheres nos times. Agora, com o projeto, a ideia é fazer uma fotografia atualizada da presença feminina no setor no Brasil. Cm esse retrato em mãos, estabelecer uma meta de crescimento para o curto e médio prazo.

Priscila Rodrigues, que no ano passado foi eleita a primeira mulher à frente da Abvcap, já chegou ao comando da entidade com essa missão. "Eu cheguei com o chapéu", afirma a executiva. Segundo Rodrigues, que também é uma das principais sócias da gestora Crescera, as mulheres precisam ter referências na indústria. Para que o projeto evolua, destaca, a causa precisa ser apoiada também pelos homens que encabeçam as gestoras. Para isso, será criada a figura de embaixadores do projeto.

Segundo a presidente da Abvcap, o trabalho envolverá temas como licença maternidade, ou seja, haverá o trabalho de "garantir que a indústria esteja pronta a recebê-las". O projeto também prevê cursos de capacitação voltados para o alta cúpula das gestoras.

Alocação global por meio de ETFs

Palavra do gestor



Cauê Mançanares

Nos últimos 100 anos, as bolsas de valores americanas criaram US$ 47 trilhões em riqueza para os investidores no mundo todo. É inegável capacidade das empresas listadas em bolsa de criar valor. Mas como capturar parte desses ganhos para valorizar o nosso próprio patrimônio? Essa é a questão que todos os investidores devem (ou deveriam) estar se perguntando, e é aqui que os Exchange-Traded Funds (ETFs) entram em cena.

Quando entramos nos detalhes da riqueza gerada nas bolsas americanas, um estudo de Hendrik Bessembinder, da Universidade do Arizona, mostra que, das mais de 26 mil empresas listadas ao longo dos últimos 100 anos, somente 42% geraram valor para os acionistas. Ou seja, menos da metade das empresas gerou retornos positivos para quem investiu nelas.

Até os especialistas no mercado financeiro têm dificuldades para selecionar os melhores ativos. O estudo SPIVA da S&P Dow Jones Indices, com dados de 2023, mostra que mais de 95% dos fundos ativos de renda variável nos EUA perderam para os seus benchmarks em janelas de dez anos ou mais.

Ao mesmo tempo, a gestão passiva, com sua ênfase na diversificação, baixo custo e visão de longo prazo, ganha destaque como uma filosofia de investimento robusta. Nesse contexto, os ETFs despontam como uma ferramenta poderosa, possibilitando aos investidores adotar a alocação global de forma acessível e eficiente, acumulando ganhos ao longo do tempo.

Um dos maiores embaixadores dessa filosofia de investimento foi John Bogle, fundador da Vanguard. Bogle era um defensor ardente da gestão passiva, argumentando que uma abordagem focada na diversificação, baixos custos e longo prazo é a mais eficaz para gerenciar investimentos. Ele acreditava que tentar superar o mercado através de escolhas ativas de investimento frequentemente resultava em custos elevados e retornos decepcionantes, como as estatísticas anteriores nos mostraram.

Ao adotar a filosofia de Bogle, os investidores brasileiros podem se beneficiar de forma significativa com uma alocação global a partir de ETFs. Em um país como o Brasil, onde os custos de transação e as taxas cobradas são relativamente altos, a gestão passiva por meio de ETFs se destaca como uma solução especialmente atraente. Ela não apenas oferece acesso fácil e econômico aos mercados globais, mas também se alinha com uma abordagem de investimento fundamentada na prudência, diversificação e foco no longo prazo.

Ao investir em ETFs que seguem índices amplos e diversificados, os investidores podem construir um portfólio global com baixo custo e alto potencial de retorno a longo prazo. Essa abordagem não apenas reduz os riscos específicos do mercado brasileiro, mas também aproveita as oportunidades de crescimento em economias ao redor do mundo.

Por conta dessas vantagens, os números mostram que os ETFs vêm crescendo de forma acelerada no mundo todo. Segundo estudo da ETFGI, globalmente, o patrimônio líquido dos ETFs aumentou 254% de 2016 até 2024, ultrapassando os US$ 12 trilhões, sendo que os EUA representam 72% desse mercado. Na América Latina, no mesmo período, houve um avanço de 380%, alcançando US$ 24 bilhões, sendo o Brasil responsável por cerca de US$ 8 bilhões, segundo dados da B3.

Por fim, reforço a questão: como capturar parte dos trilhões de riqueza que continuará a ser gerada nos anos por vir, para valorizar o nosso próprio patrimônio? A alocação global através de ETFs, como sugiro ao longo deste artigo, é uma das respostas mais consistentes. Enraizada nos conceitos de gestão passiva, o investimento global através de ETFs não só oferece oportunidades de diversificação, mas também permite aos investidores construir um futuro financeiro sólido e sustentável com inteligência.

Cauê Mançanares é CEO da Investo, gestora do grupo VanEck
E-mail caue@investoetf.com

INÊS 249

Trabalhista
Pagamento do vale-refeição pode ser descontado do salário? Entenda
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Reperfilamento de dívidas de clubes de futebol
E2

Civil
Saiba como fazer o contrato de namoro
valor.globo.com/legislacao



Legislação & Tributos SP

Tributário Ministro Luiz Fux revogou liminar que livrava a Mapfre do pagamento das contribuições

Decisão do STF permite cobrança de PIS e Cofins sobre reservas técnicas de seguradora

Beatriz Olivon
De Brasília

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux revogou uma liminar que impedia a incidência de PIS e Cofins sobre reservas técnicas da companhia de serviços financeiros Mapfre. A decisão reacende a divergência entre Fazenda e contribuintes sobre os efeitos de uma decisão da Corte que permitiu a tributação de reservas financeiras de bancos e prêmios de seguradoras (RE 400479).

Para a União, a questão das reservas técnicas ainda não foi definida pela Corte. Porém, para os contribuintes, por meio deste julgamento anterior, ficou estabelecido que não seria possível tributar as reservas técnicas.

As seguradoras são obrigadas a manter essas reservas técnicas, que são depósitos obrigatórios para garantir a capacidade de pagamento de sinistros. A alíquota do PIS e da Cofins cobrada pelo Fisco é de 4,65% sobre todas as receitas financeiras decorrentes dessas reservas. Portanto, o caso concreto se refere à Mapfre, mas interessa a todo o setor e ainda pode repercutir nos preços dos produtos.

A Mapfre tinha uma liminar que impedia a incidência do PIS e da Cofins. Na revogação, monocrática, o ministro Luiz Fux alegou que a decisão se pautava na pendência de decisão do Supremo, em repercussão geral, sobre o assunto. Por isso, a partir da decisão no RE 400479, decidiu aplicar o precedente.

O STF julgou a incidência e PIS e Cofins para bancos e deixou clara a tributação de reservas financeiras. No caso das seguradoras, foi julgado recurso separado, que tratava sobre prêmio e deixou dúvida se também alcançava as reservas técnicas.

O relator do recurso julgado, ministro Dias Toffoli, trouxe o ponto das reservas técnicas das seguradoras no voto, indicando que não poderiam ser atingidas pelo PIS e Cofins e que o posicionamento do ministro Cezar Peluso, apresentado antes de se aposentar, era no mesmo sentido.

Toffoli chegou a citar um parecer recente de Peluso sobre o assunto, em que afirma que essa é a sua posição. O ministro Edson Fachin, contudo, afirmou em seu voto que esse tema não era objeto do processo. Como o acórdão foi redigido por Toffoli e o ponto não foi abordado em todos os votos, a divergência se manteve.

Para as seguradoras, com base no julgamento, esses rendimentos obtidos com as reservas técnicas não deveriam sofrer a incidência de PIS e Cofins. Defendem que a venda de seguros é sua atividade principal e só o que recebem dos clientes pode ser tributado.

Já no entendimento da Fazenda Nacional, o julgamento do Supremo autorizaria a tributação. A pasta considera que a constituição dessa reserva técnica faz parte da atividade operacional das seguradoras e, por esse motivo, cobra o PIS e a Cofins sobre os rendimentos.

Em dezembro de 2023 a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a cobrança de PIS e Cofins sobre receitas financeiras obtidas com a aplicação das reservas técnicas. Na decisão, ponderaram que, em alguns votos, os ministros do STF chegaram a abordar a tributação das reservas técnicas. Mas, no julgamento, essa questão não foi definida, segundo os integrantes da 2ª Turma do STJ. A matéria, afirmou o relator, ministro Francisco Falcão, não era objeto do processo e teria caráter infraconstitucional. Por isso, acrescentou, caberia ao STJ analisá-la.


Advogado Guilherme Yamahaki: próximo passo é uma análise de mérito da reclamação analisada por Luiz Fux

Na decisão no caso da Mapfre, Fux cita o precedente do STF sobre tributação das receitas decorrentes da atividade empresarial típica da instituições financeiras (RE 609.096). O ministro afirma que, apesar de não se tratar de uma empresa seguradora, mas uma instituição financeira típica, "não há dúvida" de que a tese fixada pelo Plenário retira a probabilidade de sucesso do pedido da Mapfre.

O ministro citou que no precedente das seguradoras o STF decidiu pela incidência de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras decorrentes das reservas técnicas das seguradoras, que estão abrangidas pelo conceito de faturamento (RE 400479). "no cenário atual, não há razão jurídica para que se mantenha a suspensão determinada no presente feito", afirma Fux, no voto.

O ministro completou que essa controvérsia sobre PIS e Cofins seria infraconstitucional e que o STJ já julgou o assunto determinando a incidência sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos das reservas técnicas das seguradoras.

Enquanto isso, o ministro Dias Toffoli, ao julgar uma reclamação (tipo de ação que chega ao STF em recurso indicando divergência de decisão de instância inferior com precedente do STF), afastou a aplicação do precedente dos bancos de caso envolvendo seguradoras. Para o ministro, "houve equívoco quanto à extensão da aplicação do paradigma".

Toffoli citou que foi o relator do caso dos bancos e indicou expressamente no acórdão que o tema julgado tratava apenas das atividades de instituições financeiras, não envolvendo qualquer outro tipo de atividade empresarial exercida por outras pessoas jurídicas. Não cabe mais recurso da decisão (Rcl 65.301).

O advogado Guilherme Yamahaki, sócio no Schneider Pugliese Advogados, avalia que, ao contrário do que consta na decisão, o STF decidiu, no julgamento do precedente, que para as empresas de seguros, a receita derivada de prêmios constitui renda, mas as receitas financeiras decorrentes dos investimentos financeiros de reservas técnicas não.

"A decisão do ministro Fux tem sentido contrário à decisão do ministro Toffoli, que nos parece mais acertada, fez uma leitura melhor sobre o caso concreto das reservas técnicas", diz Yamahaki. O próximo passo é uma análise de mérito da reclamação, segundo o advogado. "Basicamente todas seguradoras têm essa discussão sobre reservas técnicas", afirma.

Procurada pelo **Valor**, a Mapfre informou que não comenta ações judiciais em andamento. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não retornou até o fechamento desta edição.

Fisco permite uso de tratado de Israel em operação com a Bélgica

Marcela Villar
De São Paulo

A Receita Federal permitiu o uso do tratado entre Brasil e Israel, que evita dupla tributação, para reduzir a carga tributária cobrada em uma operação societária feita entre uma empresa nacional com outra na Bélgica. O Fisco entendeu ser possível o contribuinte brasileiro adotar a "cláusula de nação mais favorecida" e aplicar alíquota menor (prevista em outro acordo bilateral) para pagar menos Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

Na prática, isso permitiu à companhia usar alíquota limite de 15%, prevista no tratado com Israel, em vez da alíquota progressiva que vai de 15% até 22,5% sobre o ganho de capital, conforme diz a lei brasileira vigente.

O entendimento está na Solução de Consulta nº 147, da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), publicado no fim de maio, que orienta todos os auditores fiscais do país.

Segundo tributaristas, o parecer da Receita é relevante pois respeita a cláusula de nação mais favorecida — prevista em outros tratados como os firmados entre Brasil e África do Sul, Bélgica, Portugal, Espanha, Coreia do Sul e Israel. Em fusões e aquisições ou na venda de imóveis de preços altos, segundo especialistas, essa diferença é bem significativa, pois impõe um teto à alíquota do IRRF.

A consulta foi feita ao Fisco por uma holding de instituições não-financeiras que comprou 40% de participação de uma empresa belga, entre o fim de 2022 e o início de 2023. A venda das quotas resultou em um ganho de capital pela empresa na Bélgica, o que gera IRRF a pagar pela companhia brasileira.

A dúvida surgiu porque o tratado com o país europeu, assinado em 1973, previa que se fosse firmado depois um outro acordo com uma nação fora da América Latina, em que a tributação fosse menor do que a da lei brasileira, isso poderia ser aplicado às relações entre Brasil e Bélgica.

Agora, a Receita chancela essa possibilidade. Para a Cosit, situação semelhante ocorreu na Solução de Consulta nº 150, de 2021, em que uma operação envolvendo o tratado do Brasil e Portugal pedia o uso do acordo de Israel, firmado em 2006, para ter direito à alíquota de 15%. "Além das semelhanças em relação aos fatos, o conteúdo das normas aplicáveis também é substancialmente o mesmo. Logo, deve-se reconhecer que o raciocínio desenvolvido naquela solução de consulta é aplicável ao ADT Brasil-Bélgica", afirma a Cosit.

Para o advogado Ricardo Maito, sócio do TozziniFreire, o entendimento beneficia investidores. Isso porque eles "terão diminuição significativa no custo da transação, com impacto direto no retorno sobre o capital investido". "O tratado de Israel é mais benéfico que o padrão, porque limita a alíquota de ganho de capital a 15%", acrescenta.

Segundo ele, alguns tratados têm essa cláusula para garantir isonomia tributária entre países similares. "A ideia é que se o Brasil assinar um acordo que preveja um regime mais benéfico do que o que está no acordo, é possível invocar o regime mais benéfico para ser aplicado", completa Maito.

Ele diz que, antes de 2016, não havia progressividade da alíquota e o Brasil também adotava o limite de 15%, por isso, não havia muitas discussões sobre o assunto. Só que naquele ano, passou a valer a Lei nº 13.259, fruto de conversão de uma medida provisória, que instituiu quatro alíquotas diferentes para ganhos de capital acima de R$ 5 milhões. O excedente se sujeita a alíquotas maiores, até 22,5%. A justificativa do governo, na época, foi aumentar a arrecadação e adequar a legislação vigente à Constituição Federal, que prevê a graduação de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.

Segundo o tributarista Pedro Grillo, do Brigagão, Duque Estrada Advogados, a resposta da Cosit mostra como os tratados internacionais não se aplicam apenas às jurisdições signatárias. "Embora os tratados operem de forma bilateral, é importante conhecer a rede de tratados como um todo, porque uma regra mais benéfica pode vir a surtir efeitos em um tratado anterior", diz.



"Tratados não se aplicam só às jurisdições signatárias"
Pedro Grillo

Grillo cita como exemplo um tratado recente assinado entre Brasil e Reino Unido, ainda não ratificado internamente pelo Congresso Nacional. Ele traz várias previsões benéficas aos contribuintes, como alíquota regressiva ao longo do tempo para contratação de serviços técnicos, podendo chegar a zero. "Assim como outros beberam da fonte do tratado de Israel e engatilharam a cláusula de nação mais favorecida, a mesma coisa pode acontecer com o tratado do Reino Unido, se for ratificado", afirma.

Destaque

Cide-Combustíveis
O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido da Petrobras para anular o processo administrativo fiscal que autuou a empresa pelo não recolhimento de cerca de R$ 975 milhões de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização de petróleo e seus derivados (Cide-Combustíveis). A petrolífera teria deixado de recolher o tributo com base em liminares favoráveis a distribuidoras e postos de combustíveis para a compra dos derivados de petróleo ser feita sem a incidência da Cide. No entanto, para a 2ª Turma da Corte, por unanimidade, essas decisões provisórias não reconheceram aos varejistas a condição jurídica de contribuintes, nem de responsáveis tributários. Ainda de acordo com os ministros, as liminares não poderiam violar o artigo 2º da Lei 10.336/2001, trazendo nova hipótese de responsabilidade tributária sem previsão em lei e ignorando a qualificação da Petrobras como contribuinte. O ministro Francisco Falcão, relator, citou jurisprudência do STJ no sentido de que, em respeito ao princípio da capacidade contributiva, a responsabilidade pelo pagamento do tributo deve recair sobre o contribuinte, mesmo que seja o caso de tributo indireto (AREsp 1.483.879).

INÊS 249

Reestruturação para clubes de futebol

Opinião Jurídica

Julio K. Mandel

A Lei nº 14.193/2021 regulamenta a Sociedade Anônima do Futebol - "SAF", uma nova estrutura societária criada visando o desenvolvimento da atividade esportiva profissional.

Com ela, também foi criado o chamado Regime Centralizado de Execuções – "RCE", disciplinado pelos artigos 13 a 24, para viabilizar a reestruturação das dívidas dos clubes de futebol.

A instituição poderá pagar suas obrigações através de (i) concurso de credores, por intermédio do RCE previsto nesta lei; ou, (ii) por meio de recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência – "LRF").

É necessário ser SAF para usufruir da RCE? Não!

Ao conceder ao tradicional Vila Nova o RCE, o presidente do TJGO, desembargador Carlos Alberto França, esclareceu que a utilização do regime centralizado de execuções constitui direito do clube ou da pessoa jurídica original, desde que preenchidos os requisitos autorizadores — previstos na Lei da SAF, e que a inexistência de regulamentação não impede a postulação de um direito garantido por lei, e como o Vila Nova preencheu esses requisitos apresentando plano de credores exequível com possibilidade de arrecadação e de geração de receitas, foi concedida a tutela de urgência para suspensão dos atos de constrição contra o requerente.

Na RCE da Portuguesa (Lusa de São Paulo) o presidente do TJSP também entendeu que a adoção do modelo da SAF não é requisito essencial para o pedido de RCE e foi determinada sua remessa para os juízos especializados em recuperação judicial (Resolução nº 861/2022). O mesmo ocorreu com o Avaí de Santa Catarina.

Uma vez deferido o pedido, o clube terá o prazo de 60 dias para a apresentação do balanço patrimonial, demonstrações contábeis, fluxo de caixa, entre outros documentos previstos na Lei, e o plano de pagamento aos credores, em ambiente protegido contra execuções, e conforme o artigo 15, terá um prazo de 6 anos para pagamento dos credores, e outros 4 anos se comprovar a adimplência de ao menos 60% do seu passivo original ao final do prazo deste prazo de 6 anos originalmente concedido. E, nos termos do artigo 19, é facultado às partes, por negociação coletiva, estabelecer o plano de pagamento de forma diversa.

Há, também, semelhança com a Recuperação Judicial (RJ), pois, nesse processo de renegociação diverso, credores poderão conceder descontos para receber o dinheiro antecipadamente. Pode-se também discutir e aprovar pagamentos diversos em função de receitas não recorrentes, por exemplo, e inclusive com possibilidade de 'leilão reverso', dirigindo parte desta nova receita para pagar aqueles credores que concederem maiores deságios. E o RCE em tese não leva à falência, que é a consequência quando uma RJ não é cumprida. Na RCE ocorreria o retorno das execuções.

Cada clube tem a liberdade de definir qual procedimento será adotado para sanear suas dívidas, conforme seu passivo e suas necessidades, por exemplo: Cruzeiro, Avaí, Figueirense, Sport, Santa Cruz e Coritiba, optaram pela RJ; e outros pelo RCE, como Santos, Portuguesa, Vasco da Gama e Fluminense.

O Botafogo migrou de uma RCE para uma mais abrangente Recuperação Extrajudicial. O mesmo pode ser executado por algum Clube que, em regime de RCE, necessitar impetrar uma recuperação judicial, pois a RJ é bem mais contundente do que a RCE, possibilitando ao Clube, se aprovado pela maioria dos credores, obter maiores prazos e descontos do que em uma RCE, e sendo bem mais abrangente em relação ao universo das dívidas.

A recuperação abrange no mesmo processo todos os créditos existentes na data do pedido, inclusive trabalhistas, somente com algumas exceções legais (quanto a certas garantias outorgadas). E permite a venda de ativos sem sucessão do adquirente em nenhuma das dívidas do vendedor, em ambiente de concorrência e total segurança. Finalmente, estando em recuperação judicial, melhores acordos para pagamentos das dívidas fiscais são permitidos, como transação tributária com o Fisco.

Tendo em vista que a Lei 14.139/2021 ainda é recente, e não explicita o procedimento a ser seguido da forma adequada, alguns magistrados vêm aplicando a Lei 11.101/2005 nas partes omissas, mas com o passar do tempo, com mais casos sendo apreciados, a cada dia a segurança jurídica aumenta e há uma salutar tendência em desburocratizar a RCE e reduzir seus custos, em especial quanto à atuação bem mais restrita de uma eventual nomeação de um administrador judicial ou somente nomeando um perito contador para acompanhamento do feito.

Apesar de ainda ser um procedimento novo, a RCE tem sido requerido por diversos clubes com muito sucesso, e constitui um importante instrumento para a restruturação financeira, organizando a equalização das dívidas e permitindo ao devedor pagar dívidas com parte de suas receitas de forma coordenada e propiciando segurança, efetividade, isonomia e transparência aos credores para receber seus pagamentos, e ainda mantendo a opção de buscar uma recuperação judicial ou extrajudicial em caso de insucesso da medida.

Julio Kahan Mandel é advogado especialista em reestruturação de empresas, membro da Comissão de Direito Bancário da OAB-SP.

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 266ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 266ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em **02 de julho de 2024, às 17:30 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 19 de julho de 2024, às 17:30, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 10ª EMISSÃO (IF CRA0190081C) DA OPEA SECURITIZADORA S.A.

A **Opea Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Emissora"), vem, por meio do presente, **rerratificar** o Edital de Convocação da Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 10ª Emissão (IF CRA0190081C) da Emissora, que seria realizado em 1ª (primeira) convocação no dia 11 de junho de 2024, às 14:45 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 25 de junho de 2024, às 14:00 horas, sendo que o mesmo foi publicado no jornal "Valor Econômico", nas edições dos dias 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 2024, conforme divulgado em seu website (www.opeacapital.com), **para alterar a Ordem do Dia**, de forma que referido o Edital de Convocação passará a vigorar conforme abaixo:

..*

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **11 de julho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas **sem opinião modificada**, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA Série Única da 10ª Emissão – (IF CRA0190081C), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00303426302024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de preços para Aquisições Futuras de Medicamentos nº 90012/2024.

Nº Processo: 024.00042495/2024-42

Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Compra Futura de Medicamentos.

Total de Itens Licitados: 10 (dez).

Valor total da licitação: sigiloso

Disponibilidade do edital: 12/06/2024.

Horário: das 08h00 às 18h00.

Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.

Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Entrega das Propostas: a partir de 12/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 25/06/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

Associação Residencial Tamboré 10

C.N.P.J./M.F. nº 09.116.018/0001-28

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados pelo presente Edital, os Senhores Associados da **Associação Residencial Tamboré 10** para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, prevista no artigo 14º alínea "b" do Estatuto Social da Associação Residencial Tamboré 10, **no dia 25 de junho de 2024,** às 19h30 (1ª chamada), com a presença de no mínimo metade mais 1 (um) dos integrantes da Associação e às 20h00 (2ª chamada), com a presença de qualquer número de Associados, conforme disposto no artigo 20º parágrafo primeiro do Estatuto Social da Associação Residencial Tamboré 10. **A Assembleia será realizada de forma virtual através da plataforma contratada MEGAVOTE,** o direito a voto conforme artigo 21º parágrafo segundo, para deliberação do seguinte assunto: 1) Conforme informado em assembleia do dia 08/02/2023, esclarecimentos e deliberação para arrecadação de rateio extra com o objetivo de finalização da obra do club house. Considerando que Assembleia Geral é órgão hierárquico supremo de decisão e de autoridade máxima dentro da Associação, em obediência às legislações vigentes, uma vez obedecidos todos os requisitos formais e legais da convocação, a ausência importa em assentimento com a pauta de assuntos levados a debate e as decisões advindas (artigo 13º parágrafo primeiro do Estatuto Social da Associação Residencial Tamboré 10). Na Assembleia, para o pleno exercício do direito de voto, os associados deverão comprovar suas condições de proprietários, compromissários compradores; cessionários e titulares de direitos sobre imóveis localizados no loteamento denominado **"Associação Residencial Tamboré 10",** bem como estar em dia com as suas obrigações estatutárias. Para o exercício do direito de voto adicional, artigo 18º parágrafo primeiro, o **"Habite-se"** da Residência, o documento deve ser informado com antecedência de 24 horas à administração. Os representantes legais das pessoas jurídicas deverão comprovar essa condição, mediante apresentação de contrato social. Os Associados poderão se fazer representar por procuradores devidamente habilitados, fornecer procuração com fins específicos e firma reconhecida, ou instrumento público que tenha sido outorgado há menos de um ano, respeitando-se o limite máximo de 2 (duas) procurações por representante, tudo nos termos do Artigo 9º parágrafos segundo e quarto do Estatuto Social da Associação Residencial Tamboré 10.

Presidente do Conselho Deliberativo

Lorival Nogueira Luz Junior

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 397ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0001807) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 397ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando de forma individual "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 397ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 05 de outubro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de junho de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 397ª Série da 1ª Emissão – (IF 21K0001807), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 07 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 75ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 1ª e 2ª Séries da 75ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 17 de julho de 2024, às 15:30 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 26 de julho de 2024, às 15:30 , de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 11 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 396ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0001806) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 396ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando de forma individual "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 396ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 05 de outubro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de junho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e Assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 396ª Série da 1ª Emissão – (IF 21K0001806), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e Assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 07 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Geral da República

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90018/2024 – UASG – 200100

Nº Processo 1.00.000.000479/2024-12. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de vestes talares (becas, togas, capas). Total de itens licitados 03. Edital 11/06/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: SAF SUL QUADRA 04, CONJUNTO "c", BLOCOS DE "A" a "F" - Plano Piloto – Brasília – DF ou https:// www.gov.br/compras/ edital 200100 – 90018/2024. Entrega das propostas a partir de 11/06/2024 às 08h00 No SITE www.gov.br/compras. Abertura das propostas:26/06/2024 às 10h00 ou site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas
CLDE/SA

INÊS 249



EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES
DATA: 1º Público Leilão 21/06/2024 às 16h30 | 2º Público Leilão 25/06/2024 às 16h30



ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO MASTER S/A** - CNPJ nº 33.923.798/0001-00, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Financiamento Imobiliário com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia nº 34904/2015, com Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), firmado na cidade de São Paulo/SP, em 17/12/2015, o **IMÓVEL**: **PRÉDIO PARA RESIDÊNCIA DE UM PAVIMENTO**, situado à Rua Rafael Arnoni, nº 86, Bairro do Tremembé, 22º Subdistrito – Tucuruví, São Paulo/SP. Medidas e confrontações do terreno: de formato regular, 8,00m mais ou menos, de frente para a Rua Rafael Arnoni, igual metragem na linha dos fundos; 30,00m da frente aos fundos de ambos os lados, perfazendo a **Área Total de 240,00m²**, confrontando de um lado com o terreno de prédio nº 6-B, de outro lado e fundos com Rafael Arnoni. **Área Construída de 95,00m²**, não averbada na matrícula, conforme Certidão de Dados Cadastrais do Imóvel, datada de 02/05/2024 e Laudo de Avaliação realizado em 19/04/2024. Matrícula Imobiliária nº 99.088 do 15º CRI de São Paulo/SP. Cadastro Imobiliário: 109.179.0054-4. **LANCES MÍNIMOS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 651.500,00. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 120.966,04**. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** Consta Ação de Consignação em Pagamento – Processo nº 1002734-64.2024.8.26.0001 da 7ª Vara Cível do Foro Regional I – Santana - São Paulo/SP, cuja análise fica a cargo do interessado; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8.** O Arrematante arcará com as custas, despesas e impostos para a regularização dos acréscimos construtivos e benfeitorias junto ao CRI de São Paulo/SP e todos os demais órgãos competentes; **9.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam as Fiduciantes **FÁTIMA DE ANDRADE DE FARIA** - CPF: 672.578.797-53 e **MARINA DE ANDRADE DE FARIA** - CPF: 128.221.377-65, comunicadas das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 280 LOTES - DIA: 12/06/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 12/06/2024, a partir das 08h00 - verificar Informações no site

CHASSIS: 98861115XHK128529 - 9BFZH54L8L8392741 - 9324LE2J1JD418504 - WDDWF4CW9FR049904 - 93YHSRC4AGJ149473 - 9BHBG51CAFP375769 - 9BWAG4120FT511096 - 9BGPB69M0CB294154 - 9BWAA05U3CP162719 - 9BD195102F0660353 - 9BGSU19F0CB305691 - 93Y5SRD64GJ981693 - 9BG138SF0AC449246 - 9BD2651DHM9195355 - WBSGZ0107CL587800 - KMHDC51EBAU230936 - WMWZC3105EWM68192 - 3C4PDCCG5ET110775 - 3C3AFFAR0DT327367 - 8AFPZZFHA8J109864 - 935FCKFVYAB509420 - 9BGSU19F0BB228045 - 9BWAA05U4AT178531 - 935FCKFVYBB588823 - 8AWPB05Z68A030828 - 9BFZF10A988175922 - 8BCNDRFJYEG523300 - 9BD15822AD6890403 - 9BFZF16P968408352 - 935FCKFV87B501186 - 9BD15802AB6537433 - 9BWAA05U5AT038102 - 9BD118181B1123070 - 93YBSR7RHCJ330493 - 9BD198231D9024889 - 9BRB29BT1D2003863 - 9BGRP48F0EG281230 - 93YJA00251J271871 - 9BFPSZPPA9B879772 - JYASJ0975FA000242 - 9C6RG3850P0031901 - 9C2NC4910ER009992 - 9C2MC4410NR110808 - 9BGTT08B02B195704 - 9BR72ZEC268621053 - 9BGTT69B02B192176 - 9BGSU19F0BC227766 - 988226175HKA74150 - 93XLRH77W5C407471 - 9BD17122ZG7602728 - 935FCKFVYBB576908 - 9BGSN19N07B113880 - 9BWAA45U9FT084241 - 9BFZF54P4D8410534 - 9BD15802AD6896408 - 9BGKS48G0FG481795 - 9BHBG51DBFP382047 - 9BWAA05U9AT140194 - 9BFZF26P558331130 - 8A1BB8205DL374377 - 9BWCA05W97T022701 - 8A1BB8V059L197811 - 9BD19241X43020433 - 9BWAB45Z2D4158342 - 9BFZK53AXAB162801 - 9BWAB05Z794057829 - 9BWAA05W7EP050431 - 9BD27803MB7319396 - 9BFZK53A7BB237794 - 9C2KC2500RR010552 - 96PLEHA19PFS00657 - 9C2KF5210RR000484 - 9C2KC2200PR351643 - 9C6SG3310H0004347 - 9C6RG5010K0023094 - 9C2KC2200PR091563 - 9C6RG5020R0088785 - 9C2KD0810RR045707 - 9C2MD4110PR011510 - 9BWAA05W99P111736 - 93Y5SRD64GJ982265 - 9BWAB05Z2B4174952 - 9362NKFWXEB041347 - 935FCKFVYBB585742 - 9BGJC69Z0DB310686 - 9BWAA05U1DP007443 - 9BGXL68609B184466 - 9BWAB49N1EP004616 - 9BD135019C2212280 - 9BWAA05W7CP059465 - 9BFZE16P088921575 - 9BGAV48C0AB273478 - 9BWDB09N69P019530 - 9BWAA05U8DT015000 - 93HFA66308Z271559 - 9BG144EP0DC469272 - 9BWCA05W27P056732 - 8AWPB05Z88A008460 - 9C6KG0490D0003545 - 9C6KM002050004998 - 8ATM1PNH09X066487 - 9BD17140MA5554854 - 9BGPB69N0FB215569 - 9BD17140A72742119 - 9BGTT75B03C135294 - 9C2MD4100NR010632 - 9C2JC4830PR042111 - 9C2MD4110PR015524 - 94DFCAP15NB159020 - 9BGPB68N0FB181185 - 3N8CP5HE1HL471194 - 9BWDG45U7MT047911 - 9BFZF54P4E8485056 - 3N1AB61D78L704314 - 9BRBB48E095045300 - 9BFZF55AXA8484031 - 9BD17103742411119 - 9BGRD08X04G178522 - 93YBSR76HEJ729354 - 9BGXF75R04C138829 - 9BD17106LC5774707 - 9BWDB05W87T124458 - 9BD341A4XJY493831 - 8AD2MKFWXBG073077 - 9BFZD55P2EB726264 - 9BGRJ69808G203201 - 9BWAA05U1BT155919 - 9BFZD55J8FB789219 - 9BWAA45U9EP022734 - 9BD17206G83369111 - 9BGAD69W09B184484 - 93YRBB003KJ401181 - 9BFZH55L0K8229174 - KMHDC51EBAU207952 - 9BWAB05U7CT095885 - 9BGSU19F0CB107407 - 9BWAG45UXLT031218 - 9BD17103G62604211 - 9BGKS69G0FG476730 - 9BFZF55P2E8050342 - 935FCKFVYAB531951 - 9BFZF55P7E8027266 - 9C2ND1110HR201770 - 9C2KC2210NR087815 - 9C2JC7000PR022220 - 99KPCK7HKKM100719 - 9C2JC7000NR009768 - 9C2RC9100KR000346 - 9C2KC2500NR031294 - 9C6RG7710P0006869 - 9BD17164G85057795 - 3FA6P0D97ER369188 - 935FCKFVYCB514362 - 9BD341A5XLY634572 - 9BGKL48U0JB116475 - KMHFC41DP9A377143 - 9BGXL80808C169073 - 9BG138HX06C410517 - 935SLYFYYDB541170 - 9BD358A4NNYL28793 - 9BWBJ6BF9L4013438 - 99JCA2BN3GT201284 - 9BD11812ED1238871 - 9C2KC2200NR270961 - 9BGRY08X05G123570 - 9BFZE12N548514317 - 8AD4C5FMYFG008758 - 8AFUZZFHCAJ309658 - 9BWAA05Z094114939 - KMHJU81BABU156262 - 9BGJC6920KB113506 - 935FCKFV88B510646 - 9BFZH55L0M8048546 - 9BWAA05U0BP174860 - 3GNCJ8CW1GL179078 - 93XPRK94WAC915272 - 9BWAG4125FT588644 - 935CHN6AVCB561091 - 9BD15802784976055 - SALNE22226A822053 - 9BFZH55L3F8153729 - 9BWAA05W49T055132 - 93HFA16407Z104291 - 9BFZF55A2D8414222 - 9BWKA05ZX74027518 - 9BHBH51DAEP215662 - 9BFZF10A278008364 - 935CHN6AVAB508759 - 9BFZF55A5B8181773 - 9BGRD48X03G206271 - 9BWLB05U8CP111609 - 9BFZH55LXJ8483280 - 9BWAA05W9CP066840 - 9BGTR69D0BB205605REM - 9BD17164LE5904560 - 9BWAA05W9EP003529 - 935FCKFVYAB516663 - 9BFZK53A5DB460659 - 9BWKA05ZX54037138 - 9BWAA05W09T008406 - 93YBSR1TH9J179531 - 9BD19241X53034070 - 9BWAA05U2DP064122REM - KMHJM81BBAU146193 - 9BGRG08F0DG223624 - KMHFC41DP8A307629 - 9BD17102LE5925328 - 9BWCA05W56T018854 - 9BD17102LF5959114 - 9BD13571AB2171681 - 9BWAA45U7FP133011 - 9BGAC69M09B162339 - 9BGEB48H0RG173284 - 8AFTZZFFCAJ313973 - 9BD195102F0635285 - 93HFA66308Z249914 - 9BWDB45U3MT072335 - 9362AN6A95B017737 - 98822616CLKC78276 - 9BM958471DB905071 - 9EP071020D1003623 - 9EP070820D1003624 - 94BL0262MMR048271 - 9C2ND1120NR009280 - 9C2KC2210NR071529 - 9C2JC4830PR046954 - 9C6RG3150L0020834 - 9C6DG3320P0094313 - 9C2KF4300PR010635 - 9C2KC2210RR033936 - 93YBSR6RHBJ787947 - 9BHBG51CAKP005884 - 9BGKT69V0HG198048 - 9BWAA45U3FP515424 - 9BD195A4ZM0916067 - 8A1FC1415DL331356 - 9BD135019E2245860 - 9BWDB45U8KT055558 - 9362PKFWXDB000152 - 9BD15822AC6677521 - 8AFFZZFFC9J220982 - 9BD17350TA4327059 - SALFA24A79H119306 - 93HFA66307Z210074 - VF30U5FMYCS008800 - 9BWKB05Z664161972 - 9362PN6A39B003863 - 9BD19250R93087480 - 9BFZB55P6E8898493 - 9BFZK03A89B069306 - 9BWAB45Z7A4134842 - 9BFZH55L2J8014507 - 9BFZE16N058648941 - 8AFCZZFFC2J272705 - 8AFDR12A59J227509 - 3C4PFABB8CT165755 - 8A1CB8W05CL121305 - LJ16AK239D4408713 - 9BGRJ69807G264562 - 8AFTZZFFCDJ078406 - 9CDNF4FDJGM103168 - 9C6SEJ310P0002176 - 9C2PC4820KR110887 - 9BGXM75N0AC219764 - 93XFJB43VKC111305 - 9BFZK53A79B136619REM - 9BGXM19P0AB136395 - JSAJTD54VA4601232 - 9BGRP69X0CG334193 - 9BWAA05U3DT100701 - WBS8M9109H5F94608.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 – Código CVM nº 23310 –Companhia Aberta

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 16 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 16 dias de maio de 2024, às 9 horas, em reunião realizada por meio de videoconferência, nos termos do § 6º do artigo 17 do Estatuto Social da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"). **2. Convocação:** Convocação devidamente realizada, nos termos do Artigo 17, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 17, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. Presentes, portanto, os Srs. Valdecyr Maciel Gomes (Presidente), Gustavo Baptista Paulus (Vice-Presidente), Felipe Pinto Gomes, Flavio Uchoa Teles de Menezes, Mateus Affonso Bandeira e Tiago Ring. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Valdecyr Maciel Gomes e secretariados pela Sra. Julia Amadi Soares. **5. Ordem do Dia:** Dando início aos trabalhos os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram quanto segue: 5.1. **Consignar a renúncia** do Sr. **Guilherme Laport de Noli Vergueiro,** brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 29.621.160-0 DIC/RJ, regularmente inscrito no CPF/ME sob o nº 061.899.057-73, ao cargo de membro do Comitê de Gente e Gestão, nos termos de renúncia recebida nesta data e arquivada na sede da Companhia. 5.2. **Consignar a renúncia** do Sr. **Alexandre Miranda Coelho**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 023527492002-7 SSP/MA, regularmente inscrito no CPF/ME sob o nº 024.064.713-06, ao cargo de membro do Comitê Financeiro, nos termos de renúncia recebida nesta data e arquivada na sede da Companhia. 5.3. Os Srs. membros do Conselho de Administração registram seus agradecimentos aos Sres. Guilherme Laport de Noli Vergueiro e Alexandre Miranda Coleho por toda sua dedicação e contribuição em sua jornada durante o exercício dos respectivos cargos. 5.4. **Autorizar** a Diretoria a praticar todos os procedimentos necessários à efetivação das deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos da reunião e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Conselheiros Presentes:** Valdecyr Maciel Gomes, Gustavo Baptista Paulus (Vice-Presidente), Felipe Pinto Gomes, Flavio Uchoa Teles de Menezes, Mateus Affonso Bandeira e Tiago Ring. **Mesa:** Valdecyr Maciel Gomes – Presidente; e Julia Amadi Soares – Secretária. *Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.* Santo André/SP, 16 de maio de 2024. **Julia Amadi Soares** – Secretária; **Valdecyr Maciel Gomes** – Presidente. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 215.834/24-0 em 04/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 508ª E 509ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22D1289007 E 22D1289008) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 508ª e 509ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 508ª e 509ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de maio de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 508ª e 509ª Séries da 1ª Emissão - (IF 22D1289007 e 22D1289008), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 189ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18L1085826) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 189ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 189ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 06 de dezembro de 2018, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de junho de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 189ª Série da 1ª Emissão – (IF 18L1085826), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 60ª EMISSÃO (IF CRA02200D4D) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 60ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 60ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de julho de 2024, às 11:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 60ª Emissão – (IF CRA02200D4D), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 371ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 193ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 16:30 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 16:30 , de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 294ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 294ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 14:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 14:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 464ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21B0566153) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 464ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 464ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de julho de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 464ª Série da 1ª Emissão - (IF 21B0566153), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00303406792024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de preços para Aquisições Futuras de Medicamentos nº 90001/2024.
Nº Processo: 024.00042480/2024-84
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Compra Futura de Medicamentos.
Total de Itens Licitados: 01 (um).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 12/06/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 12/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 25/06/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Despacho do senhor coordenador dia 07/06/2024 DISPENS 08/2024
PROCESSO: 024.00073725/2024-15
INTERESSADO: Coordenadoria Geral de Administração - CGA
ASSUNTO: Aquisição e renovação de Certificado Digital E_CPF
NÚMERO DE REFERÊNCIA: DISPENSA Nº 08/2024
Trata a presente Aquisição e renovação de Certificado Digital E_CPF, conforme solicitação - Documento de Formalização de Demanda (DFD) 82/2024, 0028637645.
À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0029632312, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a aquisição pretendida, **AUTORIZO a Dispensa Nº 08/2024,** observadas as normas legais incidentes e as recomendações declinadas no Parecer Referencial CJ/SS nº 07/2024, a aquisição da empresa **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, CPNJ: 05.808.628/0001-31,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Aquisição e renovação de Certificado Digital E_CPF, no valor total de **R$ 1.939,80 (um mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).**
DECLARO para os devidos fins que o caso concreto tratado neste expediente se enquadra, **integralmente,** nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial CJ/SS nº 07/2024 citado, e que serão seguidas as orientações nele contidas, nos termos da Resolução 65/2024.

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Geral da República

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90019/2024 - UASG 200100

Nº Processo: 005827/2023-59. Objeto: Contratação de serviço de proteção para endpoints, com garantia de update e upgrade e, suporte técnico continuado, operação e monitoração e treinamento. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 11/06/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200100-5-90019-2024. Entrega das Propostas: a partir de 11/06/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 25/06/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

INÊS 249

Copersucar S.A.

CNPJ/MF nº 10.265.949/0001-77 - NIRE 35.300.360.401

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas da **Copersucar S.A.** ("Companhia" ou "Copersucar") convocados para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGO/E") a serem realizadas de forma presencial na sede da Companhia, situada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 01, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP 04794-000, bem como remotamente, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams,* nos termos do Art. 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no dia 25 de junho de 2024, às 9h00, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2024, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes; **(2)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de março de 2024; e **(3)** Eleger os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (1)** Fixar a remuneração global anual da Administração e do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício social a findar-se em 31 de março de 2025. As Demonstrações Financeiras da Copersucar, acompanhadas do Relatório da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2024, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia. Adicionalmente, conforme instruções no website http://usinas.copersucar.com.br/, referidos documentos serão disponibilizados aos acionistas de forma digital. Informações Gerais para Participação dos Senhores Acionistas nas AGO/E: Os acionistas que desejarem participar das AGO/E deverão enviar ao e-mail sgc@copersucar.com.br, com antecedência mínima de 48 horas em relação ao horário marcado para o início das AGO/E, ou seja, até às 9h00 - horário de Brasília - do dia 23/06/2024, a indicação do(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) que estará(ão) presente(s) nas AGO/E, acompanhada dos documentos digitalizados que comprovem os poderes de representação do acionista pessoa jurídica, a saber: (a) estatuto ou contrato social atualizado, devidamente arquivado na Junta Comercial; (b) ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; (c) documento de identidade do representante legal e, conforme o caso, (d) procuração outorgada nos termos do §1º do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sem necessidade de reconhecimento de firma, e o documento de identidade do procurador. Adicionalmente, os acionistas deverão informar no mesmo e-mail ao sgc@copersucar.com.br se participarão da AGO/E de forma remota, visando o recebimento das orientações de acesso à plataforma eletrônica *Microsoft Teams.* Procedimentos para participar e votar remotamente da AGO/E: as Assembleias serão integralmente gravadas, de modo a garantir o registro dos acionistas que participarem de forma remota e dos respectivos votos e declarações proferidas durante as Assembleias. Ao acessar a conferência digital das Assembleias, o acionista deverá apresentar com áudio e vídeo abertos e, quando solicitado, apresentar seu documento de identidade pelo sistema, de modo que possa ser identificado e admitido nas Assembleias. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia e que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista nas Assembleias.

São Paulo, 07 de junho de 2024

Luis Roberto Pogetti - Presidente do Conselho de Administração

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 360ª E 361ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 360ª e 361ª Séries da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em **03 de julho de 2024, às 11:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 22 de julho de 2024, às 11:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 319ª E 320ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 319ª e 320ª Séries da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 15:15 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 15:15, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 11ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 1ª Série da 11ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 17 de julho de 2024, às 11:45 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 26 de julho de 2024, às 11:45, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 267ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 267ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em **03 de julho de 2024, às 10:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 22 de julho de 2024, às 10:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 397ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 397ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 17:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 17:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 445ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 445ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 17 de julho de 2024, às 10:15 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 26 de julho de 2024, às 10:15, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 16ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 16ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRA ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada, em **primeira convocação em 04 de julho de 2024, às 16:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 23 de julho de 2024, às 16:00 , de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRa está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª, 3ª e 4ª SÉRIE DA 83ª EMISSÃO (IF 22K1457799 / 22K1520003 / 22K1520055 / 22K1520058) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 83ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 83ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 14 de novembro de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de junho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 83ª Emissão – (IF 22K1457799 / 22K1520003 / 22K1520055 / 22K1520058), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 293ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 293ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 11:45 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 11:45, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização